



CONTAGEM ILUMINADA

Um balanço do primeiro ano
do governo Marília Campos
e perspectivas para os
próximos três anos

José Prata Araújo
Ivanir Corgosinho



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	3
AS ÂNCORAS POLÍTICAS, SOCIAIS, FINANCEIRAS E ADMINISTRATIVAS DO GOVERNO MARÍLIA CAMPOS	4
FINANÇAS MUNICIPAIS.....	20
ECONOMIA E EMPREGOS	27
SAÚDE.....	33
EDUCAÇÃO	41
OBRAS E INFRAESTRUTURA	47
MANUTENÇÃO DA CIDADE	53
MOBILIDADE E TRÂNSITO	55
SERVIDORES MUNICIPAIS	58
PARTICIPAÇÃO POPULAR	68
AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	73
CULTURA	76
ESPORTES E LAZER	80
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	83
DEFESA SOCIAL	86
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	93
MEIO AMBIENTE.....	96
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	99
AS RELAÇÕES JURÍDICAS.....	102
CONTROLE INTERNO	105
COMUNICAÇÃO.....	109
AS ELEIÇÕES DE 2022 E O DESTINO DO BRASIL, DE MINAS E DECONTAGEM	113

APRESENTAÇÃO

Bons balanços são os que buscam luz no passado para iluminar o porvir. É o que esperamos deste documento. Nossa Administração tem sabido encontrar soluções para os problemas que encontrou no início da gestão e tem se saído muito bem na tarefa de colocar ordem na casa e fazer com que a Prefeitura retome suas funções essenciais e o cuidado com a população. Esse esforço é reconhecido pelos moradores que, por folgada maioria, aprovam o que vem sendo feito e, de modo ainda mais expressivo, referendam a gestão da prefeita Marília Campos.

O futuro próximo, entretanto, anuncia novos desafios e trata-se de saber se a construção feita até aqui é suficiente para dar conta da tarefa com a segurança e previsibilidade que a população espera. Neste sentido, este balanço das políticas, projetos e ações do governo no ano que passou permite dimensionar o conjunto da obra, sua potência e necessidades.

Agradecemos a atenciosa colaboração da equipe de governo, a começar pelos titulares de cada uma das pastas. Este trabalho não teria sido possível sem este apoio. Agradecemos ao Denis Fernandes pela graciosa participação na revisão final. Escrito a quatro mãos, este documento não tem a pretensão de concluir a reflexão. É, antes, um ponto de partida. Aproveitem a leitura.

Contagem, fevereiro de 2022

José Prata de Araújo

Ivanir Corgosinho

AS ÂNCORAS POLÍTICAS, SOCIAIS, FINANCEIRAS E ADMINISTRATIVAS DO GOVERNO MARÍLIA CAMPOS

O governo Marília Campos encerrou o primeiro ano com a expressiva aprovação de 81% da população. A expectativa quanto ao futuro é ainda maior: 90% da população é otimista quanto à realização de um ótimo governo. Para se entender esta aprovação é preciso analisar os aspectos mais imediatos e históricos que consolidaram a petista como uma liderança “inesquecível” em Contagem. Para uma boa avaliação do governo pesa um bom desempenho em diversas áreas, onde se destacam as realizações na saúde; retomada das obras; educação, especialmente com a retomada das aulas presenciais; manutenção da cidade; as atividades de lazer, cultura e esportes. Mas, é fundamental também analisar as âncoras políticas, sociais, financeiras e administrativas do governo Marília Campos, que vêm das práticas e formulações coletivas ao longo da história da prefeita, como sindicalista, vereadora, deputada estadual e três vezes governante de Contagem. Dizemos “formulações coletivas” porque Marília nunca foi uma “militante solitária”, seus mandatos, sempre, foram muito participativos, com grande produção teórica e com um destacado trabalho de formação política, um dos mais importantes na história do PT Minas Gerais. O que impressiona são três coisas: a) a continuidade histórica de determinadas concepções da prefeita Marília Campos; b) como os seus compromissos de campanha, ao chegar à Prefeitura, se transformam em práticas de governo; e c) como Marília se tornou uma das “sobreviventes” do PT nas grandes cidades da região Sudeste no período mais grave da trajetória do nosso partido, de 2013 a 2020.

UM BOM GOVERNO SE CONSTRÓI COM PACTOS E CONSENSOS — Nos compromissos de campanha escrevemos: “Para Marília quem governa tem o dever de governar para todos e todas, de promover a paz e o bem comum. Para ela a democracia é a solução encontrada nas sociedades modernas para que diferentes interesses, ideologias e opiniões possam conviver pacificamente no dia a dia, e competir pela preferência da maioria nos momentos de eleição. Quem governa tem o dever de governar para todos e todas, e não apenas para seus eleitores. Governar exige descer do palanque e transformar a competição do momento eleitoral em cooperação para a promoção do bem comum, celebrando pactos e construindo consensos. Governar não é produzir um permanente estado de guerra entre cidadãos e cidadãs. Governar requer amplitude, generosidade, civilidade e respeito pela cidadã e pelo cidadão que votaram contra o governante”.

Este compromisso de campanha virou política de governo. Na gestão, Marília vem exercitando plenamente sua vocação para a negociação e o diálogo: reconhece a autonomia do Legislativo e busca a negociação e o consenso em torno dos projetos de lei e políticas públicas; costurou o “Pacto pela Vida” com entidades empresariais, religiosas e da população; negociou com os moradores mudanças em obras como as que resultaram na manutenção do Camelódromo e de mais de 200 árvores na Avenida Teleférico e articulou politicamente, de forma ampla e plural, com o governo do Estado, Prefeituras da região metropolitana, parlamentares (deputados estaduais, federais e senadores), ações e recursos que resultaram em enormes avanços para Contagem.

Mas veja bem: governar com base em pactos e consensos não significa que a prefeita não decide, não toma decisões polêmicas e não consensuais, não faz “o que precisa ser feito” de acordo com suas posições políticas e programáticas. Dentre as medidas não consensuais, ainda que algumas delas tenham avançado num “consenso progressivo”, podemos citar: a decisão de fechar os serviços não essenciais, antes mesmo da “onda roxa”; a suspensão da liberação de novos loteamentos na Bacia de Vargem das Flores; a suspensão de contratos considerados onerosos e prejudiciais aos cofres municipais.

MARÍLIA COMPROVA, MAIS UMA VEZ, SUA FAMA DE GRANDE GESTORA PÚBLICA —

Marília tem uma grande experiência de gestão; foi a única mulher eleita prefeita de Contagem nos mais de 100 anos da cidade. Fez história novamente ao alcançar um segundo mandato consecutivo pela primeira vez desde que o estatuto da reeleição foi implantado no Brasil. No início de seu governo, em 2005, frente às dificuldades que enfrentava, foi taxada pela oposição de “essa mulher não faz nada”. Marília enfrentou todos os desafios, fez um excelente governo, foi reeleita e terminou seu segundo mandato consagrada com aprovação de 72% da população e com um grande legado de realizações que a levou à conquista de um terceiro mandato.

Mas, além da grande experiência administrativa, Marília estuda muito os assuntos pertinentes aos seus mandatos, ou seja, ela lê, sistematiza, discute os seus conhecimentos com outras pessoas; une prática e teoria. Diferentemente de muitos líderes políticos, Marília tem “apetite” pela gestão, gosta de ver “as coisas acontecerem”. Sua capacidade gestora, sempre brincamos, é uma herança da Sílvia, mãe dela, que tem como um dos princípios de gestão da casa: “Guardo o que comer, mas não guardo o que fazer”, ou seja, Marília “não deixa nada para depois”. Neste primeiro ano de gestão, Marília fez num esforço gigantesco para colocar “a casa em ordem”. Nos primeiros meses do ano, foram

22 reuniões de planejamento estratégico com todas as secretarias, para discutir o plano de trabalho de cada uma; a implementação de políticas públicas; a retomada de obras; a valorização dos servidores; a necessidade de revisão de contratos e da redução de despesas, a modernização da Prefeitura via a implementação do Governo Digital, as medidas emergenciais em cada área, enfim...

Marília também criou os Comitês de Políticas Públicas para reunir as áreas afins do governo e integrar as atividades que estão separadas em secretarias mas que precisam ser planejadas conjuntamente. Documento da Prefeitura expõe os objetivos dos Comitês: “O objetivo geral é efetivar as políticas públicas integradas, estabelecendo diretrizes que promovam a transversalidade, intersetorialidade, planejamento, monitoramento e avaliação, com vistas a traçar uma linha da qualificação dos gastos, mobilização social/control social da administração pública municipal”. São cinco Comitês Setoriais: Comitê de Gestão; Comitê de Políticas Sociais e de Desenvolvimento Local; Comitê de Políticas Urbanas; Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação e Inovação e Comitê de Coordenação Orçamentária e Administração Financeira — CCOAF.

Marília, na gestão, se esforça para romper com a verticalização e despolitização da administração pública, muito dividida em “caixinhas setoriais”, e sempre lembra à sua equipe que as políticas públicas não são políticas apenas de secretários, secretárias e de secretarias — são, acima de tudo, “políticas de governo”. O esforço de gestão foi fundamental para a ampla aprovação da prefeita, pois resultou em uma invejável situação financeira da Prefeitura, com aumento forte das receitas, despesas controladas, redução da dívida e grande expansão da capacidade de investimentos; esforço que ampliou as políticas de saúde, educação, manutenção da cidade, retomada das obras e grande movimentação da cidade nas atividades de lazer e cultura.

Vale ressaltar que Marília se destaca não somente no aspecto gerencial ou pragmático da gestão. Ela segue as diretrizes de um governo de esquerda e interrompeu o processo de terceirização/privatização do serviço público municipal e seu governo retomou o controle da gestão de importantes áreas: da assistência à saúde de urgência e emergência e hospitalar; da gestão escolar; e da cobrança da dívida ativa.

UM JEITO DE GOVERNAR QUE CAIU NO GOSTO DA MAIORIA DA POPULAÇÃO —

Nos últimos 25 anos, Marília foi a única prefeita que obteve a recondução consecutiva ao cargo, que agora ocupa pela terceira vez, porque, dentre outras razões, tem um estilo de governo e uma inserção pessoal na vida da cidade que caiu no gosto popular.

Marília é uma liderança política que não se afasta do cotidiano das pessoas, não governa apenas de seu Gabinete. Sua agenda, quase que diariamente, é dividida em duas partes: a gestão interna do governo e as articulações políticas para ampliar as conquistas de Contagem e, uma segunda parte, é a “ida para as bases” para visitar equipamentos da Prefeitura, conversar com os servidores e com a população. Ela é presente, dialoga, atua e participa da vida da cidade. Passada a eleição, ela está de novo “no meio do povo”, em todos os lugares, visitando, ouvindo, dialogando. É comum encontrar quem tenha uma história com Marília, quem esteve com ela em escolas, praças, centros comerciais, pistas de caminhada, supermercados, feiras, nas portas de fábrica, nas igrejas e nos templos evangélicos, nos carros de som, nas visitas ao comércio, no metrô.

Marília tem uma fidelidade histórica a um dos princípios mais caros do Manifesto de Fundação do PT: um partido que não seja somente uma máquina eleitoral, mas que esteja presente no dia a dia do povo. Está no Manifesto de Fundação do PT: “Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias”. É muito comum que pessoas fora de períodos eleitorais, não acostumadas com lideranças presentes na vida da cidade, perguntem a ela: “Vai ter eleição agora?”.

Impressionante: os atributos pessoais de Marília são os mesmos de 40 anos atrás, quando ela era ainda sindicalista; foram identificados na primeira pesquisa qualitativa que fizemos em 2004 e permanece até os dias atuais. Ela é vista como uma pessoa considerada “gente como a gente”, “simples”, “humilde”, “acessível”, “próxima da população”, “transparente e que presta contas”, “honesto”, “democrática”, “esforçada, batalhadora e guerreira”, “afirmativa”, “comunicativa”, “mulher de palavra”, é “uma das poucas políticas que pode andar no meio do povo”. Marília, desde 1996, disputou nove eleições, perdeu as duas primeiras disputas, mas foram campanhas vitoriosas politicamente, e ganhou as outras sete. É muito comum que pessoas digam à Marília: “Votei em você desde vereadora” e “guardo em minha casa até hoje materiais seus de campanha”; muitas pessoas votaram nela cinco, seis, sete, oito e até nove vezes.

É importante: Marília é uma “organizadora social”, sua vinculação com a população não é somente espontânea e inorgânica, ela faz um governo com enorme participação popular:

participa frequentemente de reuniões com a comunidade; fortalece os conselhos já existentes; elegeu um grande conselho com 500 pessoas, com representantes de todas as regiões e garante formação dos conselheiros em políticas públicas.

MARÍLIA GOVERNA NUMA ALIANÇA DA CLASSE MÉDIA COM OS SEGMENTOS MAIS POBRES DA POPULAÇÃO

— Marília, historicamente, teve como identidade mais importante de seus mandatos a defesa do Estado Social, onde se destacam quatro políticas fundamentais: trabalho, com amplos direitos, que garante ao cidadão e à cidadã renda para a manutenção de sua família; Previdência, que substitui a renda do trabalho na velhice, na invalidez, na doença, e protege os dependentes em caso de morte; saúde, que deve prevenir as doenças e reparar a saúde das pessoas que ficarem doentes; e educação, que deve promover a cidadania e preparar as pessoas para o mercado de trabalho. No Brasil, o Estado Social é descentralizado, parte das políticas são de responsabilidade do governo federal, outras dos governos estaduais, e mais algumas, dos municípios. Quase toda a regulamentação, no entanto, é no âmbito da União. Para não fragmentar a defesa do Estado, Marília tem feito, em seus mandatos de vereadora e deputada estadual, um trabalho de promoção e defesa plena e ampla do conjunto dos direitos sociais de modo que muitos, com razão, diziam que “mais pareciam de deputada federal”. Mas isto, se não se adéqua às responsabilidades das Câmaras Municipais e da Assembleia Legislativa, do ponto de vista da população era um grande mérito da petista: a forte e histórica identidade com os direitos do povo. Além disso, Marília sempre compreendeu que um projeto de Nação transcende o cargo que se ocupa; daí porque sua agenda política se ampliou para mais quatro eixos: democracia, igualdade social, soberania nacional e direitos humanos.

Marília fez uma transição muito interessante de sindicalista para o cargo de prefeita de Contagem; uma trajetória muito parecida com a de Lula. Foi sindicalista e presidenta do Sindicato dos Bancários e depois ocupou por duas vezes o mandato executivo, como prefeita de Contagem e, agora, foi eleita para um terceiro mandato. Um balanço indica claramente que os movimentos sociais, em geral, são mais radicais, mas também, por representarem interesses concretos de segmentos da sociedade, são mais corporativos; já no Poder Executivo, os administradores de esquerda, em geral, são mais moderados, mas, tendo que atender demandas de toda a sociedade, são também mais universais. Marília se dedicou com muita garra à luta dos bancários por melhorias salariais, emprego e por planos de saúde e de Previdência, auxílio-alimentação e creche; mas na Prefeitura teve que avançar para uma visão mais universal, para atender demandas de saúde,

educação, urbanização de toda a população. Ou seja, Marília, como Lula, era mais radical como sindicalista. Como prefeita, ela é mais moderada mas também é uma líder política mais universal.

Como Marília lançou os fundamentos para uma aliança social mais duradoura da classe média com os segmentos mais pobres da população? Primeiro: ela deu grande prioridade no passado e, agora com mais ênfase, com a boa situação financeira da Prefeitura, às duas políticas de Estado Social de grande responsabilidade do município: saúde e educação. Segundo: ela busca ampliar ainda mais o “direito à cidade” para todos: na periferia (o maior exemplo é Nova Contagem) ela investiu fortemente na urbanização: saneamento básico, pavimentação, habitação, investimentos em áreas de risco e, nos bairros de classe média, Marília investiu numa ampla política de requalificação urbana (praças, parques, pistas de caminhada, academias ao ar livre, revitalização de centros comerciais, etc.).

Luís Felipe de Alencastro, historiador, afirma que o objetivo de toda esquerda democrática “é transformar a maioria social em maioria política”. Foi isto que aconteceu em Contagem nos últimos 17 anos. Impressionante! O PT, até 2002, foi um partido de classe média, representando principalmente, os trabalhadores assalariados urbanos, e Marília, até aquela época, também uma liderança de classe média; com Lula presidente, em 2003, o PT chegou às regiões mais pobres do Nordeste e da periferia das cidades do Sudeste; e Marília, eleita prefeita em 2004, também se vinculou à periferia mais pobre. A partir de 2010, especialmente, o PT perdeu a classe média e a população das periferias das grandes cidades do Sudeste. Mas, Marília manteve as bases sociais das duas fases do PT: a classe média e a população mais pobre e isto ajuda a explicar o porquê ela foi vitoriosa, com grande votação, em 2014 e em 2018 e fosse eleita pela terceira vez prefeita de Contagem, a maior cidade governada pelo PT no Brasil. Pesquisas recentes apontam o PT, disparado, como o partido mais popular do Brasil, com 28% da população, e Marília fez história ao não deixar a estrela se apagar em uma das maiores cidades do Sudeste.

MARÍLIA ESTÁ FAZENDO UM BOM GOVERNO TAMBÉM PORQUE CONTAGEM TEM UMA ÓTIMA SITUAÇÃO FINANCEIRA. Contagem enfrentou na década de 1990 e início da década de 2000, uma situação falimentar, fruto de uma “tempestade perfeita”: baixo crescimento da economia com as repercussões nas finanças públicas; redução pela metade de 8,84 para 4,86 a participação no ICMS estadual; receitas próprias inexpressivas, sobretudo com a isenção do IPTU residencial; aumento forte das despesas com a implementação da Constituição de 1988, como no caso da saúde; oferta pelo

município de um grande número de matrículas no ensino médio, de responsabilidade constitucional dos governos estaduais; dívida de 126% da receita (acima dos 120% previstos na Lei Fiscal); salários muito arrojados (professores em 2004, recebiam entre R\$ 600,00 e R\$ 700,00); redução drástica da capacidade de investimentos.

Antes mesmo de entrar para a política institucional, Marília já demonstrava grande preocupação com a gestão das finanças públicas. Em 1995, renunciou à presidência do Sindicato dos Bancários por discordar da expansão das despesas para além da capacidade de arrecadação da entidade. Como prefeita, tirou Contagem da falência com um ajuste fiscal concluído em oito anos quando, em 2012, Contagem ganhou o selo de “Boa Gestão Fiscal” porque o ajuste não foi focado somente no corte das despesas, mas num mix de políticas econômicas e financeiras: a) houve, de fato, uma aceleração do crescimento da economia, e isto ampliou a arrecadação das receitas de transferência; b) as receitas próprias, ainda que tivesse permanecido com a isenção do IPTU residencial, tiveram uma enorme ampliação com outros tributos (IPTU, ISSQN, ITBI, IRRF, TAXAS); c) como a dívida de Contagem estava acima do limite da Lei Fiscal, e não era possível financiar investimentos por meio de empréstimos, Marília articulou para que grandes recursos do PAC 1 e 2 viessem do OGU — Orçamento Geral da União a fundo perdido ou com contrapartidas muito pequenas; d) redução de despesas via, por exemplo, a estadualização de grande parte do ensino médio que, apesar de todas as polêmicas, se consolidou porque o Estado, além de ser o responsável por este nível de ensino, tinha disponibilidade de escolas e vagas diurnas, enquanto a maior das vagas disponíveis em Contagem eram noturnas e em escolas compartilhadas com o ensino fundamental; e) a dívida de Contagem, em função da expansão da receita e da prudência em não contrair novas dívidas, foi reduzida de 126% para 46,5% da receita; f) com a dívida bastante reduzida em relação ao seu patamar de 2004, Contagem pôde, a partir de 2012, ampliar enormemente os investimentos em uma época de “seca” dos investimentos federais, por meio de empréstimos expressivos, o que transformou nosso município em uma das cidades grandes com maior capacidade de investimento.

Nos dois governos que se seguiram ao de Marília Campos, tivemos novos avanços na gestão fiscal: a) a dívida teve uma redução expressiva enquanto percentual da receita, de 46,5% para 32%, com a renegociação com o governo Dilma (2014), com a redução da dívida com o INSS, mesmo com a inclusão da dívida de precatórios neste indicador da dívida; b) a receita própria foi alavancada com a implementação da cobrança do IPTU

residencial a partir de 2017. Não foi um ajuste fiscal de boa qualidade porque o IPTU foi implantado de forma muito polêmica e aconteceu de fato um arrocho dos servidores com a não concessão de reajustes lineares para os servidores nos anos de 2015, 2016, 2018, 2019 e 2020. Mas não somos de fazer demagogia. Nos últimos oito anos, o Brasil enfrentou três anos de maior recessão da história; a “saída” da recessão foi também a pior da história, com crescimento medíocre de 1% ao ano; e, Minas Gerais, em função desta situação, “quebrou” mais uma vez, o que implicou em atrasos de repasses para os municípios. Tudo isso afetou fortemente as finanças de Contagem e a capacidade remuneratória do município. Quanto ao IPTU residencial, apoiamos sua reimplantação, na forma defendida por Marília de um “IPTU mais justo”.

Em 2021, Contagem fechou com uma situação fiscal muito robusta: a) receita corrente líquida de R\$ 2,244 bilhões; b) as receitas próprias do município são muito expressivas, da ordem de R\$ 831,400 milhões, o que representa 37% da receita corrente (em 2004 era apenas 22%), ficando Contagem menos dependente das transferências constitucionais; c) a dívida consolidada de Contagem é de 33% da receita corrente líquida (era de 126%, em 2004); d) Veja os números que mostram o tamanho da redução da dívida municipal: em 2004, a dívida municipal correspondia a 15 meses de arrecadação da Prefeitura, agora a apenas 3,76 meses; nossa cidade, em termos de pagamentos de juros e encargos da dívida ocupa, no ranking dos 100 maiores municípios brasileiros, a 77ª posição (em 2004, Contagem ocupava a 10ª posição, ou seja, era uma das cidades com maior pagamento de juros e encargos da dívida); e) a dívida consolidada líquida, referência da Lei de Responsabilidade Fiscal, é muito pequena, de 3,26% da receita municipal; f) as despesas estão sob controle, em especial a maior delas, que é de pessoal, em função do congelamento salarial dos servidores, que deixará de existir em 2022; g) Contagem tem uma carteira de investimentos de mais de R\$ 1 bilhão para os próximos três anos, referente aos contratos herdados do governo anterior e ao novo plano de investimentos do governo Marília, fruto de recursos conseguidos junto ao governo de Estado, emendas parlamentares e recursos do Tesouro Municipal.

CONTAGEM, COM MARÍLIA, TEM “EXPLOSÃO” DA VIDA COMUNITÁRIA. POR QUÊ?

Contagem, com Marília, tem uma intensa vida comunitária; é uma cidade mais bonita, alegre, vibrante e feliz, com a retomada de uma tradição de ocupação popular dos espaços públicos dos dois primeiros governos da petista, especialmente do segundo mandato, de 2009 a 2012. Por que isso ocorre? Não são corretas as análises “personalistas” de

grandes eventos políticos, sociais e culturais. Marília é uma grande liderança política, mas ela não “cria”, não “inventa” movimento social, como o que estamos vendo em Contagem. São muito boas as análises de Wanderley Guilherme dos Santos, nosso maior cientista político, que caracterizou Lula como “o intérprete dos desassistidos”. Marília é, acima de tudo, uma “intérprete”, dá “voz”, na expressão que ela usou, aos “sonhos”, “sentimentos”, “desejos” e “necessidades” de milhares de contagenses. Mas para que estes sentimentos “espontâneos” se transformem em realidade, Marília, como toda liderança política, precisa exercer uma sólida condução política do movimento social. Precisa reunir forte apoio político e social para vencer grandes batalhas, como a vitória heroica que teve na eleição que a conduziu ao terceiro mandato na Prefeitura. Precisa arrumar as finanças da cidade para garantir investimentos e políticas públicas em todas as áreas, como saúde, educação, saneamento, de tal forma que as políticas de cultura, lazer e esportes se integrem a um grande projeto de cidade e não sejam uma “maquiagem” para enganar e distrair o povo. Precisa montar equipes de governo com imaginação, criatividade e capacidade de gestão para colocar em movimento milhares de pessoas em todas as regiões. Precisa apostar na valorização de velhos talentos na cultura e nos esportes e, ao mesmo tempo, apostar em novos talentos.

Mas por que esta “explosão” de alegria nas ruas de Contagem e não em outras grandes cidades? Ivanir Corgosinho opina: “Talvez a explicação para esse fenômeno seja a demanda reprimida. É preciso ter em mente que o conversar, o se encontrar e o se divertir são funções essenciais à vida social e fenômenos intrínsecos às culturas humanas, provavelmente, desde antes do surgimento das cidades. Ao longo dos séculos, a festa tem sido o lugar privilegiado para a realização dessas funções e não é sem razão que autores de referência nos estudos das questões urbanas, como o francês Henri Lefebvre, acreditem que recriar e reinventar as festas populares seja uma prioridade para os governos municipais como meio de conter a crescente mercantilização da vida. ‘Mais que essência da vida urbana, a festa é também meio pelo qual se conquista, em sua plenitude, o direito à cidade’, escreveu Lefebvre. (...) No Brasil, as festas populares e seus preparativos, fazem parte de nossa cultura urbana desde a Colônia, e os espaços públicos (a exemplo da rua e da praça) têm sido os locais por excelência para a realização dessas festividades. A historiadora Mary Del Priore realizou um belo estudo sobre este assunto e recomendo seu livro ‘Festas e Utopias no Brasil Colonial’. Claro que, nos maiores centros, foram construídas determinadas estruturas de suporte para algumas manifestações da vida social (como os teatros, as arenas, os estádios, as quadras nas escolas, os cinemas,

etc) que contribuíram para esvaziar os encontros massivos na rua. Com isso, certas tradições acabaram ‘domesticadas’ nesses centros, e até se perderam.

Mas, elas ainda podem ser encontradas em cidades menores pelo país afora e, mesmo, nos bairros de periferia das grandes cidades. (...) Contagem seguiu um caminho diferenciado. Década após década, nosso município foi tratado tanto pela iniciativa privada quanto pelo Poder Público como um ‘bairro operário’ — um lugar aonde se vai para trabalhar ou para dormir e, portanto, sem um cotidiano doméstico e vizinhal. A cultura popular resistiu e sobreviveu a esse sufocamento à espera de um ‘demiurgo’, como diriam os velhos filósofos gregos. Foi Marília quem melhor compreendeu essa questão e quem, pela primeira vez, buscou construir os meios necessários para garantir o encontro tanto dos moradores de uma mesma região, quanto — isso é ainda mais importante — entre os moradores das diversas regiões. Foi ela quem iniciou, lá atrás, a recuperação e a ressignificação dos espaços públicos da cidade, então extremamente degradados e percebidos como lugares de violência e medo. E foi ela quem incentivou a ocupação popular e comunitária desses espaços com a adoção de políticas públicas as mais diversas e que vão desde a deliciosa obviedade do show na praça até as barraquinhas da Economia solidária”.

MARÍLIA TEM UMA GRANDE IDENTIDADE COM A PAUTA DOS DIREITOS HUMANOS MAS, NÃO ESTIMULA A GUERRA CULTURAL CONTRA OS EVANGÉLICOS — Marília é

uma das precursoras, em Minas Gerais, da defesa no plano institucional (Parlamento e Prefeitura) de grandes iniciativas em defesa das políticas de igualdade (política de igualdade racial, LGBTQI+ e mulheres) e isso não a estreitou como líder política. Quando exerceu seu primeiro mandato como deputada, em 2003 e 2004, há 17 anos, tomou a iniciativa de apresentar o projeto que estabelecia a dependência previdenciária para casais do mesmo sexo no IPSEMG, que cuida da saúde e pensão por morte dos servidores estaduais. Foi na sua gestão como prefeita, de 2005 a 2012, que se iniciaram as marchas anuais LGBTQI+ na cidade. E, novamente como deputada estadual, a partir de 2014, apresentou quatro projetos que tratam da liberdade de orientação sexual.(...) No caso da população negra, Marília foi uma das precursoras no Brasil na implantação das cotas quando foi prefeita de Contagem, de 2005 a 2012. Como deputada estadual apresentou dois projetos de cotas no serviço público e conseguiu aprovar um deles para a Fundação João Pinheiro.(...) Marília, quando prefeita, adotou uma série de políticas de promoção da igualdade das mulheres e foi, como deputada, uma das protagonistas de muitas lutas, como nos casos de criação da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres; no enfrentamento às violências e da defesa da vida e dos direitos das mulheres.

Como se vê, Marília foi uma das precursoras em Minas Gerais de grandes iniciativas no plano institucional de adoção de propostas e políticas de igualdade. Por que isto não a estreitou politicamente? São diversas as hipóteses para explicar esta situação: a) a petista sempre defendeu a combinação das políticas de igualdade, muito centradas em segmentos da classe média, com a defesa dos direitos sociais universais de toda a sociedade, o que tornou possível uma interlocução com segmentos evangélicos mais pobres da população; b) dentre as bandeiras das políticas de igualdade, deu-se destaque àquelas de maior consenso social, como no caso da luta contra as violências contra as mulheres; c) Marília sempre travou a luta pelas políticas de igualdade sem estabelecer rupturas com segmentos mais conservadores em termos de valores e com os quais manteve uma interlocução, como no caso dos segmentos evangélicos. É isto que explica o porquê de importantes segmentos das igrejas evangélicas de Contagem fechassem apoio à sua candidatura no segundo turno ou, em alguns casos, se mantivessem neutros e não integrassem uma frente anti-Marília. Outro aspecto importante: Marília convive com evangélicos em sua família. Sua mãe, Sílvia, é evangélica; sua diarista durante 20 anos é evangélica; seus dois filhos mais velhos, foram evangélicos durante toda a adolescência; e este convívio familiar com pessoas evangélicas facilitou o diálogo e o convencimento de muitas pessoas. E vale ressaltar que este diálogo histórico com a comunidade evangélica segue no governo, onde vereadores vinculados a grandes denominações evangélicas são base do governo na Câmara Municipal.

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESTÁ SENDO VITORIOSA PORQUE É ADEQUADA À REALIDADE DE CONTAGEM E AO CONSEGUIR UMA AGENDA “POSITIVA” PARA CONTAGEM NA MÍDIA DA GRANDE BH — A esquerda se tornou forte em Contagem porque, como uma das prioridades, implementamos um projeto de comunicação, nos mandatos parlamentares e de prefeita da Marília, para uma cidade que “não era polo regional”, mas uma “cidade-satélite” de Belo Horizonte. Contagem não tem quase nada que tem uma grande cidade (Belo Horizonte e cidades polo regionais): canais de televisão, rádios, jornais impressos, Portais na Internet, times de futebol, muitos teatros. É absolutamente óbvio: os numerosos meios de comunicação não têm outra coisa a fazer senão “pautar” fortemente a vida da cidade onde estão sediados: o futebol, as atividades culturais, a situação do trânsito, as políticas públicas, a movimentação política local, as manifestações cotidianas dos governantes locais, etc; nestas cidades o prefeito ou prefeita podem ficar restritos a uma política de comunicação mais “institucional”. Já as “cidades satélites” como Contagem, quase sempre, só são notícias, nos órgãos de comunicação da

capital, em torno de questões “negativas”, como crimes, acidentes de trânsito e outras coisas ruins. Em Contagem, portanto, política de comunicação não é somente uma “opção”, mas uma “imposição” da realidade local.

Marília compreendeu isso e adotou uma política de comunicação “encaixada” na realidade local: a) sem a “mediação” de uma rede de comunicação que não existe na cidade, ela adotou a “comunicação de rua”, trazida da experiência do movimento sindical das décadas de 1980 e 1990, estabelecendo uma relação direta com a população; b) a adoção de um mix de comunicação mais amplo, com peso das mídias digitais (Instagram, Facebook, Twitter, portal na internet) e peso ainda relevante para as mídias tradicionais (jornais, folhetos, carros de som, outdoor, busdoor); c) em termos mais recentes, a combinação das mídias tradicionais com a internet, trazendo a emoção das ruas para as redes sociais; d) campanhas institucionais no rádio e TV, como a que foi feita quando da ruptura com o Instituto de Gestão e Humanização (IGH) e outras, serão feitas nos próximos meses; e) Marília, com uma gestão moderna em Contagem, conseguiu um grande mídia espontânea nos meios de comunicação de BH (tevé, rádios, jornais, portais da internet), sendo, talvez, a primeira vez que nossa cidade contou com uma cobertura “positiva” dos acontecimentos locais; f) consolidação de uma gestão da informação muito importante (estudos e sistematização de legados). Para nossa surpresa, em visita oficial a quatro cidades da França (Lens, Rennes, Lille, e Nantes), Marília descobriu que todas têm jornais impressos, folhetos e revistas, entregues de casa em casa, das chamadas “mídias tradicionais”.

MARÍLIA DESMENTE, NA PRÁTICA DE GOVERNO, AS MENTIRAS E FAKE NEWS DE SEUS ADVERSÁRIOS: SÃO CADA VEZ MAIS NUMEROSOS OS “ARREPENDIDOS” DE NÃO TEREM VOTADO NELA — Marília está fazendo um bom governo também porque muitas das mentiras e fake news que lhe retiraram milhares de votos, sobretudo na classe média, caíram como “um castelo de cartas”. Por exemplo: a ridícula acusação de que Lula, Dilma, Pimentel seriam secretários municipais. Trata-se de uma subestimação absurda da inteligência dos contagenses, mas a formação do secretariado já desmanchou esta mentira. Lula não é nem será secretário em Contagem, mas, tudo indica, será novamente presidente do Brasil. A mentira de que Marília teria o apoio do prefeito Alex de Freitas se desmanchou com o anúncio da equipe de governo, que é de mudança e não de continuidade na política na cidade. (...) A mentira de que Marília perseguiria as Igrejas Evangélicas também foi desmontada porque Marília, junto com lideranças evangélicas, lideram um pacto democrático, pluralista e de convivência em Contagem que poderá ser

um exemplo para o Brasil. (...) A mentira de que Marília isolaria Contagem de Minas e do Brasil foi desmontada com o investimento de R\$ 298 milhões, um dos maiores da história de nossa cidade, que foi articulado para as obras no córrego Ferrugem e Tereza Cristina. Na questão do IPTU, os ajustes que foram feitos e a transparência na aplicação dos recursos públicos em Contagem, inclusive do IPTU, deverão superar este debate em definitivo e impedir que ele volte a polarizar futuras disputas eleitorais em nossa cidade. (...) Marília, ao aproximar a Prefeitura da população e continuar como cidadã integrada à vida da cidade, deverá dificultar muito a vida dos “forasteiros” ou dos “novatos” que aparecem do nada para tentar assumir o comando da Prefeitura.

As mídias sociais, sobretudo o Facebook e o Instagram, com seu alcance enorme na sociedade, em todas as classes sociais, dão pistas importantes sobre a receptividade do governo na população de Contagem. Nos comentários se pode ter uma amostragem de opiniões. O que mais temos visto são pessoas que manifestam orgulho pelo voto que deram na Marília: “O melhor voto de minha vida”; “meu voto valeu a pena”; “você terá sempre o meu voto”; mas cresce também na internet e em manifestações na presença da Marília o número de “arrependidos” de não terem votado nela. (...) Pesquisa DOXA, divulgada pelo portal UAI, trouxe um dado interessante: perguntado em “em quem votou no segundo turno”, 79% dos entrevistados responderam que votaram em Marília, e apenas 21% no adversário dela. Ou seja, parte importante dos eleitores “deletaram” o voto no adversário de Marília.

MARÍLIA FEZ, POR CONTA PRÓPRIA, UMA MINIRREFORMA POLÍTICA, UMA DAS PRINCIPAIS ÂNCORAS POLÍTICAS DE SUA LIDERANÇA — O Coletivo Político em torno do qual a Marília se organizou historicamente no PT, teve uma forte influência em formação humana de Fausto Drumond, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de BH, e de Olívio Dutra, também ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e ex-governador do Rio Grande do Sul; pessoas que, tal como Pepe Mujica, advogam que militante de esquerda deve levar uma vida simples e sem privilégios. Com eles aprendemos que o socialismo, mais do que um projeto de sociedade, deve ser uma “forma de vida”. (...) Vale ressaltar que o Coletivo que se organizou em torno da liderança de Marília seguiu também posições históricas do PT, desde a sua fundação. O PT exige de todos os seus candidatos a assinatura de uma Carta Compromisso com orientação clara: “Combater rigorosamente qualquer privilégio ou regalia em termos de vencimentos normais e extraordinários, jetons, verbas especiais pessoais, subvenções sociais,

concessão de bolsas de estudo e outros auxílios, convocações extraordinárias ou sessões extraordinárias injustificadas das Casas Legislativas e demais subterfúgios que possam gerar, mesmo involuntariamente, desvio de recursos públicos para proveito pessoal, próprio ou de terceiros, ou ações de caráter eleitoreiro ou clientelista”. O PT chegou a defender a vinculação dos deputados ao INSS no passado, conforme texto a seguir: “O PT repudia o uso da Carteira de Previdência e da verba pessoal especial para parlamentares. Para pôr fim a esses privilégios, o PT apresentará projetos de lei e tomará medidas judiciais. O parlamentar deve contribuir para a Previdência Social como os demais trabalhadores. Para a aposentadoria parlamentar, não devem vigorar privilégios quanto à contagem do tempo e quanto ao valor do pagamento ou outros”.

A profissionalização da política é importante, senão somente os ricos ocuparão os espaços institucionais, mas tal profissionalização deve guardar uma relação com as condições de vida da população. Por isso, a esquerda precisa romper com os privilégios do sistema político. A igualdade social é a principal identidade da esquerda, mas a ela perderá credibilidade para combater os privilégios privados se não der o exemplo de austeridade nos gastos públicos especialmente com o sistema político. Desde que se elegeu vereadora em Contagem, em 2000, Marília foi comprometida com o combate aos privilégios, com a devolução dos recursos aos cofres públicos, e sempre se guiou pela transparência, com publicação de seu contracheque de forma frequente. O trabalho de Marília como vereadora e deputada no início dos anos 2000 chamou a atenção do jornalista Elio Gaspari, que escreveu na sua coluna dominical nos principais jornais brasileiros: “Marília Campos talvez seja a parlamentar que mais devolveu dinheiro à Viúva (cofres públicos) desde 1822, quando foi instituído no Brasil o Poder Legislativo”. Portanto, o mal-estar com a política tradicional que varreu o mundo com a emergência das redes sociais nos anos recentes, já era um diagnóstico esperado pelos mandatos da Marília, já no início da década de 2000.

O certo é que, representando o desconforto da sociedade com a violenta profissionalização da política no Brasil, Marília Campos se tornou uma das poucas sobreviventes do PT nas grandes cidades do Sudeste e do Sul, tendo o combate aos privilégios e a transparência na política uma das principais âncoras políticas de sua liderança. Marília sempre fez uma crítica pela esquerda ao sistema político, nunca apostou na antipolítica e por isso, sempre teve trânsito junto aos partidos e governos dos diversos partidos; mas, ao mesmo tempo dialogava com a sociedade, ao defender e

praticar uma minirreforma do sistema político na direção de uma maior austeridade nos gastos públicos. Muitas pessoas na esquerda brasileira não divulgam, mas o que Marília defende no Brasil é uma prática comum nos movimentos sociais e de esquerda de outros países, como é o caso do Chile que, mais recentemente, cortou pela metade os vencimentos dos parlamentares. (...) O Coletivo Político que se organizou em torno da liderança de Marília sempre demarcou com a direita, como num documento de quando ela era deputada, em 2018: “Privilégios no Brasil se combatem é com mais e não com menos democracia. Segmentos de extrema direita sempre pedem o fechamento do Congresso Nacional para fim à corrupção e privilégios na política. Isto é uma demagogia. Alguns dos maiores privilégios políticos e previdenciários no Brasil estão associados aos militares; a profissionalização dos vereadores no Brasil, sendo que até a década de 1960, este cargo era de dedicação voluntária; as aposentadorias de deputados, como no caso de Minas Gerais, e as pensões vitalícias das filhas de militares solteiras (mulheres deixam de se casar legalmente para não perderem o direito à pensão)”. Portanto, Marília nunca apostou na antipolítica, sempre defendeu a reforma do sistema político.

Num balanço histórico da minirreforma política, por conta própria, realizada por Marília temos a recusa dos seguintes privilégios: 14º e 15º salários (verba paletó); convocações extraordinárias nas férias (equivalente a um salário do parlamentar); sessões extraordinárias (uma espécie de hora extra para sessões noturnas); auxílio-moradia; diárias de viagem (que Marília apenas requeria quando pernoitava nas cidades visitadas); aposentadoria especial, a que tinham direito os deputados estaduais. Em uma estimativa que fizemos, considerando os valores atualizados em reais, (referente aos valores do passado corrigidos pela inflação e valores futuros da aposentadoria trazidos para valores presentes), Marília recusou ao longo de sua trajetória política cerca de R\$ 5 milhões. Marília não ficou rica com a atividade política; ela tem como patrimônio a casa em Contagem onde mora com a família, um apartamento também em Contagem, um automóvel GM Onix ano 2013, e aplicações financeiras para complementação da aposentadoria do INSS. Não temos dúvidas de que esta minirreforma política foi uma das âncoras da petista, inclusive na vitória dela para um terceiro mandato de prefeita de Contagem, a maior cidade no Brasil governada pelo PT. O candidato da extrema direita, ao criminalizar a política, não conseguiu colar amplamente em Marília o antipetismo, a criminalização da política, como uma pessoa pertencente a uma “organização criminosa” na expressão violenta da direita contra os petistas; e, de outro lado, como outsider, o adversário de Marília não conseguiu colar nela a pecha de pertencente do “sistema

político”, já que Marília historicamente lutou e praticou uma reforma do modelo político. Marília, agora prefeita de Contagem, continua da mesma forma que antes: divulga mensalmente seu contracheque, que mostra que ela tem um bom salário, mas sem nenhum penduricalho.

FINANÇAS MUNICIPAIS

PREFEITURA TEM POSIÇÃO SÓLIDA NAS FINANÇAS EM 2021, MAS BONS RESULTADOS NÃO SE REPETIRÃO EM 2022

Os resultados fiscais de Contagem, em 2021, foram muito positivos. Nossa cidade consolidou uma receita corrente expressiva; as despesas ficaram controladas; a dívida, enquanto percentual da receita, continuou estabilizada e os investimentos foram significativos. No entanto, como veremos, o quadro positivo não irá se repetir em 2022, que será marcado por um menor crescimento da receita municipal e por uma maior expansão das despesas, como no caso das despesas de pessoal.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO É DE R\$ 2,244 BILHÕES — A receita corrente líquida de Contagem foi, em 2021, de R\$ 2,244 bilhões, um aumento de 11,9% em relação à receita de 2020 de R\$ 2,006 bilhões. O crescimento da receita decorreu do crescimento da economia entre 4% e 5% e com a inflação muito pressionada de 10,06% (imposto inflacionário) e bom desempenho das receitas próprias. (...) As receitas próprias do município se transformaram numa grande âncora do equilíbrio das contas de nossa cidade e na obtenção do selo de “Boa Gestão Fiscal”. Os impostos, contribuições, taxas e outras receitas municipais atingiram R\$ 831,400 milhões, o que representa expressivos 37% da receita corrente, o que deixa Contagem menos dependente das receitas de transferências, que representam os outros 63% das receitas. Veja só como mudou o perfil da receita em Contagem: em 2004, as receitas próprias eram somente 22% do total das receitas e 78% era receitas de transferências. (...) As principais receitas de transferência são: (R\$ 652,180 milhões); FPM (113,127 milhões); IPVA (R\$ 101,059 milhões). As principais receitas próprias são: IPTU (R\$ 276,016 milhões); ISSQN (R\$ 197,187 milhões); ITBI (R\$ 90,186 milhões); IRRF (R\$ 69,670 milhões). Temos ainda importantes receitas de transferência vinculadas: Saúde/União (R\$ 237,639 milhões); Saúde/Estado (63,404 milhões); Fundeb líquido de R\$ 148,388 milhões (resultado da retenção de R\$ 173,067 milhões dos impostos de Contagem e crédito pelo número de alunos de R\$ 321,455 milhões).

MARÍLIA, COM O IPTU MAIS JUSTO, PODERÁ VIRAR UMA PÁGINA NA HISTÓRIA DE NOSSA CIDADE — Durante ano de 2021, a administração municipal promoveu discussão com o legislativo e com a sociedade, com o objetivo de cumprir um compromisso de campanha: tornar a cobrança do IPTU mais justa e reduzir valores cobrados. Durante o processo de discussão, chegou-se a um conjunto de alternativas que

consubstanciaram a edição da Lei Complementar 309/2021. Dentre as alterações encontradas, a alíquota mínima do imposto para imóveis residenciais caiu de 0,18% para 0,14%, e a dos imóveis prediais não residenciais de 0,45% para 0,40%. Ainda, foram criadas, para ambas as categorias, diversas faixas de alíquotas, com o objetivo de reduzir a cobrança do imposto, de forma a tornar a progressividade mais amena. Após a atualização dos valores da Planta Genérica, ficou garantida a isenção total para imóveis residenciais com valores venais até R\$ 166 mil, beneficiando, com isto, 48% da totalidade desta categoria de imóveis. Considerando os valores nominais, nenhum imóvel residencial teve valor do imposto majorado em relação ao lançamento de 2020, enquanto nos edificados não residenciais, 92% dos imóveis tiveram seu imposto lançado com valor inferior.

No que concerne às isenções para aposentados, os critérios foram revistos e tornados mais objetivos. O rendimento máximo do contribuinte para a obtenção do benefício passou a ser o teto pago pelo INSS como renda bruta. O limite de valor venal do imóvel para a concessão do benefício passou a ser de R\$ 885 mil, mas aposentados com imóveis de valores superiores passaram a ter direito à isenção, sendo cobrado somente o imposto sobre o que exceder este limite. Além disso, não existe mais a condição de ser proprietário de um único imóvel para fazer jus à isenção, que está garantida para o imóvel no qual o aposentado residir. Com estas alterações, a isenção para aposentados, junto com as demais isenções concedidas no município para imóveis residenciais, faz com que mais 8% dos imóveis desta categoria fiquem isentos de IPTU. Do universo destes imóveis no município, cerca de 54% são isentos do tributo. Sensível ao momento presente, em que se vislumbram dificuldades para a retomada do crescimento econômico, a administração decidiu conceder desconto de 12% para pagamento à vista do IPTU — antes era de 5% — ou, alternativamente, possibilitar o pagamento em 10 parcelas mensais sucessivas.

Contagem há três décadas vive uma situação pendular — isenção do IPTU / falência do município. Ademir Lucas, o pai da isenção do IPTU, é também o pai da falência de nossa cidade. Ele acabou com o IPTU residencial na década de 1990; a cidade quebrou no período de 1993 a 1996, quando não se tinha dinheiro nem mesmo para a coleta de lixo. O MDB, com Newton e Paulo Mattos, venceu a eleição em 1996 e reimplantou o IPTU com muitas isenções. Ademir Lucas, venceu novamente a eleição em 2000, extinguiu novamente o IPTU e a cidade quebrou outra vez. Marília ganhou as eleições em 2004 e 2008 e, numa conjuntura de grande crescimento econômico e das receitas próprias,

conseguiu governar sem o IPTU residencial, que só foi reimplantado novamente para residências a partir de 720 metros quadrados. No governo Alex de Freitas, em 2017, o IPTU passou novamente a ser cobrado de uma forma que revoltou a população porque na campanha o candidato defendeu a isenção, registrou em Cartório a promessa e não cumpriu. Na eleição de 2020, Marília enfrentou um adversário, mais uma vez acompanhado de Ademir Lucas, que prometeu a isenção de IPTU residencial, uma posição que, caso vitoriosa, quebraria a cidade novamente. Marília venceu as eleições com a proposta do “IPTU mais justo”, que agora virou lei; isto poderá virar uma página na história de Contagem com mais justiça tributária, reforço das receitas próprias e menos dependência de nossa cidade das transferências constitucionais.

GASTOS DE PESSOAL (COM EMPRESAS TERCEIRIZADAS) É DE R\$ 962,979 MILHÕES, OU 42,91% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA — As despesas de pessoal foram, em 2021, de R\$ 962,979 milhões, incluindo os gastos de pessoal de empresas terceirizadas, o que representa 42,91% da receita corrente líquida, bem abaixo do limite prudencial de 51,30% da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os gastos de pessoal são praticamente os mesmos de 2020, devido ao congelamento legal dos salários. (...) O congelamento salarial de 2021 foi determinado pela Lei Complementar 173/2020 e confirmado pelo STF, que, inclusive, suspendeu decisão do Tribunal de Contas do Paraná, que autorizava o reajuste pela inflação. Assim, a prefeita Marília Campos, não por opção política, mas em função da legalidade na administração pública, foi obrigada a manter congelado os salários dos servidores municipais. Congelamento da remuneração, e o período de vigência da Lei não será contado para fins de quinquênios e progressão na carreira. (...) É preciso ressaltar também que a Prefeitura não vinha lançando como gastos os salários das empresas terceirizadas, na conta “Outras despesas de pessoal”, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, como no caso do antigo IGH, que atuava na área de saúde em Contagem. Veja o que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal: “Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como ‘Outras Despesas de Pessoal’”. Ou seja, governos privatizam / terceirizam serviços públicos e mascaram despesas de pessoal, o que demonstra que interesses privatistas se sobrepõem à responsabilidade fiscal. Os gastos de pessoal das empresas terceirizadas, no ano de 2021, foram de R\$ 151,972 milhões.

A DÍVIDA CONSOLIDADA DE CONTAGEM É DE R\$ 750,746 MILHÕES; A DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA É DE APENAS R\$ 73,065 MILHÕES — Um dos

principais indicadores fiscais do setor público é sua dívida consolidada e a dívida consolidada líquida. Contagem fez, desde 2004, quando a dívida municipal representava 126% da receita, um ajuste fiscal que mudou para menor o patamar de endividamento de nossa cidade. A dívida consolidada do município foi, em 2021, de R\$ 750,746 milhões, o equivalente a 33% da receita corrente do município, uma estabilização em relação aos 32% do ano anterior. Para que se tenha uma ideia do tamanho do ajuste fiscal de Contagem, basta dizer que o Estado de Minas continua quebrado, com dívida consolidada equivalente a 189,54% da receita corrente. (...) As principais dívidas do município são: Precatórios (R\$ 267,465 milhões); IPSEMG (R\$ 101,738 milhões); Pró-Transporte (R\$ 146,924 milhões); Programa Infraestrutura Saneamento CEF/Finisa (R\$ R\$ 45,747 milhões); Tesouro Nacional (R\$ 26,434 milhões); Corporação Andina de Fomentos (R\$ 59,139 milhões); outros credores (R\$ 103,299 milhões). (...) Já a dívida consolidada líquida (dívida consolidada de R\$ 750,746 milhões menos as disponibilidades de caixa do município de R\$ 677,680 milhões), referência para o endividamento da Lei de Responsabilidade Fiscal, é de apenas R\$ 73,065 milhões, o equivalente a 3,26% da receita corrente líquida, um recuo em relação aos 13,42% do ano anterior. Para efeitos de comparação: a dívida líquida do Estado é de 162,02%. (...) Com uma dívida muito menor os gastos com juros e amortizações da dívida foram, em 2021, de R\$ 49,940 milhões, colocando Contagem (neste caso com dados de 2020) na posição de 77^a no ranking dos maiores municípios brasileiros, uma mudança impressionante em relação a 2004, quando Contagem ocupava a 10^a posição no ranking do pagamento de juros dentre os 100 maiores municípios brasileiros. (...) Marília fixou em seu programa de governo a meta da dívida no máximo de 50% da receita corrente, menos da metade do previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal de 120%, e tudo indica que, em 2024, o percentual ficará bem abaixo da meta de governo.

GOVERNO MUNICIPAL NÃO FARÁ TERCEIRIZAÇÃO / SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA — Ao assumir o governo em janeiro de 2021, a atual administração promoveu um estudo de todos os contratos vigentes, com o intuito de verificar a sua regularidade e aderência às políticas públicas que se pretendia empreender, fruto da discussão eleitoral que culminou com a vitória de um projeto com viés claramente focado no desenvolvimento social com austeridade e ética. Entre os serviços contratados pela administração anterior, um chamou a atenção, tanto pelo vulto do contrato, R\$ 40 milhões, quanto pelo seu objeto atípico. O objeto pode ser resumido em uma “securitização da dívida ativa”, por meio do lançamento no mercado financeiro de

debêntures, o que consiste em uma antecipação de créditos de um fluxo de caixa estável com complexidades capazes de fazê-la escapar das regras de endividamento para o setor público e com serviços de cobrança extremamente onerosos. Estes últimos teriam sido contratados com o objetivo de garantir segurança a quem comprasse os ativos (debêntures) da operação de securitização. (...) Para isto, foram implementadas estratégias de cobrança, que ao todo, renderam à contratada mais de R\$ 12 milhões. Isto sem que se possa afirmar se o sucesso da cobrança se deveu ao serviço prestado ou à inclusão na dívida ativa dos créditos do recém-instituído IPTU residencial, cuja cobrança administrativa e judicial se iniciou e intensificou no mesmo período de fruição do contrato.

Quanto à securitização de fato, o contrato previa que fossem lançados debêntures no mercado financeiro, lastreados no recebimento dos créditos da dívida ativa. Foi constituído um fundo, em que os valores recebidos a título de dívida ativa chegaram a ser creditados, e a gestão deste fundo não mais cabia ao município, mas à gestora dos ativos. Somente após o pagamento dos dividendos das debêntures, o restante (se houvesse), seria devolvido aos cofres públicos. (...) Para que o mercado se interessasse nos ativos financeiros, a remuneração discutida no ano de 2020 girava em torno de 10,5% além do IPCA. E isto só o rendimento que o município pagaria pelos ativos, sem contar as taxas da operação e a remuneração da contratada, em percentuais sobre a totalidade dos créditos do município, não só sobre as debêntures colocadas no mercado.

CONTAGEM INVESTE R\$ 114,026 MILHÕES, MAS CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PARA OS PRÓXIMOS TRÊS ANOS É MAIS DE R\$ 1 BILHÃO — Os investimentos no plano de obras, em 2021, foram da ordem de R\$ 114,026 milhões, um recuo importante em relação ao ano anterior, quando Contagem investiu R\$ 241,575 milhões. Isto aconteceu por diversas razões: em muitos casos, foi preciso refazer projetos; aconteceu uma enorme demanda de revisão de contratos motivada, principalmente, pela disparada dos insumos da construção civil; em alguns casos será preciso religar obras, devido à desistência de empresas ou incapacidade das empresas de tocarem as obras; mas, o importante é que não faltam recursos para as obras que já estão garantidos através de empréstimos, aportes do governos do Estado, emendas parlamentares e recursos do Município. O Plano de Investimentos de Contagem para os próximos três anos é de R\$ 1 bilhão. (...) Vale ressaltar que grande parte dos grandes investimentos realizados em Contagem, nos últimos 14 anos, são originários do PAC 1, de 2007, do PAC 2, de 2010, e

do PAC mobilidade urbana das cidades médias, de 2012, articulados no governo Marília Campos. Estes três planos de investimentos expressam a história do ajuste fiscal de Contagem no governo da petista: Contagem, por estar acima do limite de endividamento da Lei Fiscal, foi contemplada, nos PAC 1 e PAC 2, através de articulação da Marília com o governo Lula, com recursos do OGU — Orçamento Geral da União, sem contrapartida ou com contrapartidas simbólicas do município; já com as contas arrumadas, em 2012, no PAC Mobilidade, Contagem obteve obras através de empréstimos, como é caso dos recursos que hoje viabilizam o SIM. Então Marília não vai concluir apenas obras de governos anteriores; foi ela que iniciou muitas obras, que outros governos continuaram e será ela que vai concluir algumas obras do córrego Ferrugem; as obras de mobilidade urbana do SIM; obras em áreas de risco de vilas e favelas. Marília, em um ano, já conseguiu estruturar um novo plano de investimentos agora por iniciativa do seu terceiro governo. São recursos do governo do Estado para obras de saneamento, drenagem, moradias e outras obras de urbanização originárias do acordo da Vale. (...) Falamos apenas dos investimentos a serem realizados pela Prefeitura, mas existem outros que, mesmo que executados pelo governo do Estado e pela iniciativa privada, também favorecerão Contagem: o Estado vai executar parte das obras do Ferrugem e Arrudas; a concessionária da BR-381 poderá fazer duas trincheiras na rodovia em Contagem.

POR QUE A RECEITA DEVERÁ CRESCER MENOS EM 2022 — Não se pode planejar as despesas de 2022 tendo como base o crescimento da receita de 2021, quando seu valor atingiu R\$ 2,244 bilhões, com crescimento de 11,9%. A previsão da Secretaria da Fazenda é de que o crescimento da receita corrente de Contagem neste ano será metade do ano passado, em torno de 6%. Isso por três razões: a) a economia vai se desacelerar fortemente, dos 4,5% de crescimento para menos de 1% (a previsão do mercado é de crescimento de apenas 0,40%); b) a inflação, com o forte aperto monetário nos juros, deve ceder de 10% para metade, em torno de 5%, o que é bom para a população, mas impacta negativamente nas finanças municipais, perde-se parte do chamado “imposto inflacionário” (quando as receitas crescem mais rapidamente do que as despesas); c) Contagem, com o IPTU residencial, não tem mais como expandir a carga tributária municipal. (...) Mas, o certo mesmo é que o futuro de Contagem ficará muito dependente de um projeto de desenvolvimento para o Brasil que alavanque as receitas públicas de transferência e próprias; da evolução das receitas próprias, dependente do desempenho da economia local; do modelo de Previdência que será adotado pelos municípios como exigência federal; do controle da dívida do município que Marília fixou em seu programa

de governo de até 50% da receita corrente.

ECONOMIA E EMPREGOS

CONTAGEM GEROU 11.732 EMPREGOS FORMAIS EM 2021; É O MELHOR RESULTADO EM 10 ANOS

Contagem foi destaque em Minas Gerais na geração de empregos de carteira assinada em 2021. Foram 11.732 novos empregos, um desempenho bem acima de 2020, quando nossa cidade gerou apenas 3.362 postos de trabalho. É o melhor resultado na geração de empregos em 10 anos. Outra boa notícia foi dada pelo IBGE: dados de 2019 confirmam que Contagem continua como a terceira maior economia de Minas Gerais, à frente de Betim.

IBGE: CONTAGEM CONTINUA COMO A TERCEIRA MAIOR ECONOMIA DE MINAS —

É muito comum se ouvir entre alguns empresários de Contagem e alguns políticos de oposição, sobretudo quando cobram redução de impostos, de que nossa Cidade está perdendo as empresas para Betim. Não é verdade. Dados do IBGE, de 2019 (o PIB municipal é divulgado com dois anos atraso), comprovam que Contagem é a terceira maior economia de Minas, atrás apenas de Belo Horizonte e Uberlândia, mas à frente de Betim. Veja as cidades mineiras que estão no ranking do G-100 em termos de PIB — Produto Interno Bruto no Brasil: Belo Horizonte (R\$ 97,205 bilhões), Uberlândia (R\$ 37,628 bilhões), Contagem (R\$ 30,441 bilhões), Betim (R\$ 28,066 bilhões), Juiz de Fora (R\$ 18,695 bilhões), Uberaba (R\$ 15,541 bilhões), Nova Lima (R\$ 11,859 bilhões), Ipatinga (R\$ 11,831 bilhões). (...) Contagem, como se vê, é um município ainda muito expressivo em termos econômicos (os dados são de 2019, anteriores ao governo Marília Campos) e, em 2019, nossa cidade subiu duas posições em relação a 2018, sendo o 29º PIB municipal brasileiro, à frente de capitais como Campo Grande, Natal, Cuiabá, Maceió, Teresina, Florianópolis, Vitória, João Pessoa, Aracaju. (...) Como Contagem tem um PIB equivalente, em termos percentuais, a 0,41% do PIB brasileiro, estimamos que o PIB de nossa cidade, agora em 2021, seja de aproximadamente R\$ 34,575 bilhões.

CONTAGEM GERA 11.732 EMPREGOS DE CARTEIRA ASSINADA — Os dados de 2021 do CAGED, do Ministério do Trabalho, indicam que Contagem gerou 11.732 empregos de carteira assinada em 2021, o melhor resultado dos últimos 10 anos em nossa cidade. A evolução em relação a 2020 foi muito expressiva, sendo que naquele ano foram 3.362 empregos formais em nossa cidade. Veja a geração de empregos nas sete maiores cidades mineiras: Belo Horizonte (56.930 empregos), Uberlândia (14.143), Contagem (11.732

empregos), Betim (8.672), Juiz de Fora (6.336), Montes Claros (4.750), Ribeirão das Neves (1.712 empregos gerados). (...) Em Contagem, os 11.732 empregos gerados estão assim distribuídos por segmento da economia: serviços (4.888), comércio (3.798), indústria (2.210), construção (819) e agropecuária (17 empregos). (...) Não temos dados locais sobre a taxa de desemprego, sabemos que se a geração de empregos está positiva no setor formal, o desemprego continua muito alto, sobretudo na economia informal (trabalhadores sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria). No final de 2021, a taxa de desemprego no Brasil foi de 11,6%, ou 12,4 milhões de desempregados. Como Contagem tem 0,32% da população do país, isto significa que temos, aproximadamente, 40.000 trabalhadores desempregados em nosso município. Contagem tem uma política econômica municipal que deveria ser uma inspiração para o Brasil: o ajuste fiscal feito por Marília nos seus dois primeiros mandatos (2005 a 2012) se apoiou no corte despesas, mas sobretudo no crescimento da economia local; ajuste fiscal que, sem impor sacrifícios demasiados aos contagenses, trouxe a dívida municipal de 127% para 46,5% da receita corrente líquida. Hoje temos uma situação invejável: o município tem uma dívida baixa de 33% da receita corrente líquida; receitas próprias expressivas, o que nos menos dependente das transferências constitucionais e com uma grande capacidade de investimento, que deverá alcançar aproximadamente R\$ 1 bilhão nos próximos três anos.

CONTAGEM SE DESTACA NA ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS E NA AMPLIAÇÃO DAS EMPRESAS JÁ INSTALADAS — Dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico indicam que Contagem vem se consolidando como uma das cidades que mais atrai investimentos no Estado. São mais de R\$7 bilhões previstos para a abertura de novas empresas ou para ampliação das que já estão em funcionamento no município. Parte desse valor já foi aportado na cidade e o restante deve ser aportado a partir deste ano. Quando todos esses investimentos estiverem em operação, a expectativa é de que sejam gerados mais 18 mil novos postos de trabalho. O bom resultado alcançado pelo município se deve à coordenação e acompanhamento dos trabalhos das secretarias municipais de Desenvolvimento Econômico, de Fazenda, de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Urbano, da Procuradoria-geral do Município, da TransCon, de Saúde (por meio da Superintendência de Vigilância Sanitária) e da subsecretaria de Trabalho e Renda.

OS NOVOS INVESTIMENTOS EM CONTAGEM — São diversos os novos investimentos

previstos para a cidade. Na área central do município, por exemplo, trabalham a todo vapor as máquinas de construção do Parque Inova: empreendimento que tem cerca de 350.000 m² e abrigará um robusto complexo comércios, serviços, entretenimento e residências. É um investimento de mais de R\$ 1,7 bilhão. (...) Próximo dali, na av. João César de Oliveira, um empreendimento do grupo EPO, o Contemporâneo Mall — mixed que reúne residencial, escritórios e street shopping — está em sua fase final de construção. A terceira e última etapa do projeto, que recebeu um aporte de R\$ 50 milhões, é a construção de uma torre com 17 pavimentos, que reúne salas comerciais, apartamentos e estúdios de cerca de 30 m². (...) O street shopping do Contemporâneo Mall já está funcionando. Ele recebeu uma unidade do grupo EPA (DMA Distribuidora), que investiu mais de R\$ 5 milhões para a abertura da nova loja. (...) Os shoppings de Contagem, aliás, vêm respondendo bem ao pós-pandemia, com rápida recuperação e anúncio de novas lojas. Uma das mais tradicionais redes varejistas brasileira se instalou no Big Shopping, a Pernambucanas. Foram mais de R\$ 5 milhões aplicados na abertura da loja. O Itaú Power Shopping encerrou o ano com todas as suas lojas ocupadas, e espera receber a franquia Coco Bambu — restaurante especializado em frutos do mar. Um aporte de R\$ 5 milhões. O grupo Só Marcas Outlet, por sua vez, está aplicando R\$ 26 milhões na expansão do seu número de lojas. (...) Dois investimentos na área da saúde privada também foram anunciados. Primeiro, a aquisição do antigo Hospital Santa Helena pelo Grupo Notredame Intermédica (GNDI) — um dos maiores do país. Serão investidos R\$110 milhões na reforma e na ampliação da unidade. O segundo anúncio para o setor, a Unimed divulgou a construção de uma nova unidade hospitalar, com um investimento inicial estimado em R\$ 200 milhões, na mesma área onde funciona o Centro de Promoção de Saúde da Rede, no bairro Industrial. (...) Em setembro último, o grupo Roma inaugurou seu complexo concessionário em MinasGerais, comercializando veículos de quatro grandes montadoras globais: Fiat, Jeep, Citroen e Renault. Um aporte total de R\$ 10 milhões. (...) O grupo Komatsu (segundo maior fabricante do mundo de maquinário de construção civil e mineração) reunirá duas unidades na cidade, num investimento inicial de, aproximadamente, R\$ 95 milhões. (...) A oferta de mão de obra qualificada, pela capacitação de jovens, potencializa ainda mais a atração de novas empresas e retém as que já atuam no município. Para isso, dois empreendimentos educacionais do Sistema S, a Escola Bilíngue de Base Tecnológica do Sesi, que receberá um empenho de R\$ 40 milhões para sua construção, e o Centro de Treinamento e Desenvolvimento para a Indústria 4.0 — já inaugurado — cujo investimento foi de mais

R\$ 30 milhões.

A EXPANSÃO DAS EMPRESAS JÁ INSTALADAS EM CONTAGEM — Parte desse montante de mais de R\$ 7 bilhões em investimentos são de expansão de empresas da cidade — o que sinaliza a boa percepção do empresariado local acerca do ambiente de negócios de Contagem. (...) é o caso da Tambasa Atacadista, que investirá mais de R\$ 1,6 bilhão na ampliação dos seus negócios já consolidados e na abertura de outros empreendimentos do grupo — todos no município. Da mesma maneira, a RHI Magnesita, deve aportar R\$ 454 milhões na modernização e ampliação da sua planta de operação; a Maxion Structural Components, R\$ 35 milhões; a Transportadora Patrus, outros R\$ 6 milhões; a Belgo Bekaert, cuja soma de investimentos dos próximos 4 anos bate em R\$ 120 milhões; a Petronas Lubrificantes Internacionais, acrescenta a esse montante R\$ 27 milhões; a Magnetti Marelli reunirá dois dos seus setores em um novo endereço em Contagem, com um aporte de R\$ 3 milhões; a Tropeira Alimentos empregará R\$ 13 milhões na expansão seu Centro de Distribuição (CD) e em outros dois novos negócios; Oriente Farma, vai trazer para Contagem sua planta de operações de Ipatinga, unificando sua atuação no município, aplicando mais de R\$ 15 milhões. (...) A Construtora Emccamp, por sua vez, vai investir mais de R\$ 250 milhões em um empreendimento imobiliário em Contagem. A Cervejaria Itaipava, outros R\$ 20 milhões. (...) O setor logístico, uma das vocações de Contagem que mais afloraram nos últimos tempos, tem recebido investimentos vultuosos. É o caso do Empresarial Contendas, localizado na região da Ressaca, cujo aporte é de R\$ 1,5 bilhão em obras arquitetônicas de infraestrutura logística, distribuídas numa área de mais de 400 mil m². A Gatti Engenharia, outro empreendimento do setor, investirá, em Contagem, mais de R\$ 200 milhões na construção de um complexo logístico — uma das especialidades do grupo — nos moldes do Parque Torino, localizado na BR381. Da mesma forma a G-log, que vai aportar outros R\$ 100 milhões em um negócio da mesma natureza, a ELL Moraes empreendimentos, com outros R\$ 250 milhões, o grupo Eco Global com outro R\$ 30 milhões, a BII Par, que aplicará outros R\$ 50 milhões e a Obra MAX, com R\$ 72 milhões.

CONTAGEM É UM POLO INDUSTRIAL IMPORTANTE QUE PRECISA SER PRESERVADO; PIB DA INDÚSTRIA REPRESENTA 21% DO PIB DO MUNICÍPIO, QUASE O DOBRO DOS 11,3% DA INDÚSTRIA NO PIB DO BRASIL — A indústria de transformação em Contagem exerce importância para a economia local comparativamente muito mais expressiva que em âmbito nacional. Para além da participação direta de 21% no PIB do

município, com destaque para a indústria metal mecânica, moveleira, gráfica e de vestuários. (...) Excluindo a indústria extrativa, a construção civil e atividades de energia e saneamento, a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro limitou-se a 11,3%. (...) O parque industrial de Contagem reúne líderes nacionais e mundiais, cuja atuação do município é decisiva para que Contagem se constitua como um dos maiores polos de logística do país. (...) Importante destacar o papel estratégico das cadeias de base industrial na economia local. Além do valor agregado na indústria de transformação, alimenta cadeias produtivas robustas apresentadas por serviços estratégicos na economia municipal e de Minas — a exemplo do transporte de cargas, do centro de distribuição, locação e manutenção de equipamentos, serviços técnicos especializados; envasamento e empacotamento, que, somados, compõe parcela expressiva do importante setor de serviços constituído em Contagem. (...) A importância da indústria como força motriz para a atividade econômica em Contagem também se reflete na sua capacidade de impulsionar geração de faturamento, de empregos, de renda, de arrecadação de impostos. (...) Além do valor agregado da sua atividade direta de alimentar importantes serviços do município, a força motriz da indústria reflete também no aquecimento do comércio local.

DESTINO DA ECONOMIA DE CONTAGEM, INCLUSIVE DA INDÚSTRIA, DEPENDE DE

UM NOVO PROJETO PARA O BRASIL — O crescimento da economia e da geração de empregos, que aconteceu em 2021, não é sustentável em 2022; economistas do mercado financeiro projetam crescimento pífio de apenas 0,4% neste ano. Mas a crise brasileira não é só de governo, falta um projeto nacional que seja sustentado por uma maioria do povo brasileiro. (...) Na economia, todos os setores dependem da consolidação de uma taxa de juros baixa em linha com o mundo, e que além de estimular o crescimento econômico, reduza os encargos da dívida do governo e, ao mesmo tempo, aproxime os juros obtidos com as reservas em dólares com os juros internos (Selic). (...) No câmbio, é preciso abandonar de vez o “populismo cambial”; real muito valorizado enfraquece as exportações, fortalece as importações e gera desequilíbrios nas contas externas do Brasil; o dólar de 5,60 por 1 real é muito elevado, mas um piso não deverá ser inferior a R\$ 4,50 a 5,00. (...) O teto de gastos precisa ser revisto para abrir espaço, sobretudo, para que o setor público eleve de forma expressiva os investimentos públicos, que tem um caráter anticíclico; uma nova política fiscal precisa apostar no crescimento da economia, para alavancar também a receita; mas não é sinônimo de ganância já que, para a esquerda, o

equilíbrio fiscal não deve ser visto como uma subordinação ao mercado, mas uma forma de se ganhar autonomia deste mesmo mercado para a adoção de uma política de desenvolvimento nacional. (...) Um governo de esquerda adotará medidas de aumento do emprego, da renda e do crédito para estimular o mercado interno, que é fundamental para um projeto de desenvolvimento nacional; neste sentido será fundamental uma profunda revisão da reforma trabalhista. (...) Um governo de esquerda não será leniente com a inflação, que foi mantida sob controle nos nossos governos, dentre outras razões por que o crescimento da taxa de investimento foi sempre superior ao consumo das famílias. (...) Um governo de esquerda deverá reorganizar o nosso Estado Social, seus benefícios e financiamento, e manter as estatais, que são fundamentais ao nosso desenvolvimento. (...) E uma grande prioridade: um governo de esquerda deverá retomar de forma ampla as relações internacionais, deve abandonar a diplomacia ideológica e de extrema direita, abrindo, assim, caminhos, para a reinserção do Brasil no mundo, medida fundamental para o desenvolvimento econômico do nosso país. (...) Claro que o governo municipal pode também ajudar muito no desenvolvimento econômico, como Marília vem fazendo, com um grande plano de investimentos de R\$ 1 bilhão nos próximos três anos; atraindo novos investimentos e estimulando as empresas aqui já instaladas a ampliarem suas plantas; ampliando as compras públicas na economia local; estabelecendo regras claras e duradouras da ocupação do espaço urbano; além disso será fundamental uma grande revitalização dos centros industriais de nossa cidade.

SAÚDE

CONTAGEM FAZ A MAIOR CAMPANHA DE VACINAÇÃO DA HISTÓRIA: MAIS DE 1,1 MILHÃO DE DOSES APLICADAS

Já na campanha, Marília colocou a urgência da vacinação. No seu programa de governo o primeiro item era “Medidas emergenciais”, cuja centralidade era “Vencer a pandemia, sair da crise e reconstruir Contagem”, sendo o principal ponto: “Assegurar a vacinação contra o coronavírus de toda a população de Contagem, com prioridade para idosos e grupos de risco, ressalvadas a disponibilidade da vacina e as normas do Ministério da Saúde; garantir os insumos de responsabilidade do município e o treinamento adequado para as equipes de vacinação”. E foi exatamente esta a prioridade de Marília no governo, em 2021, na maior campanha de vacinação da história de Contagem: 1 milhão de doses aplicadas contra a Covid-19. Ou mais precisamente: 1.030.083. Neste início de ano, este número cresceu ainda mais e, no começo de fevereiro, já passa de 1,1 milhão de doses aplicadas. Veja esta e outras iniciativas neste primeiro ano de governo.

UMA CAMPANHA DE VACINAÇÃO GIGANTESCA: 1.030.083 DOSES APLICADAS —

Na virada do ano, Contagem atingiu esta marca impressionante no combate a Covid-19. Foram 489.071 pessoas vacinadas com a primeira dose (73,11% da população); 458.849 vacinadas com a segunda dose ou dose única (68,60% da população); e 82.163 pessoas vacinadas com a dose de reforço (12,28% da população). Os números de vacinados por município não são totalmente precisos porque muitos grupos prioritários, como os trabalhadores da saúde, por exemplo, são fortemente concentrados na capital e cidades polo, e se vacinaram nos locais de trabalho e não nos locais de moradia. Assim, milhares de contagenses de “grupos prioritários” se vacinaram em outras cidades. A campanha de vacinação de Contagem foi uma das mais amplas, bem organizadas e criativas dentre as principais cidades mineiras, com formas de organização e publicitárias muito envolventes, como os mutirões de vacinação; Dia “D” da vacinação; “rolezin” e virada da vacinação; carro da vacina itinerante nas diversas regiões da cidade; carros de som convocando a população para a vacinação; publicidade nas mídias sociais da Prefeitura e nos perfis pessoais de Marília. Mais recentemente, tivemos a vacinação das crianças acompanhadas dos super-heróis — a Liga da Vacina; e, uma presença de nossa cidade na mídia estadual e até nacional, nunca antes vista na história de Contagem. (...) A prefeita Marília Campos, junto com outros prefeitos de grandes cidades, pressionou muito para que as vacinas fossem distribuídas de forma mais igualitária, em especial de acordo com

a proporcionalidade da população, já que a vacinação muito centrada nos “grupos prioritários” centralizava demais as vacinas na capital e cidades polo do interior, que ainda utilizavam as “sobras” dos grupos prioritários para avançar mais rapidamente a vacinação. A pressão dos prefeitos deu resultados: no grande grupo das “comorbidades”, o governo do Estado remeteu aos municípios de acordo com proporcionalidade da população e, além disso, pela pressão da sociedade deu-se também prioridade para a vacinação por idade, critério mais universal para todos os municípios. Resultado disso, é que Contagem, que no início da campanha de vacinação ficava sempre atrás de outras cidades terminou a vacinação da população adulta acima de 18 anos bem à frente da maioria das grandes cidades do Estado. (...) Na virada do ano, Contagem oferecia direito à vacina de forma ampla à população: primeira e segunda dose a partir de 12 anos; dose de reforço a partir de 18 anos com 4 meses após segunda dose; e, no mês de janeiro, iniciou a vacinação das crianças com 5 a 11 anos.

VACINA, PRINCIPALMENTE, REDUZIU FORTEMENTE AS HOSPITALIZAÇÕES E MORTES POR Covid-19 — Os dados epidemiológicos de Contagem mostram que as políticas de combate à Covid-19 — vacinação, máscara, isolamento social — permitiram, no ano de 2021, uma forte redução do número de casos, de hospitalizações e de mortes. Veja: a) Contagem, no auge da pandemia, no mês de março/2021, teve 6.003 casos confirmados de Covid-19; o número recuou, de forma expressiva nos meses seguintes, reduzindo para 813 casos, no mês de outubro/2021 e, no final do ano, não tivemos dados atualizadas devido ao “apagão” no Ministério da Saúde; b) o número de mortes, atingiu dramáticos 359, no mês de abril de 2021, recuou progressivamente nos meses seguintes para 128 (junho), 46 (agosto) e em dezembro (foram cinco mortes). (...) A Prefeitura de Contagem, desde que Marília tomou posse, ampliou a divulgação das informações da pandemia em nossa cidade, com divulgação diária do número de pessoas infectadas, de óbitos, de pessoas recuperadas, da taxa de ocupação de leitos de UTI e enfermaria e dos números da campanha de vacinação. E, mais recentemente, a Prefeitura passou a divulgar um estudo epidemiológico mais completo com informações mais amplas da pandemia em Contagem. (...) Marília fez em Contagem um enorme esforço de pactuar uma política de combate a pandemia do coronavírus. A prefeita manteve um intenso diálogo com a Câmara de Dirigentes Lojistas — CDL Contagem, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais — Fiemg e diversos segmentos empresariais, além das entidades e lideranças comunitárias, sindicais, políticas e religiosas. A partir dessa interação, foi implantada a Campanha “Pacto pela Vida” com o objetivo de garantir o funcionamento das

atividades comerciais e industriais durante o período de pandemia, como também estimular o cumprimento dos decretos e protocolos sanitários. Fez Pacto, mas, quando necessário, “fez o que devia ser feito”, mesmo que não consensual, como no caso do fechamento das atividades não essenciais antes mesmo da adoção pelo governo do Estado da “Onda roxa” válida para todo o Estado, medida tomada depois que prefeitos da Grande Belo Horizonte se recusaram a adotar um “fechamento” de todas as cidades de forma articulada. (...) A terceira onda da Covid-19, com a variante “Ômicron”, ao contrário do que dizem os negacionistas, mostra que a vacinação é sim muito eficiente contra a Covid-19. Vacina, todos sabiam, não impedia o contágio dos vacinados, mas a realidade mostrou que ela é muito eficiente para evitar casos mais graves, com hospitalizações e mortes. Veja os números impressionantes divulgadas pelo governo de Minas, no dia 21/01/2022: a) das 437 pessoas internadas com covid na UTI no Estado, 324 delas eram não vacinadas (74,4%); 26 receberam apenas a primeira dose (5,9%); e 87 pessoas receberam duas doses ou dose única (19,9%); b) das 1.799 pessoas internadas nas enfermarias, 1.426 eram não vacinadas (79,2% do total); 118 tinham apenas a primeira dose (6,5%); e 255 tinham duas doses ou dose única (14,1% do total).

RETOMADA DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE HOSPITALAR E DE URGÊNCIA É MEDIDA HISTÓRICA DE MARÍLIA — Uma das medidas mais importantes do governo Marília foi a intervenção no IGH e a retomada da gestão da assistência Hospitalar (Hospital, Maternidade e Hospital de Campanha) e de Urgência (as cinco UPAS). Já se não bastasse a ampla privatização das estatais e nos serviços públicos de atividades-meio, a terceirização avançou muito no Brasil também nas atividades fins, como no caso da saúde de nossa cidade. Um governo de esquerda não pode aceitar isso; Marília deu um passo importante contra a terceirização / privatização do serviço público municipal. (...) Consideramos que o modelo de saúde terceirizado fracassou no Brasil. O Rio de Janeiro, estado e cidade, que liderou a implantação deste modelo está recuando. Por diversas razões. Primeiro, porque o governo perde a capacidade de gestão, criando uma situação inaceitável: a população critica as deficiências para os agentes políticos, que ficam imobilizados porque não conseguem atender aos reclamos populares. Segundo, porque a terceirização da atenção hospitalar e de urgência fragmenta as políticas de saúde, onde os governos mantêm a gestão da assistência básica, mas perdem a necessária articulação com as políticas integradas do SUS. Terceiro, porque a terceirização se tornou um “saco sem fundo”, onde, por mais que se aporte novos recursos, a situação não se resolve. Quarto, porque, sendo privada a gestão, os servidores são contribuintes do INSS, o que

enfraquece a Previdência municipal. Quinto, porque são muitos os problemas na gestão, como ocorreu em Contagem, onde a própria Controladoria Geral da União (CGU) e a Controladoria Municipal pediram o encerramento do contrato com o IGH. Sexto, porque a terceirização, em muitos casos, mascara despesas de pessoal para burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal, onde gastos de pessoal são lançados como despesas de custeio, como aconteceu em Contagem.

COM O SSA, CONTAGEM RETOMA A GESTÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E HOSPITALAR — O governo Marília Campos informou corretamente a diferença entre o IGH e o SSA — Serviço Social Autônomo, uma OS (Organização Social) municipal: no modelo atual de administração do IGH, tratava-se de um grupo privado que se organiza e cria uma entidade. Já no novo modelo, o SSA, o Executivo faz parte da gestão, com 50% de representação no Conselho de Administração. Esse modelo possibilita ao Executivo ter mais autonomia na gestão do serviço. Não é apenas um contrato, onde você solicita e alguma entidade realiza. No SSA, a Prefeitura participa do desenvolvimento e execução do serviço. (...) As principais normas que regem o SSA são as seguintes: a) o vínculo do SSA com o Município é claro: é a prefeita quem nomeia os seis membros do Conselho de Administração; os quatro membros da Diretoria Executiva são eleitos pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal formado por três pessoas nomeadas pela prefeita; b) o Conselho de Administração terá a seguinte composição: três membros indicados pela prefeita; e três membros indicados a partir da escolha da sociedade civil vinculada à saúde; Conselho Municipal de Saúde e empregados do SSA; c) a contratação de pessoal pelo SSA será feita nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, uma norma mais flexível para contratar, sobretudo, médicos; d) o Poder Executivo pode realizar cessão de servidores para o SSA; o que garantirá a continuidade dos concursos públicos para servidores da saúde.

CENTRO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS IRIA DINIZ RETOMA PLENAMENTE SUAS ATIVIDADES — Uma das cenas mais revoltantes que Contagem já viveu foi, no apagar das luzes do governo anterior, a demolição do prédio do CCE Iria Diniz pelos novos donos, sem que estivesse pronto o novo prédio, a ser alugado, para onde seria transferido o Centro. Marília assumiu o governo e teve que manter a prestação de serviços de consultas especializadas, durante um período, de forma precária em outros equipamentos de saúde do município. O ano de 2021 foi marcado, portanto, pela inauguração de nova sede para reagrupar o Centro de Atenção Especializada Iria Diniz e

retomada do atendimento de agenda integral de consultas especializadas. Um dado positivo é que o aluguel do novo prédio teve um desconto de 45% em relação ao valor inicialmente contratado pela Prefeitura, com economia anual de quase R\$ 1 milhão. Hoje são ofertados mensalmente mais de 12 mil consultas e exames, além de 1300 sessões de reabilitação, resultando na redução de 23% na fila de espera por consultas médicas especializadas e no fim da fila nas especialidades de Oftalmologia, Gastroenterologia, Angiologia, Pré-Natal de Alto Risco, Coloproctologia e Hematologia. O governo Marília Campos tem se esforçado em complementar o quadro de profissionais médicos, com mais de 10 novos médicos desde o início da nova gestão. Deste modo, conseguimos descentralizar mais especialidades para o CAE Ressaca e melhorar o acesso do usuário. Equipe de apoio também está sendo recomposta para melhorar a qualidade nos atendimentos da recepção no pós consulta. Ampliou-se em parceria com as OSC, via emendas parlamentares municipais, a oferta de atendimentos em Reabilitação (Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Psicopedagogia).

PREFEITURA TEM RECOMPOSIÇÃO HISTÓRICA DE MÉDICOS E OUTROS PROFISSIONAIS NAS EQUIPES DAS UBS — Em Contagem, a Rede de Atenção Primária é composta por 75 Unidades Básicas de Saúde (UBS) que comportam 144 Equipes de Saúde da Família (ESF), 6 Equipes de Atenção Básica (eAB), 47 Equipes Saúde Bucal (eSB-ESF), 25 Equipes Saúde Bucal de Atenção Básica (eSB-AB) equivalentes, 12 Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF), 163 Médicos da Estratégia Saúde da Família, 17 Médicos Ginecologistas e 18 Médicos Pediatras. (...) Contagem sempre enfrentou grandes problemas para a fixação de profissionais, especialmente de médicos, nas Unidades Básicas de Saúde; havia uma enorme rotatividade e, no início do governo Marília Campos, havia 45 equipes de saúde da família sem médicos e outros profissionais. Com um salário mais competitivo, conseguiu-se uma recomposição histórica dos profissionais na atenção básica, com médicos em todas as UBS. (...) Com a valorização da atenção básica todos vimos o papel fundamental que as UBS estão cumprindo no combate à Covid-19: enorme campanha de vacinação; horário estendido em UBS de todas as regiões, medida fundamental para desafogar um pouco as UPAS.

CONTAGEM ESTÁ CONSTRUINDO DUAS NOVAS UPAS — UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO — Contagem tem quatro UPAS: UPA JK, Ressaca, Petrolândia, Vargem das Flores, terá mais duas nos próximos meses: Nacional e Industrial. Com isso, Contagem vai agregar ao complexo de urgência e emergência mais dois pontos de

atendimento de porte três, com mais de seis consultórios, sala de curativo, realização de eletrocardiograma, sala de observação, sala vermelha, sala amarela, além de áreas administrativas e de apoio aos trabalhadores e trabalhadoras que atuarão na unidade. Além disso, o governo Marília Campos já tem o terreno onde será construído o novo prédio da UPA Petrolândia já existente.

DOIS GRANDES HOSPITAIS PRIVADOS ESTÃO VINDO PARA CONTAGEM — No decorrer da pandemia tivemos a oportunidade de demonstrar a enorme concentração dos serviços de saúde públicos e privados em Belo Horizonte. Hospitais públicos federais, estaduais, filantrópicos, dos servidores civis e militares, bem como toda a rede hospitalar privada, vinculada aos planos de saúde, estão sediados na Capital. Até há uns sete anos, a Unimed, por exemplo, não tinha em Contagem sequer uma Unidade de Pronto Atendimento, que foi implantada ao lado do Itaú Shopping. (...) Marília, em seu programa de governo, colocou como meta ampliar a saúde pública municipal e ampliar a presença do setor privado em nossa cidade; no governo ela conseguiu articular a vinda de dois grandes hospitais privados para nossa cidade. São eles: aquisição do antigo Hospital Santa Helena pelo Grupo Notredame Intermédica (GNDI) — um dos maiores do país; serão investidos R\$110 milhões na reforma e na ampliação da unidade; o segundo anúncio para o setor, a Unimed divulgou a construção de uma nova unidade hospitalar, com um investimento inicial estimado em R\$ 200 milhões, na mesma área onde funciona o Centro de Promoção de Saúde da Rede, no bairro Industrial. Além disso outros hospitais privados podem reforçar o atendimento do SUS em Contagem, como é o caso do Hospital São Francisco, que gere o “Hospital de Campanha” do Santa Helena.

CONTAGEM GASTA MAIS COM SAÚDE, EM PERCENTUAL DA RECEITA CORRENTE, DO QUE BELO HORIZONTE — Contagem, em 2021, gastou com saúde o total de R\$ 726,972 milhões, sendo R\$ 425,929 milhões de recursos municipais, o que representou 28,42% dos impostos que entram no cálculo da saúde, um percentual quase o dobro dos 15% previstos na legislação; os outros R\$ 301,043 milhões representam o que Contagem recebeu de transferências do SUS: da União e do Estado. (...) A Prefeitura de Belo Horizonte, ao contrário do que muitos pensam, não gasta mais com saúde pública do que outros municípios da Grande BH, como Contagem. A rede própria hospitalar da PBH, por exemplo, é de apenas dois hospitais, o Odilon Behrens e o Hospital do Barreiro; o que é o mesmo número de hospitais municipais de Contagem: o Hospital Municipal e o Hospital Materno Infantil (a nossa Maternidade) e, além disso, nossa cidade mantém na pandemia

um terceiro hospital: o Hospital Santa Helena, nosso Hospital de Campanha. Belo Horizonte, por diversas razões, concentra, na Grande BH, grande parte dos serviços de saúde públicos e privados. No SUS, além dos dois hospitais municipais, Belo Horizonte concentra um grande número da rede hospitalar do SUS — federal, estadual, filantrópico e dos servidores. O SUS é SUS em todo lugar, mas recebe pelos atendimentos, sobretudo, hospitalares, a cidade que sedia os hospitais como é o caso de BH. Com uma rede de saúde pública ampla e com os enormes recursos que recebe do SUS, a Prefeitura de Belo Horizonte gasta menos em saúde, com recursos próprios, que outras grandes cidades mineiras. A revista *Multicidades*, da Frente Nacional de Prefeitos, informa os dados de 2020. BH, naquele ano, gastou de R\$ 4,151 bilhões com saúde, sendo R\$ 2,836 bilhões com receitas do SUS e R\$ 1,314 bilhão com recursos da Prefeitura (22,9% da receita municipal). Contagem, também em 2020, gastou R\$ 631,025 milhões com saúde, sendo R\$ 292,583 milhões de transferências do SUS e R\$ 338,441 milhões com recursos municipais (29,7% da receita).

COMBATE À COVID-19 CONTINUA SENDO A GRANDE PRIORIDADE DO GOVERNO

MARÍLIA CAMPOS EM 2022 — O certo é que ainda é “incerto” o fim da pandemia. Temos que continuar usando máscaras em locais fechados e ninguém mais fala em liberação das máscaras em espaços abertos. É preciso continuar a vacinação: da primeira dose, da segunda dose, da dose de reforço e, agora, também das crianças; em postos fixos, carros da vacina, mutirões e todas as formas que facilitem a vacinação da população. Temos que retomar cuidados com aglomerações, pois baixamos muito a guarda nos últimos meses. É preciso reforçar o SUS, sobretudo na atenção básica (UBS), com horários ampliados, e nas UPAS, para onde está sendo direcionada grande parte das pessoas com Covid-19, com oferta de testagens rápidas aos usuários; uma forma de desafogar as UPAS é a implantação de transporte sanitário para transferir para as UBS os casos menos graves. É preciso reativar leitos de UTI e enfermaria, se necessário, e, para isso, é preciso reconhecer que Estados e municípios estão em melhor situação financeira que no passado, pois tiveram grande aumento das receitas e as principais despesas ficaram congeladas. (...) E tudo indica que não serão necessários, no momento, novos lockdown: “Pedro Hallal ressaltou que o uso de máscaras e evitar grandes aglomerações seguem como ações válidas para conter o avanço da Ômicron. ‘Mas paramos por aí. Não precisamos voltar a restrições muito mais severas, como fechamento de comércio, por exemplo. Isso não parece ser prioridade nesse momento. A gente não está com o serviço de saúde explodindo ainda e uma das justificativas do lockdown é evitar que o sistema

entre em colapso” (UOL, 07/01/2022).

CONTAGEM TEM CONDIÇÕES, COM AS FINANÇAS BEM ARRUMADAS, DE MELHORAR MUITO O ATENDIMENTO NA SAÚDE — O SUS Contagem pode ser dividido em três fases: a implantação; a construção da nova infraestrutura e, agora, podemos ter a terceira fase: da melhoria real do atendimento à população. Veja só: Contagem implantou o SUS no início da década de 1990, e, na mesma época, a cidade viveu uma crise financeira muito grande; as despesas se expandiram com a implantação dos direitos da Constituição de 1988 e a cidade perdeu receitas como o IPTU residencial e o ICMS caiu pela metade. Sem recursos, Contagem implantou o SUS, um enorme avanço já nos primeiros anos, mas com uma estrutura inadequada (sem Hospital, e UPAS e UBS funcionando em imóveis residenciais ou comerciais velhos). Nos dois primeiros governos Marília Campos foi possível, com a melhoria da situação fiscal, realizar um grande projeto de reconstrução da estrutura do SUS: com novas UBS mais amplas com mais de uma equipe de saúde da família; reforma e construção das UPAS, ampliação do Hospital e construção da nova Maternidade; obras que foram concluídas no governo seguinte. (...) Agora Contagem, com as finanças arrumadas, pode dar um passo à frente e oferecer um serviço de melhor qualidade à população, onde se destacam as seguintes medidas: fixar médicos e outros profissionais em todas as UBS, além da implantação de novas; construção de novas UPAS; problemas históricos, como o acesso às consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas poderão ser minimizados ou até mesmo resolvidos, além da construção de uma nova sede para o Iria Diniz; ampliação e melhoria do atendimento no Complexo Hospitalar; implantação de novos e grandes equipamentos de saúde mental; uma demanda histórica do SUS Contagem deverá ter grandes avanços, que é a valorização dos servidores; e, na saúde suplementar, para atender os clientes dos planos de saúde, Contagem poderá ter dois novos grandes hospitais privados.

EDUCAÇÃO

CONTAGEM PRONTA PARA A VOLTA ÀS AULAS

As aulas presenciais foram suspensas no município em 18 de março de 2020. Desde então, dois grandes objetivos têm ocupado os servidores da Educação, a direção das escolas e a SEDUC de conjunto: a) mitigar, ao máximo possível, os efeitos negativos da pandemia sobre o processo ensino/aprendizado via a adoção de metodologias de ensino ligadas à EAD (Educação à Distância) e b) criar as condições para o retorno seguro das aulas presenciais e ao indispensável convívio dos jovens aprendizes com o ambiente escolar, no pós-pandemia.

EDUCAÇÃO DE CONTAGEM NA PANDEMIA — A estimativa é que, desde o início deste ano, o governo municipal tenha realizado investimentos da ordem de R\$ 70 milhões para ampliar e qualificar as oportunidades do ensino remoto para os estudantes da Rede Municipal de Ensino e para criar as condições de retorno às aulas presenciais.

Entre outros, foi antecipada a vacinação (primeira e segunda doses) contra Covid-19 para todos os trabalhadores da Educação e crianças e jovens de 12 a 17 anos; a SEDUC ofereceu diversos cursos de formação tecnológica e elaborou o “Trilha do Saber”, documento orientador para o planejamento de atividades remotas; ampliou o sinal de internet nas escolas; alugou computadores a serem emprestados às escolas e aos professores; comprou chips de celulares, com pacotes de dados 4G para escolas, professores (as), pedagogos (as) e auxiliares de biblioteca da Rede Municipal de Ensino, além de oferecer o vale merenda para todos os estudantes da rede com renda igual ou inferior a três salários-mínimos (entrega encerrada em outubro) e garantir, aproximadamente, 40 mil kits de peças de uniforme para atender a demanda da Rede Municipal, contemplando a Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Educação de Jovens e Adultos — EJA.

INVESTIMENTO VALE MERENDA*	
JANEIRO	2.740.750,00
FEVEREIRO	2.740.750,00
MARÇO	2.741.400,00
ABRIL	2.842.550,00
MAIO	2.832.450,00
JUNHO	2.845.200,00
JULHO	2.844.900,00
AGOSTO	2.844.900,00
SETEMBRO	2.844.900,00
OUTUBRO	2.844.900,00
TOTAL	28.122.700,00
Os pagamentos referentes a Janeiro, Fevereiro e Março, são parcelas referentes ao contrato estabelecido da Gestão anterior.	
*Não inclui FUNEC	

DÉFICIT DE EDUCADORES E CONTRATAÇÃO DE PESSOAL — A Rede Municipal de Ensino de Contagem alcança cerca de 59.844 estudantes matriculados, distribuídos em 2.603 turmas, nos três turnos de funcionamento e em 124 unidades de ensino, distribuídas pelas (oito) Administrações Regionais. É formada pela Educação Infantil, o Ensino Fundamental, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Rede Municipal de Contagem conta ainda com uma rede parceira de 23 unidades de Educação Infantil (creches ou pré-escolas) conveniadas com o Município, com um total de 3.323 crianças de 0 a 5 anos matriculadas. Também inclui o Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que são ofertados, gratuitamente, pela Funec, mantida pela prefeitura, com 10 unidades de ensino e um total de 3 100 matrículas no Ensino Médio e Técnico.

Em dezembro de 2020, a SEDUC contava com 3.591 servidores efetivos ativos. O Plano de Atendimento de 2021 dimensionou a força de trabalho necessária em, aproximadamente 6 mil cargos. A Tabela I abaixo ilustra o quantitativo dos professores efetivos, contratados e prorrogações de jornada em função do déficit registrado.

PROFESSORES EFETIVOS, CONTRATADOS E PRORROGAÇÕES DE JORNADA NA REDE MUNICIPAL DE 2021							
MÊS	EFETIVOS	FLEXIBILIZAÇÃO	TOTAL 1	CONTRATOS	PRORROGAÇÃO	TOTAL 2	TOTAL GERAL
Janeiro	3575	0	3575	603	0	603	4178
Fevereiro	3565	527	4092	603	350	953	5045
Março	3555	563	4118	832	398	1230	5348
Abril	3553	566	4119	1043	436	1479	5598
Mai	3545	555	4100	1266	465	1731	5831
Junho	3537	537	4074	1476	456	1877	5951
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							

Fonte: SEDUC/2021

NOMEAÇÃO DE MAIS DE MIL PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM CONCURSO DE NÍVEL SUPERIOR – Iniciativa decisiva para combater o déficit de pessoal na Educação, a Prefeitura nomeou os aprovados no concurso realizado em outubro de 2021, com participação de mais de 15mil candidatas. Foram aprovados cerca de 1.500 inscritos e, destes, convocados 1.123 trabalhadores de nível de ensino superior, dos quais 1.019 são professores de PEB1 e PEB2. Dentre os trabalhadores e trabalhadoras nomeados no concurso, 354 são negros e negras.

SEDUC	
Cargo	Quant
Analista de Gestão Escolar	9
Assistente de Gestão Escolar	2
Bibliotecônomo	7
Nutricionista Escolar	5
Pedagogo Ped I	81
Professor de Educação Básica Peb1 — II	572
Professor de Educação Básica Peb2 — Artes	30
Professor de Educação Básica Peb2 — Ciências	45
Professor de Educação Básica Peb2 — Educação Física	71
Professor de Educação Básica Peb2 — Ensino Religioso	8
Professor de Educação Básica Peb2 — Geografia	33
Professor de Educação Básica Peb2 — História	45
Professor de Educação Básica Peb2 — Inglês	89
Professor de Educação Básica Peb2 — Matemática	48
Professor de Educação Básica Peb2 — Português	78
	1.123

Déficit na Educação infantil — A Meta 1 do Plano Nacional de Educação é universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE, em, 2024. Como demonstra a tabela a seguir, a cobertura da demanda por vagas na educação

infantil na faixa de 4 a 5 anos, está praticamente universalizada. Mas, falta-nos atingir a segunda parte da meta e, no parecer do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE), situação do município é grave, com sério risco de descumprimento da meta.

Quadro 1 – Monitoramento da Meta 1 do PME	
Meta 1-A: Universalização da educação infantil para crianças de 4 a 5 anos, até 2016.	73,69%
Meta 1-B: Ampliação da oferta de vagas da educação infantil em creches, a fim de atender ao menos 50% das crianças de 0 a 3 anos, até 2024.	19,04%
Fonte: TCEMG. Processo 107828. Prestação de Contas do Executivo Municipal - Exercício de 2018. P. 07	

Para atingir as metas propostas, o Governo Marília Campos prevê a ampliação das vagas disponíveis nas escolas municipais de Educação Infantil e reforço da parceria com a rede conveniadas. Destacam-se as seguintes ações neste sentido:

- ✓ Inauguração do Centro Municipal de Educação Infantil (Cemei) Vila São Paulo, em 12 de maio de 2021;
- ✓ Conclusão dos cemeis Colonial, na região da Sede, e Arvoredo, na região da Ressaca.
- ✓ Previsão de construção de mais 8 unidades de educação infantil: Unidade Cabral, na região da Ressaca; Unidade Solar do Madeira, no Petrolândia; Carajás/Pedra Azul na região.

EM 2021, CONTAGEM NÃO INVESTIU O MÍNIMO CONSTITUCIONAL DE 25% COM A EDUCAÇÃO — O crescimento atípico e acentuado das receitas municipais no ano passado, e o congelamento dos gastos com as despesas públicas determinado pela Lei 173/2020, impediram que a Prefeitura gastasse com a Educação o mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal. Em 2021, a Prefeitura investiu apenas 16,9% da receita do município na pasta (R\$ 254 milhões) e depositou os R\$ 121 milhões restantes no Fundo Municipal de Educação — FME, para ser utilizados nos anos de 2022 e 2023. A solução para este problema depende a aprovação da PEC 13/2021, em tramitação no Congresso Nacional.

APROVAÇÃO DA PEC 13/2021 PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS É FUNDAMENTAL PARA OS MUNICÍPIOS — Esta a situação levou prefeitos de grandes cidades de todo o país e de todos os partidos, a articularem a chamada PEC 13, que flexibiliza a obrigatoriedade do gasto mínimo de 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino. A PEC desobriga a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios da aplicação do mínimo da receita no exercício de 2020, em razão do desequilíbrio fiscal ocasionado pela

pandemia da Covid-19, e fixa o prazo até 2023 para que o gasto da sobra seja realizado. Ou seja, a PEC não libera os municípios de gastar os 25%, mas garante melhores condições para o cumprimento da obrigação, já que nestes dois anos acaba o congelamento salarial dos servidores.

GASTOS COM DO FUNDEB JÁ CONSOMEM MAIS DE 70% COM PAGAMENTO DE PROFESSORES. A Prefeitura destinou, em 2021, 72,2% dos recursos do FUNDEB para pagamento dos trabalhadores e trabalhadoras da educação básica do município. Ou seja, mais que o mínimo obrigatório.

IDEB: ABAIXO DAS METAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ao longo dos anos, Contagem vem se mantendo ligeiramente abaixo das metas projetadas pelo Ministério da Educação. A melhoria da qualidade do ensino é um dos maiores desafios da gestão.

IDEB CONTAGEM				
Rede Municipal de Ensino				
ANO	4ª série / 5º ano		8ª série / 9º ano	
	Ideb Observado	Metas Projetadas	Ideb Observado	Metas Projetadas
2005	4.7		3.7	
2007	4.4	4.7	4.3	3.7
2009	5.2	5.1	4.1	3.9
2011	5.4	5.5	4.4	4.1
2013	5.5	5.7	4.2	4.5
2015	5.8	6.0	4.6	4.9
2017	6.1	6.2	4.6	5.2
2019	5.9	6.5	4.8	5.4
2021		6.7		5.7

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP

PPA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS FOI SUSPENSA — A gestão anterior firmou um contrato tipo PPP (Parceria Público-Privada) para construção de quatro Centros de Educação em Tempo Integral no município, e ampliação de outra, no Sapucaias III, ao custo de quase R\$ 608 milhões em obras e manutenção predial por trinta anos. Dentre as quatro novas unidades, apenas a ampliação do prédio da Escola Municipal Luís Carlos Prestes (Sapucaias III) foi iniciada, mas teve as obras suspensas. atual gestão decidiu suspender o contrato relativo às cinco escolas, submetendo-o a um Processo Administrativo.

NÃO AO PROJETO “MÃOS DADAS” DO GOVERNO DO ESTADO — O governo Zema pretende transferir para os municípios a responsabilidade pelos anos iniciais do ensino fundamental, que hoje é uma obrigação do estado. A proposta, chamada projeto “Mãos

Dadas”, está em tramitação na Assembleia Legislativa na forma do Projeto de Lei (PL) 2.657/21, de autoria do governador. No caso de Contagem, a ideia é que o município absorva 4.340 estudantes dos anos iniciais da rede estadual. A Secretaria Municipal de Educação já atende a 85% da demanda por ensino fundamental na cidade, e não pode ser mais sobrecarregada. Após amplo debate com as equipes da Seduc, e da realização de um amplo estudo de impacto, a prefeita Marília Campos decidiu rejeitar a oferta.

OBRAS E INFRAESTRUTURA

PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO PARA GARANTIR A PREVISIBILIDADE DAS ENTREGAS

Ao final de 2021, a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura apresentou seu plano de trabalho e de investimentos para os três próximos anos. No total, a atual gestão prevê a aplicação de cerca de R\$ 1 bilhão em projetos, somando os que estão em curso e aqueles que serão efetivados a partir deste ano. Metade desse montante, num valor estimado em, aproximadamente, R\$ 565 milhões, será destinado a retomada das obras paralisadas, a exemplo do Complexo da Avenida Maracanã com editado edital já publicado; à emissão da Ordem de Serviço para a execução das alças do viaduto da Avenida Helena de Vasconcelos Costa; ao reinício da obra do viaduto da Avenida Pio XII, sobre a 040; a agilização das obras do corretor de transporte Norte Sul, na Avenida João César e à construção das bacias de contenção B3 e B4 do córrego Ferrugem, negociadas no acordo da Vale.

A secretaria também adotou um modelo de relacionamento com as principais concessionárias de serviços da Prefeitura (COPASA e CEMIG), que também são responsáveis pela execução de obras públicas no território, organizando o fluxo dos processos de demandas dessas empresas para a Prefeitura e vice-versa, agilizando um processo que, normalmente, é extremamente complexo. No caso da COPASA, está em pauta uma robusta meta de investimentos tendo em vista a ampliação da rede de coleta de esgoto nas regiões da Pampulha e Vargem das Flores, além da retomada de projetos iniciados nas gestões anteriores da prefeita Marília Campos e, posteriormente, paralisados, tais como os do Córrego Tapera, na região do Ressaca, e Vila Lemp, na regional Riacho.

A apresentação do plano culmina o processo de reorganização da Secretaria de Obras que, no início do governo, encontrou um pacote de investimentos deixado pela administração anterior com graves problemas de execução, além de uma estrutura precária e mal planejada para realizar com eficiência as tarefas que deveria enfrentar. Este capítulo trata das soluções desenvolvidas e que capacitaram a Secretaria Municipal de Obras como executora do conjunto dos empreendimentos públicos municipais na cidade, desde as pequenas intervenções e zeladoria até o planejamento das grandes obras de infraestrutura urbana.

CONTINUIDADE DAS OBRAS ANTERIORES — A Secretaria priorizou a continuidade das obras contratadas desde as administrações anteriores, conforme o compromisso explícito assumido pela prefeita Marília Campos na campanha eleitoral. Vários desses empreendimentos estavam parados, alguns apresentavam problemas de execução, haviam pedidos de atualização dos valores dos contratos e, inclusive, demandas relativas a pagamentos que deixaram de ser feitos nas gestões anteriores. Foram abertas negociações com as empresas para a retomada desses empreendimentos e, na maioria desses casos, o processo de renegociação de preços e projetos foi bem-sucedido. Em outros casos, as negociações não chegaram a bom termo levando ao distrato com a empreiteira responsável e abertura do caminho para contratação de outra empresa no mesmo processo licitatório ou para uma nova licitação.

DEMOCRATIZAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL SOBRE AS OBRAS — Por determinação da prefeita Marília Campos e com o apoio e parceria das Administrações Regionais, passaram a ser constituídas Comissões de Moradores em todas os empreendimentos executados pela Secretaria com o objetivo tanto de acompanhar o andamento dos trabalhos quanto de fazer sugestões de melhorias do projeto. As Administrações Regionais, igualmente, passaram a cumprir papel ativo na definição de prioridades territoriais e monitoramento dos trabalhos. Esse é um diferencial democrático relevante na própria concepção de organização da Secretaria que evita, ou atenua, os conflitos possíveis entre as comunidades atingidas e os empreendimentos em andamento.

PLANEJAMENTO, TRANSPARÊNCIA E PREVISIBILIDADE — Foi introduzido nesta gestão o conceito de planejamento de curto, médio e longo prazo — que não havia. O encaminhamento das obras era conduzido “conforme a demanda”, sem uma estrutura de planejamento apta a verificar e acompanhar a execução dos empreendimentos ao longo de um determinado cronograma físico e financeiro efetivo. Esse é um processo que não está 100% concluído, mas a Secretaria já é capaz de apresentar um cronograma factível e dar previsibilidade tanto para gestão quanto para a comunidade sobre as perspectivas de entrega.

CENTRALIZAÇÃO – A Secretaria de Obras passou a centralizar a elaboração do projeto e a execução de todos os empreendimentos da Prefeitura. Anteriormente, a responsabilidade pelas obras estava fragmentada e dispersa por diferentes pastas, conforme cada objeto. A centralização obedeceu ao objetivo de assegurar a efetividade do planejamento, consistência das informações e melhor qualidade dos projetos.

RELACIONAMENTO COM OS EMPRESÁRIOS — Foram estabelecidas novas bases de relacionamento com as empresas tendo em vista a compatibilização dos interesses privados e os interesses do poder público municipal. A meta é que as empresas e a Secretaria de Obras assumam, cada vez mais, compromissos com a efetiva qualidade técnica das obras e serviços executados, com o cumprimento dos prazos dos cronogramas e com um relacionamento transparente e ético na gestão dos contratos e na resolução dos problemas e eventuais desequilíbrios financeiros decorrentes da atual conjuntura.

ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL — Adoção de uma articulação eficiente e produtiva entre a Secretaria de Obras com as Administrações Regionais e demais secretarias via, em especial, a Câmara de Políticas Urbanas e a Câmara de Coordenação Orçamentária e Administração Financeira (CCOAF). Essa articulação tem contribuído para viabilizar a coesão, qualidade e agilidade a todo o processo de organização das ações.

OBRAS ENTREGUES EM 2021:

- ✓ Inauguração dos equipamentos UBS e Cemei Vila São Paulo;
- ✓ Requalificação das vias de Nova Contagem;
- ✓ Duplicação do viaduto das Américas II;
- ✓ Contenções de encostas no morro dos Cabritos, na Ressaca, e Vila Sapolândia no Industrial;
- ✓ Melhorias nas vias do Riacho;
- ✓ Construção do Parque Linear da Barraginha, no Industrial, e do Cemei Colonial, na Sede;
- ✓ Restauração da Casa de Cultura Nair Mendes Moreira;
- ✓ Drenagem e pavimentação das ruas Areias, Piatã e Parati na Vila Sapolândia no Nacional.

INVESTIMENTOS DE R\$ 1 BILHÃO PARA MELHORAR A VIDA DA POPULAÇÃO — O governo apresentou no início do ano o plano de investimentos da Prefeitura em obras para os próximos três anos. Somados serão aplicados recursos na ordem de R\$ 1 bilhão para execução dos projetos, alguns já em curso e outros aguardando o processo licitatório. Entre os grandes investimentos estão, por exemplo, a implantação do camelódromo no Projeto do Boulevard — 2ª etapa com valor previsto de R\$ 8.929.423, 83 e a contenção na margem do córrego Ferrugem sob o viaduto da avenida David Sarnoff, no valor de R\$ 4.070.000,00. No conjunto, o pacote contempla obras de infraestrutura como

macrodrenagem, contenção, requalificação urbana por todo o município, ainda tem obras de mobilidade, serviços de limpeza urbana e manutenção elétrica.

PLANO DE INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS EM EXECUÇÃO	
OBRAS DE MOBILIDADE	R\$ 215.916.261,69
OBRAS DE INFRAESTRUTURA	R\$ 47.229.706,66
SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA	R\$ 42.378.357,02
SERVIÇOS DE OBRAS DE MANUTENÇÃO	R\$ 46.777.429,88
OBRAS DE SAÚDE	R\$ 11.065.886,93
OBRAS DE ESPORTE E CULTURA	\$5.093.631,94
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA	\$34.333.213,34
SERVIÇOS DE CONSULTORIAS	R\$ 74.910.10,56
TOTAL	R\$ 477.704.498,02

PREVISÃO DE NOVAS LICITAÇÕES SEMOBS		
REGIONAL	OBJETO	VALOR PREVISTO
SEDE	OBRA DA AVENIDA MARACANÃ SANEAMENTO E MOBILIDADE — 2ª LICITAÇÃO	R\$ 166.283.410,00
RESSACA	IMPLANTAÇÃO DA ALÇA DE RETORNO PARQUE LINEAR SARANDI	R\$ 7.381.997,34
RESSACA	REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL DO PARQUE LINEAR SARANDI	R\$ 10.000.000,00
SEDE	IMPLANTAÇÃO DO CAMELÓDROMO DO BOULEVARD PORTUGAL	R\$ 8.929.423,83
ELDORADO	REFORMA + AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MODERNIZAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS	R\$ 614.283,92
ELDORADO	CENTRO DE CONVIVÊNCIA GALPÃO DO IDOSO	R\$ 451.244,25
RIACHO	REFORMA DO CAMPO DE FUTEBOL ESTRELA DE OURO	R\$ 350.000,00
SEDE	REFORMA DO CAMPO DE FUTEBOL PEROBAS	R\$ 800.000,00
SEDE	DRENAGEM PLUVIAL NA RUA FELINTON VENCESLAU DOS SANTOS NO BAIRRO KENNEDY	R\$ 3.376.795,00
SEDE	CONTENÇÃO NA MARGEM DO Córrego sob o Viaduto David Sarnoff	R\$ 4.070.000,00
DIVERSAS	MACRODRENAGEM NO BAIRRO ÁGUA BRANCA — IMPLANTAÇÃO, EXPANSÃO E RECUPERAÇÃO DE SISTEMAS DE DRENAGEM	R\$ 22.268.251,24
DIVERSAS	2º PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE VIAS — SEMOBS	R\$ 50.000.000,00
DIVERSAS	PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE VIAS — CONVÊNIO COM ESTADO	R\$ 6.239.748,97
DIVERSAS	BACIAS DE DETENÇÃO B3 E B4 — CONVÊNIO COM ESTADO: RECURSO VALE + CONTRAPARTIDA	R\$ 105.000.000,00
DIVERSAS	CONSULTORIA DE PROJETOS	R\$ 25.222.959,78
DIVERSAS	CONSULTORIA DE APOIO TÉCNICO E SUPERVISÃO DE OBRAS	R\$ 60.000.000,00
DIVERSAS	GEOTECNIA E TOPOGRAFIA PARA APOIO A FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	R\$ 5.000.000,00
DIVERSAS	CONSULTORIA DE FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS E CONTROLE TECNOLÓGICO DE OBRAS	R\$ 3.000.000,00
		R\$ 564.874.379,38

OBRAS PRIORITÁRIAS POR REGIONAL

ELDORADO: Revitalização e pintura do ginásio Califórnia e área externa; Revitalização e manutenção Praça Nossa Senhora da Glória; Urbanização da praça do antigo Fórum; Revitalização e manutenção Praça Sô Teco; Requalificação da área verde lindeira a avenida Olímpio Garcia; Programa de revitalização de vias SEMOBS.

INDUSTRIAL: Readequação do prédio da receita para instalação da Guarda Municipal; Construção Cemei Industrial (terreno da feira da Toshiba); Prevenção contra incêndio e acessibilidade na Escola Municipal Virgílio de Melo Franco; Pedreira Santa Rita, divisa bairros Amazonas e Santa Maria; Reforma da UBS Amazonas; Programa de revitalização de vias SEMOBS;

NACIONAL: Reforma da cozinha comunitária do Nacional; Construção Cemei (loteamento Conquista Vereda); Construção de Cemei Confisco (tipo II); Reforma do campo de futebol Terrestre no bairro Nacional; Programa de revitalização de vias SEMOBS;

PETROLÂNDIA: Reforma e manutenção geral na Escola Municipal Paulo César Cunha; Pista de caminhada no bairro Sapucais II; Construção da nova UPA Petrolândia; Contenção do córrego do Parque Tropical; Programa de revitalização de vias SEMOBS.

RESSACA: Readequação do Complexo do Ciretran (regional e guarda); Reforma do telhado da 3ª Inspeção da Guarda Municipal bairro Sarandi; Readequação do Complexo do Ciretran: implantação do restaurante popular Ressaca; Construção Cemei Jardim Laguna; Reforma PEC 7000; Urbanização e paisagismo da Praça do Divino; Área verde do Oitis; Reforma e ampliação da sala de recepção da UPA Ressaca; Programa de revitalização de vias SEMOBS.

RIACHO: Construção de Cemei Parque Riacho das Pedras; Conclusão de reforma Escola Municipal Renê Chateaubriand Domingues; Projeto para reforma da pista de caminhada, ciclovia, paisagismo e iluminação pública na avenida Firmo de Mattos; Revitalização do Ginásio Poliesportivo do Riacho e área externa; Pedreira do Riacho; Urbanização e paisagismo da Praça do Inconfidentes (praça dos ciganos); Reforma da UBS Monte Castelo; Programa de revitalização de vias SEMOBS.

SEDE: Manutenção do telhado da prefeitura; Reforma do telhado da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Acessibilidade da prefeitura; Readequação do prédio da

antiga Câmara Municipal; Restauração da Casa de Cacos e área externa; Antigo cine teatro 1 e 2 etapas; Restauração do Cine Teatro Tony Vieira — 1ª e 2ª etapas; Reforma do prédio Seds — Secretaria de Defesa Social; Construção de Cemei Inova Parque (tipo II); Prevenção contra incêndio e acessibilidade na Escola Municipal Coronel Antônio Augusto; Requalificação urbanística, paisagística da área da praça das Jabuticabas, Jabuticabinhas e intervenções do córrego da Sede; Intervenção e paisagismo da Praça do Rosário; Intervenção e paisagismo da Praça Tancredo Neves (integração da prefeitura com praça); Programa de revitalização de vias SEMOBS.

VARGEM DAS FLORES: Reforma do restaurante popular de Nova Contagem; Reforma PEC 3000; Reforma do campo de futebol Retiro em Nova Contagem e vias do entorno; Reforma do campo de futebol Beira Campo; Reforma da UBS Vila Soledade; Construção da UBS Nova Contagem; Programa de revitalização de vias SEMOBS.

MANUTENÇÃO DA CIDADE

A ZELADORIA PRESENTE EM TODAS AS REGIÕES DA CIDADE

Um dos pontos mais críticos do legado recebido pelo atual Governo se refere aos serviços de cuidado e manutenção da cidade, área com forte incidência sobre a avaliação da Administração dada a alta visibilidade da capina, da limpeza urbana e das Operações Tapa Buraco (OTB), dentre outras. Ao tomar posse, a prefeita Marília Campos encontrou estas áreas em situação de forte abandono, com contratos inexistentes ou insuficientes e somente 40% da cidade era cuidada.

Foram adotadas medidas urgentes e emergências para conseguir atender de pronto a demanda reprimida e garantir a zeladoria em todas as regiões da cidade de modo sistemático. Ano passado, a Prefeitura providenciou a contratação de equipes extraordinárias para os serviços, dobrando o contingente de pessoal, e conseguiu universalizar o atendimento chegando às oito regionais duas vezes no ano. Os cuidados com a cidade, por meio de intervenções como a coleta de lixo, capina, OTB, desassoreamento de córregos, etc, consumiram cerca de R\$ 113 milhões em 2021. No total, são centenas de milhares de intervenções para manter a cidade preservada e cada vez mais um bom lugar para viver.

O trabalho em 2022 já começou, com os mutirões da limpeza, Operação Tapa Buraco para minimizar os danos causados pela chuva e a capina das escolas da rede municipal, preparando para o retorno das aulas presenciais, além dos principais corredores urbanos com maior fluxo de pedestres e veículos. Confira.

OPERAÇÕES TAPA BURACO	
2021	
Regional	Quantitativo*
SEDE	585
NACIONAL	497
RESSACA	580
VARGEM DAS FLORES	215
ELDORADO	574
INDUSTRIAL	464
RIACHO	408
PETROLÂNDIA	351
TOTAL	3.674
* Em número de chamadas	

MELHORAMENTO DE VIAS VICINAIS	
2021	
Regional	Quantitativo*
SEDE	34
NACIONAL	14
RESSACA	3
VARGEM DAS FLORES	49
ELDORADO	0
INDUSTRIAL	0
RIACHO	0
PETROLÂNDIA	11
TOTAL	111
* Em número de chamadas	

MANUTENÇÃO NOS DISPOSITIVOS DE DRENAGEM	
2021	
Regional	Quantitativo*
SEDE	1.562
NACIONAL	1.462
RESSACA	1.998
VARGEM DAS FLORES	1.696
ELDORADO	2.528
INDUSTRIAL	1.489
RIACHO	1.414
PETROLÂNDIA	1.031
TOTAL	13.180
* Em número de chamadas	

LIXO COLETA DOMICILIAR	
2021	
Regional	Quantitativo*
ELDORADO	29.660
INDUSTRIAL	13.275
NACIONAL	17.702
PETROLÂNDIA	15.216
RESSACA	24.932
RIACHO	17.522
SEDE	15.599
VARGEM	11.487
TOTAL	145.394
* Em toneladas	

VARRIÇÃO DE VIAS	
2021	
Regional	Quantitativo*
ELDORADO	44.558
INDUSTRIAL	13.461
NACIONAL	3.317
PETROLÂNDIA	3.636
RESSACA	8.711
RIACHO	12.901
SEDE	21.560
VARGEM	3.574
TOTAL:	111.718
* Em toneladas	

REMOÇÃO MECANIZADA DE RESÍDUOS DESCARTADOS EM VIA PÚBLICA	
2021	
Regional	Quantitativo*
ELDORADO	1.799
INDUSTRIAL	782
NACIONAL	3.303
PETROLÂNDIA	3.088
RESSACA	2.733
RIACHO	324
SEDE	2.577
VARGEM	3.099
TOTAL:	17.705
* Em toneladas	

CAPINA DE VIAS	
2021	
Regional	Quantitativo*
ELDORADO	736
INDUSTRIAL	679
NACIONAL	333
PETROLÂNDIA	315
RESSACA	408
RIACHO	382
SEDE	706
VARGEM	236
TOTAL:	3.795
* Em Km	

PEQUENAS INTERVENÇÕES	
2021	
Regional	Quantitativo*
SEDE	116
NACIONAL	40
RESSACA	76
VARGEM DAS FLORES	141
ELDORADO	255
INDUSTRIAL	177
RIACHO	171
PETROLÂNDIA	100
TOTAL	1.076
* Em número de chamadas	

MOBILIDADE E TRÂNSITO

INOVAÇÃO E PRIORIDADE PARA A MOBILIDADE ATIVA — AS PESSOAS IMPORTAM

Com o lema “o que importa são as pessoas”, a Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes (TransCon) tem como foco a garantia do acesso à cidade, independente da condição financeira ou de deslocamento, do cidadão. Para garantir isso, o pleno acesso a todos os serviços ofertados na cidade, a TransCon busca em seu planejamento e em suas ações melhorar a dinâmica entre os diversos meios de deslocamento no município, atribuindo maior segurança e equidade nos serviços e infraestrutura de mobilidade diferentes territórios. Com essa perspectiva, entre as intervenções no sistema de mobilidade urbana de Contagem em 2021, cabe destaque para:

PACTO PELA VIDA — devido a pandemia da Covid-19 a TransCon intensificou as medidas preventivas nos ônibus de Contagem e, desde abril, 261.827 viagens foram fiscalizadas via a Central de Monitoramento do Transporte Coletivo, em especial, quanto ao cumprimento da viagem e a lotação dos veículos;

INTERVENÇÕES VIÁRIAS — Contribuições para melhoria da segurança e da circulação viária, através de pequenas intervenções no trânsito são demandadas diariamente pra TransCon. Foram realizadas 3.348 sinalizações verticais — placas de regulamentação e advertência, risco de alagamento e risco geológico —, além de implantados diversos redutores de velocidade, dois semáforos para ciclistas, 10 semáforos para deficientes visual e novos semáforos inteligentes, bem como manutenções e novas sinalizações horizontais. Apenas no segundo semestre, foram atendidas mais de 140 demandas da população em intervenções de segurança viárias.

TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO MUNICIPAL — O principal serviço gerenciado pela TransCon começa a sair da maior crise do setor. A diretriz pública e os princípios dessa gestão nortearam as ações. A partir do segundo semestre de 2021, com a constante retomada da demanda, 90% das linhas do transporte coletivo municipal tiveram o quadro de horários ampliado. Com isso, houve aumento de mais 235 horários. O itinerário de sete linhas foi alterado para melhor atender a população.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE REGULADOS — com vistas a regularizar a prestação do serviço de Transporte Escolar, ter maior controle da operação e dar maior segurança aos operadores e usuários elaborou-se um novo regulamento que foi discutido no Fórum de

Transporte Escolar, no Conselho Municipal de Transportes. O desdobramento foi o credenciamento de novos prestadores de serviço e o recredenciamento dos atuais.

PROGRAMA SEM LIMITE — um marco na garantia da equidade e pleno acesso à cidade, realizou mais de 14.000 atendimentos para mais de 2.000 usuários o longo do ano.

MOBILIDADE ATIVA — Caminhar e andar de bicicleta com segurança pela cidade é uma ação prioritária. Assim, Contagem ganhou 2.651 m² de novas áreas adequadas ao caminhamento. Entre junho e agosto, foram entregues as primeiras intervenções de urbanismo tático da cidade, no entorno da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira, no entorno da Escola Estadual Helena Guerra e na Praça ABC, em Nova Contagem. Nesses locais, as novas áreas para o pedestre ganharam mais vida e mais cor, o que além de tornarem o trânsito mais seguro para pedestres e ciclistas, trazem um novo olhar sobre o espaço urbano. O entorno do Ginásio Parque Tropical ganhou uma pista de caminhada e a que já existia, na avenida dos Retirantes, foi revitalizada. Em agosto, foi implantada a primeira ciclovia na cidade, ao longo do Sarandi, com quatro quilômetros de extensão e em conjunto com a ciclovia da Pampulha temos a primeira Ciclovia metropolitana da RMBH, ligando o Parque Sarandi a Pampulha, um exemplo de ação conjunta entre os municípios de Belo Horizonte e Contagem.

Em dezembro, foi publicado o edital para contratação a elaboração do Plano de Ação da Mobilidade Ativa, que irá planejar a adequação do espaço urbano para a segurança do pedestre e do ciclista.

REVISÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA — em paralelo a revisão do Plano Diretor e buscando adequar as novas diretrizes urbanas e qualificar a legislação para os novos desafios da mobilidade urbana foi dado início ao processo de revisão do Plano de Mobilidade Urbana Municipal.

RETOMADA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR — Dentro dos princípios da construção coletiva e de ouvir para governar logo no início ampliou-se os canais de participação social que culminou no segundo semestre com a implantação de dois canais — as Comissões Regionais de Mobilidade Urbana e dos Fóruns Setoriais — a partir dos quais a comunidade e os autorizatários — taxista e escolares — passam a participar da gestão debater e contribuir com a construção de uma cidade inclusiva e resiliente. Foram realizadas em 2021, 152 reuniões com as administrações regionais, comunidade e os conselhos e 13 reuniões dos fóruns setoriais.

JORNAL “PONTO A PONTO” — Comunicar é fundamental e aproveitando dos espaços nos ônibus municipais. Foi concebido e implantado um Informativo público com publicação que traz as novidades do Sistema de Mobilidade Urbana e outras informações de interesse público., com periodicidade mensal já foram 5 edições em 2021.

QR CODES E CONTROLE SOCIAL — Ter informações sobre o horário exato que vai passar a linha no ponto de ônibus traz muito mais conforto e qualidade ao serviço prestado. O elevado custo dos equipamentos impedida a expansão pra toda a cidade, as novas tecnologias existentes e a criatividade possibilitou que todos os pontos passem a ter essa informação. Placas de QR codes estão sendo instaladas nos pontos de ônibus da cidade e até o final de 2022 estará em todos os pontos e partir delas os usuários terão acesso as informações desejadas.

SEGURANÇA DAS MULHERES — Garantir e assegurar o respeito e a integridade de todos os usuários no transporte coletivo nos levou a lançar um sistema de denúncias em casos de importunação sexual no transporte coletivo municipal. A partir de agora, dentro do aplicativo SigaBus, é possível denunciar a violência ocorrida e contribuir para que a municipalidade possa combater esses atos.

SERVIDORES MUNICIPAIS

GOVERNO MARÍLIA RETOMA CONCURSOS PÚBLICOS; SALÁRIOS FICARAM CONGELADOS POR EXIGÊNCIA LEGAL

O governo Marília Campos, no ano de 2021, ficará marcado na política para os servidores com a retomada de grandes concursos públicos, como o que aconteceu para a educação; os salários ficaram congelados no ano, não por opção política do governo, mas por imposição legal da Lei 173/2020 e por decisão do STF, que manteve o congelamento por ser “temporário”; e na Previdência discutimos os desafios que estão colocados para dar sustentabilidade ao sistema e proteger os direitos de aposentados e pensionistas no médio e longo prazos.

I — CONCURSOS PÚBLICOS E REMUNERAÇÃO

MARÍLIA FAZ CONCURSO PARA 1.555 CARGOS NA EDUCAÇÃO; 1.122 SERÃO CONVOCADOS DE IMEDIATO — Os concursos públicos, tão comuns nos governos de esquerda que tivemos no Brasil, praticamente desapareceram com os governos ultraliberais, que visam o Estado mínimo, com redução dos serviços prestados e privatização / terceirização dos serviços públicos. O governo Marília Campos, a partir do município, vai na direção contrária: retomou o controle da assistência à saúde de urgência e emergência e hospitalar e promoveu na educação um grande concurso público para 1.555 cargos de professor, pedagogo, nutricionista, bibliotecônomo, analista e assistente de gestão escolar, e outros cargos administrativos. Desse total, 1.122 já foram convocados e outros 433 comporão um quadro de reserva, podendo ser convocados em um prazo máximo de 2 anos, com renovação por mais 2 anos.

CONCURSO PÚBLICO FOI FEITO COM A ADOÇÃO DAS COTAS DE 20% DE NEGROS E NEGRAS — Contagem tem negras e negros no serviço público municipal. Isto é política de inclusão social em nossa cidade que Marília liderou já nos seus dois primeiros mandatos. Somente no concurso da educação foram aprovados 354 negros e negras, sendo que 224 já foram convocados de imediato. Este direito está previsto em uma lei municipal, que garante: “Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos no âmbito da administração pública municipal direta e indireta, compreendendo as autarquias e fundações municipais, na forma desta Lei. (...)”

Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. (...) Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis”.

PREFEITURA RENOVOU 1.092 CONTRATOS NA EDUCAÇÃO, COM REMUNERAÇÃO NO RECESSO ESCOLAR — Em Contagem, servidores temporários, como no caso da educação, são selecionados e classificados em Processo Seletivo Simplificado. Os contratos são de, no máximo, um ano, renováveis por igual período. Contudo, o contrato pode ser rompido a qualquer tempo por interesse e conveniência do Executivo. (...) Em dezembro de 2021, foram renovados 1.092 contratos de servidores da educação, contemplando professores da educação básica de anos iniciais (PEB I), anos finais (PEB II) e cargos administrativos. A renovação possibilitou que os profissionais contratados, em atuação nas escolas, fossem remunerados no recesso escolar do final de dezembro de 2021 e no mês de janeiro de 2022. O objetivo principal da renovação foi o de evitar os transtornos de início de ano para fazer novas contratações, publicar as nomeações dos aprovados em concurso, dar-lhes posse e garantir a composição da força de trabalho das escolas para o início do ano letivo de 2022.

SALÁRIOS DOS SERVIDORES FICARAM CONGELADOS POR EXIGÊNCIA LEGAL DA LEI 173/2020 — As despesas de pessoal foram, em 2021, de R\$ 962,979 milhões, incluindo os gastos de pessoal de empresas terceirizadas, o que representa 42,91% da receita corrente líquida, bem abaixo do limite prudencial de 51,30% da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os gastos de pessoal são praticamente os mesmos de 2020, devido ao congelamento legal dos salários. (...) O congelamento salarial de 2021 foi determinado pela Lei Complementar 173/2020 e confirmado pelo STF, que, inclusive, suspendeu decisão do Tribunal de Contas do Paraná, que autorizava o reajuste pela inflação. Veja o artigo 8º da Lei 173 que trata do assunto: “Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da

pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de: I — conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública”. O arrocho de Bolsonaro na Lei 173/2020 está claro: não se pode conceder reajuste (para repor perdas da inflação) e não se pode realizar aumento de salário (para recompor salários acima da inflação). (...) Assim, a prefeita Marília Campos, não por opção política, mas em função da legalidade na administração pública, foi obrigada a manter congelado os salários dos servidores municipais. Congelamento da remuneração, e o período de vigência da Lei não será contado para fins de quinquênios e progressão na carreira.

É preciso ressaltar também que a Prefeitura não vinha lançando como gastos os salários das empresas terceirizadas, na conta “Outras despesas de pessoal”, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, como no caso do antigo IGH, que atuava na área de saúde em Contagem. Ou seja, governos privatizam / terceirizam serviços públicos e mascaram despesas de pessoal, o que demonstra que interesses privatistas se sobrepõem à responsabilidade fiscal. (...) Contagem teve que se adaptar também às exigências legais que preveem que as despesas de pessoal de empresas terceirizadas devem também compor as despesas de pessoal do município. Prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal: “Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como ‘Outras Despesas de Pessoal’”.

2022 SERÁ MARCADO POR NOVOS CONCURSOS PÚBLICOS E PELO DESCONGELAMENTO DOS SALÁRIOS DOS SERVIDORES — Com o fim das restrições fiscais da Lei 173/2020, o governo Marília Campos vai realizar novos concursos públicos, além de descongelar os salários dos servidores de Contagem, com reajustes, planos de carreira, como no caso da Guarda Municipal, já enviado à Câmara Municipal. (...) São milhares de pessoas que precisam de recomposição salarial, sobretudo considerando a inflação muito pressionada de 10% ao ano, além de arrocho de anos anteriores. São 17.526 servidores em Contagem: 11.707 na Administração direta; 500 nas autarquias; 4.844 aposentados e 475 pensionistas. (...) Mas não se pode planejar o aumento dos gastos de pessoal tomando-se como referência o ótimo desempenho da receita em 2021, que atingiu R\$ 2,244 bilhões,

um crescimento de expressivos 11,9% em relação ao ano anterior. Veja porque: a) a economia irá desacelerar de um crescimento de aproximadamente 4,5% em 2021 para menos de 1% em 2022 (economistas do mercado preveem crescimento de apenas 0,4%), isto vai impactar na evolução da receita da Prefeitura; b) a inflação, com o forte aperto monetário nos juros, deve ceder de 10% parametade, em torno de 5%, o que é bom para a população, mas impacta negativamente nas finanças municipais, perde-se parte do chamado “imposto inflacionário” (quando as receitas crescem mais rapidamente do que as despesas). (...) Marília fará melhorias na remuneração dos servidores este ano e nos anos seguintes de seu governo; não tem como ela rever em um ano os oito anos de arrocho salarial dos servidores ativos aposentados e pensionistas. O futuro dos servidores e dos serviços públicos depende de um projeto de desenvolvimento para o país. A valorização dos servidores não é uma disputa similar a empresa privada, onde trabalhadores se organizam para “arrancar dos patrões” parte dos lucros que eles obtêm. Prefeito, prefeita no nosso caso, não é “patrão” como no setor privado; a Prefeitura não é uma entidade lucrativa, sua receita depende de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, Minas e Contagem. É a expansão sustentada da economia, que alavanca a arrecadação de impostos e possibilita a expansão dos serviços públicos e a melhoria da vida dos servidores públicos.

II — PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

NOVOS SERVIDORES TERÃO TETO DE BENEFÍCIOS IGUAL AO DO INSS, DE R\$ 7.087,22 — A Lei Complementar 310, DE 07/10/2021, de iniciativa do Poder Executivo e aprovada pela Câmara Municipal, realizou modificações profundas na Previdência dos novos servidores: a) para os novos servidores valerá o teto do INSS, de R\$ 7.087,22: “O valor dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, devidos aos servidores públicos titulares de cargo efetivo municipal pelo Regime Próprio de Previdência Social, limita-se ao teto máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social. O limite aplica-se somente aos servidores públicos que ingressarem em cargo efetivo municipal, a partir da data de vigência do regime de Previdência complementar de que trata esta Lei Complementar”; b) para garantir uma complementação de aposentadoria para além do teto do INSS foi criada uma Previdência complementar: “Fica instituído, no âmbito municipal, o Regime de Previdência Complementar dos servidores públicos efetivos”; c) como Contagem não

tem massa expressiva de segurados com remuneração acima do teto do INSS, a Previdência complementar será oferecida sob a forma de convênio com entidade estadual ou federal sem fins lucrativos: “O Regime de Previdência Complementar será oferecido mediante convênio de adesão com Entidade fechada de Previdência complementar. A escolha da entidade será precedida de processo seletivo conduzido com impessoalidade, publicidade e transparência e que contemple requisitos de qualificação técnica e economicidade indispensáveis à garantia da boa gestão dos planos de benefícios”.

SERVIDORES DE CONTAGEM, DE ACORDO COM A DATA DE ADMISSÃO, TEM TRÊS PLANOS DE BENEFÍCIOS — Para a correta compreensão da Previdência dos servidores se faz necessário o entendimento dos três modelos de Previdência existentes, de acordo com a data de ingresso no serviço público. Veja a seguir estas três situações:

Servidores do modelo 1: os servidores públicos que ingressaram no serviço público até 31/12/2003 (na Prefeitura ou em outro ente público) permanecem no primeiro modelo de Previdência, que garante direito como a aposentadoria integral, de valor correspondente ao último salário na ativa; e a paridade dos aposentados e pensionistas com os servidores da ativa, ou seja, todos os reajustes concedidos aos servidores em atividade são estendidos aos aposentados e pensionistas.

Servidores do modelo 2: os servidores públicos que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004 tiveram suas regras de aposentadoria profundamente modificadas: a aposentadoria será calculada pela média salarial, atualizada monetariamente, desde julho de 1994, de forma similar ao INSS; mas não haverá ainda um teto de benefícios sendo a aposentadoria o valor que resultar da média salarial, podendo ser inferior ou superior ao teto do INSS; b) as aposentadorias e pensões serão corrigidas pelo INPC nos meses de janeiro de cada ano; ou seja acabou a paridade mas foi fixada uma importante disposição para todo os servidores: a indexação dos benefícios à inflação, com reajuste anual para repor as perdas.

Servidores do modelo 3: a nova Previdência dos servidores municipais implantada agora em Contagem, é similar à existente nas estatais, como o Banco do Brasil, Caixa, Petrobras, Cemig e outras empresas: a) a Previdência básica compulsória terá o teto igual ao do INSS, que tem cálculo baseado na média salarial e correção pela inflação, e acima deste valor existirá uma Fundação de Previdência complementar de adesão

facultativa, que cuidará da complementação da aposentadoria. Este modelo será aplicado a todos os novos servidores que ingressarem no serviço público após a implantação definitiva da Previdência complementar; b) a complementação de aposentadoria da Previdência é regida pelo modelo de “contribuição definida”, ou seja, o valor da complementação dependerá de duas grandes variáveis: do desempenho das aplicações financeiras e da expectativa de vida do servidor.

Como se vê, as mudanças efetuadas nos últimos anos estão unificando, gradualmente, as Previdências no Brasil, que não são ainda um “regime geral” de Previdência, mas que tem regras cada vez mais uniformes: nos benefícios, teto de benefícios, regras de cálculo, regras para reajustes dos benefícios, etc.

SERVIDORES DE CONTAGEM TEM TRÊS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA: FINANCEIRO, PREVIDENCIÁRIO, E DE COMPLEMENTAÇÃO — Já vimos no item anterior que os servidores de Contagem estão divididos em três planos de benefícios de acordo com a data de ingresso no serviço público, além do INSS para servidores não efetivos. Mas a questão da Previdência é ainda mais complicada: são também três os fundos de financiamento da Previdência municipal, de acordo com a idade dos servidores e valor da remuneração.

FUNDO FINANCEIRO TEM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DE R\$ 86,986 MILHÕES — O primeiro fundo é chamado de “Financeiro”, onde os aposentados e pensionistas são pagos pela contribuição dos servidores ativos, pela contribuição da Prefeitura, que responde também pela insuficiência financeira. São participantes deste Fundo os servidores mais velhos. São eles: servidores ativos em 31 de dezembro de 2015 que possuíam, naquela data, 36 anos completos ou mais e aos seus respectivos dependentes; servidores aposentados em 31 de dezembro de 2015 que possuíam, naquela data, 56 anos completos ou mais e aos seus respectivos dependentes; pensionistas em 31 de dezembro de 2015 que possuíam, naquela data, 62 anos completos ou mais.

As principais informações sobre o fundo financeiro: a) são 5.968 contribuintes ativos; 4.159 aposentados e 298 pensionistas (relação ativos/inativos de 1,34 por 1); b) no ano de 2021, são as seguintes as receitas: R\$ 38,325 milhões de contribuições dos servidores; R\$ 62,579 milhões de contribuições da Prefeitura; c) despesa total: R\$ 182,925 milhões com aposentados e R\$ 8,664 milhões com pensionistas; d) a Prefeitura aportou uma complementação para fazer frente a

insuficiência financeira do fundo financeiro de R\$ 86,986 milhões, em 2021; e) ao longo de 2021, a contribuição dos servidores, em função da exigência da Emenda Constitucional 103/2019, passou de 11% para 14% e, no final do ano, para ficar mais transparente o tamanho da insuficiência financeira, a contribuição da Prefeitura passou de 22% para 28%; f) em 2008, há apenas 13 anos, o número de servidores ativos era de 10.368 e de aposentados e pensionistas era de 1.807 (a relação ativos / aposentados e pensionistas era de 5,73 por 1); g) este estreitamento da relação ativos / inativos se deve a duas razões: o envelhecimento da massa de segurados e ao modelo de Previdência imposto pelo governo federal, criado no governo Lula, em que o Fundo Financeiro, é um “Fundo sem Fundo”, já que trata-se de um “fundo em extinção” no qual não entra nenhum contribuinte novo, só ficaram as despesas e todas as receitas dos novos segurados, como dos novos concursados do governo Marília, irão todos para um fundo previdenciário de capitalização; h) portanto, é uma ingenuidade do sindicalismo e dos sindicatos apoiarem o modelo de capitalização; o fundo não é “patrimônio de todos os servidores”, mas somente dos novos servidores; i) é uma inversão do pacto solidário da Previdência, onde trabalhadores da ativa mais novos sustentam os mais velhos; serão os servidores mais velhos que sustentarão a transição para uma nova Previdência dos servidores mais jovens.

FUNDO PREVIDENCIÁRIO TEM R\$ 203,111 MILHÕES EM CAIXA — O segundo fundo é chamado de “Previdenciário”, onde o regime é de capitalização coletiva e as contribuições dos servidores e da Prefeitura geram uma poupança para os servidores quando na ativa para financiar no futuro suas aposentadorias e pensões. São pertencentes a este fundo, os servidores mais novos e todos os concursados a partir de 2016. São eles: servidores ativos em 31 de dezembro de 2015 que possuíam, naquela data, idade inferior a 36 anos completos e aos seus respectivos dependentes e os titulares de cargo de provimento efetivo que ingressarem no serviço público do Município de Contagem a partir de 1º de janeiro de 2016; servidores aposentados em 31 de dezembro de 2015 que possuíam, naquela data, idade inferior a 56 anos completos ou menos e aos seus respectivos dependentes; pensionistas em 31 de dezembro de 2015 que possuíam, naquela data, idade inferior a 62 anos.

As principais informações sobre o fundo previdenciário: a) são 2.079 contribuintes ativos, 679 aposentados e 176 pensionistas (a relação ativos/ aposentados e

pensionistas é de 2,43 por 1); b) a situação do fundo previdenciário poderá melhorar demais nos próximos anos, com a entrada de milhares de servidores através de concursos públicos no governo Marília Campos; c) no ano de 2021 foram as seguintes as receitas: R\$ 10,158 milhões das contribuições dos servidores; R\$ 17,500 milhões das contribuições da Prefeitura; d) despesa total: R\$ 29,102 milhões com aposentados e R\$ 5,582 milhões com pensionistas; e) a Prefeitura aportou ao Fundo Previdenciário, por exigência legal, além das contribuições patronais, mais R\$ 15,608 milhões a título de aporte para cobertura do deficit atuarial; f) o fundo previdenciário fechou o ano de 2021 com patrimônio de R\$ 203,111 milhões.

FUNDO DE COMPLEMENTAÇÃO PARA NOVOS SERVIDORES — O terceiro fundo é de “Complementação”, onde o regime de é de capitalização individual e será organizado em convênio com algum fundo público de Previdência estadual ou federal. Este modelo está sendo criado, e será para complementar a renda daqueles servidores que recebam acima do teto do INSS, de R\$ 7.087,22; a Previdência básica destes servidores será por um dos dois fundos citados anteriormente de acordo com os critérios que listamos. Veja bem: o teto ainda não existe, porque ele só pode ser fixado quando a Previdência complementar for implantada definitivamente, ou seja, quando Contagem fizer o convênio com fundo estatal estadual ou federal.

SERVIDORES VINCULADOS AO INSS — Só são segurados da Previdência municipal os servidores estatutários, concursados. Todos os servidores não efetivos — temporários, celetistas, comissionados de recrutamento amplo, agentes políticos, funcionários de empresas terceirizadas — são todos segurados do INSS. Isto é correto porque servidor não concursado participar de Previdência própria, como aconteceu até 1998, abre o caminho para privilégios inaceitáveis no setor público.

O QUE É PRECISO PARA QUE A PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES SEJA SUSTENTADA NO MÉDIO E LONGO PRAZOS — Pelos dados que apontamos neste estudo fica claro que a Previdência dos servidores, no modelo atual imposto pelo governo federal, não é sustentável. Nos debates com o governo federal, de preferência num eventual governo Lula a partir do ano que vem, mudanças precisam ser feitas na Previdência dos servidores municipais:

A) Os municípios, antes mais frágeis do sistema federativo, não tem como se manterem com as regras anteriores da Previdência, mais vantajosas do que aquelas da reforma da Previdência validas para os segurados do INSS, servidores federais e

servidores estaduais. Veja o exemplo de Contagem: Marília já está retomando os concursos públicos, e se as regras da Previdência não forem igualadas às dos servidores estaduais e segurados do INSS, a tendência é uma “corrida” aos concursos públicos municipais para se garantir uma aposentadoria “mais cedo”. Daí porque defendemos que o governo Marília Campos se articule nacionalmente pela aprovação da PEC paralela que já foi aprovada no Senado e encontra-se na Câmara dos Deputados, que equipara as regras de aposentadoria e pensão dos servidores municipais a dos servidores federais, servidores estaduais e segurados do INSS.

B) Fim da exigência de capitalização na Previdência básica e constituição, em vez de três, de dois fundos de Previdência. O modelo de capitalização é tão ruim, caro e inviável que o governo federal não vai aplicá-lo na Previdência dos servidores federais e do INSS; é o velho “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”; a maioria dos estados não o adota, inclusive Minas Gerais. O governo municipal de Contagem, deve, em nossa opinião, se opor, no processo de debate nacional, à capitalização da Previdência básica dos servidores, e deve defender a adoção de um modelo similar ao dos servidores federais: I) um fundo financeiro único para os servidores novos e antigos até o teto do INSS; II) um fundo de Previdência complementar, para as faixas salariais acima do teto do INSS, este sim, como visa garantir as rendas maiores, de capitalização similar à Previdência privada; III) esta mudança pode ser feita preservando na legislação os recursos já capitalizados, de tal forma que não voltem aos Tesouros municipais imediatamente, e sirvam para financiar no médio e longo prazos, através de um fundo de ativos, parte da insuficiência financeira dos regimes próprios de Previdência; IV) se da Previdência municipal só participam os servidores estatutários, concursados, é fundamental para o equilíbrio futuro da realização de amplos concursos públicos, que alavanquem as receitas das Previdências municipais.

C) É preciso implantar a compensação financeira no setor público. Não existe nenhum privilégio em que o servidor de Contagem, por exemplo, averbe o tempo trabalhado no setor privado, com vínculo com o INSS, averbe tempo trabalhado no Estado e em outros municípios na Previdência de Contagem para fins de aposentadoria. Existe na legislação uma espécie de “encontro de contas”, a chamada compensação financeira, de tal forma que Contagem poderá receber recursos pelo tempo averbado. A compensação financeira foi implantada entre o setor público e o INSS, mas não foi ainda implantada entre o município e o Estado e entre municípios, o que prejudica municípios como Contagem que, provavelmente, recebe muitos

servidores originários do Estado de Minas; esta compensação financeira no setor público precisa ser implantada.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

UMA PREFEITURA CADA VEZ MAIS PRÓXIMA DOS MORADORES

A Secretaria de Governo é a pasta imediatamente responsável por três dimensões essenciais à implementação do Plano de Governo apresentado pela prefeita Marília Campos na eleição de 2020, e referendado pela maioria dos eleitores. Em primeiro lugar, cabe à secretaria coordenar as Administrações Regionais e, por seu intermédio, promover a descentralização do acesso às políticas, serviços e obras públicas, monitorando a execução em cada território. Em segundo lugar, compete à Secretaria de Governo promover a participação popular na definição das prioridades de governo e estimular a auto-organização da sociedade civil local; finalmente, é função da Secretaria conduzir as relações institucionais da Prefeitura dentro e fora do município, e tanto junto a entes políticos institucionais quanto junto aos movimentos sociais (inclusive as que representam os servidores públicos municipais), promovendo parcerias em benefício da comunidade.

DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORTALECIMENTO DAS REGIONAIS — Sob a orientação da Secretaria de governo, compete às Regionais funcionarem como porta de entrada, recepcionando as demandas da população no território e encaminhando-as para as secretarias executoras para atendimento ou não conforme estudo de viabilidade. Nesse sentido, as Regionais têm participação ativa na implantação de todas as políticas de governo, como no caso das campanhas de vacinação contra a Covid-19 e, além disso, colaborado com as diversas secretarias na viabilização de programas específicos. Entre janeiro e outubro de 2021, a Secretaria de Governo contabilizou cerca de 26.139 atendimentos presenciais nas oito regionais envolvendo demandas para a SEMOBS (serviços de zeladoria, tais como capina, varrição, coleta, OTB, limpeza boca de lobo, iluminação pública, etc.); a SEAD (manutenção dos próprios municipais); a TRANSCON (obras e intervenções viárias); a SMAD (serviços de poda e supressão de árvores) e manutenção de parques e jardins.

Dentre os desafios para as Regionais, é necessário qualificar os servidores para melhorar sua capacidade de se relacionar com o morador e dotar a estrutura necessária para que elas possam cumprir seu papel com eficiência.

PARTICIPAÇÃO POPULAR — O incentivo à auto-organização da sociedade civil e à participação de todos os setores sociais nos assuntos do governo tem sido uma

característica destacada da gestão no sentido de construir uma governabilidade que não dependa apenas das boas relações com a Câmara dos Vereadores. O “Pacto pela vida”, por exemplo, principal instrumento de mobilização social da Prefeitura no combate à pandemia do novo Coronavírus, foi um exemplo típico da elaboração de políticas públicas com base no incentivo à participação e busca de consensos. Além da busca permanente deste engajamento, o governo vem fortalecendo os fóruns e instâncias populares de dois modos. Primeiro, autorizando e implementando os Conselhos de Políticas Públicas, que são as instâncias de participação popular previstas em lei. Além disso, o governo deu início à construção do Sistema Municipal de Participação Popular — SMPPC, envolvendo várias das iniciativas de promoção da participação e do controle social.

CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS — Atualmente são 29 conselhos em atividade regular, que reúnem cerca de 826 conselheiros, dos quais 668 (80%) são considerados ativos. São 262 conselheiros representantes do Poder Executivo; 366 conselheiros representantes da Sociedade Civil e 40 conselheiros representantes do Poder Legislativo. Dois conselhos são inativos (Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e Conselho Municipal de Defesa Social). Foram realizadas as conferências municipais do Desenvolvimento Social (formato híbrido, com 384 participantes, sendo 77 usuários e 307 trabalhadores); de Políticas Urbanas (1154 participantes presenciais e 3.200 visualizações YouTube. A Plenária final está prevista para fev/22) e de Saúde (8 pré-conferências com 633 cadastrados, 118 delegados e 34 suplentes eleitos).

O SISTEMA MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR (SMPPC) — Ainda em processo de formatação, envolve algumas iniciativas institucionalizadas e outras de caráter informal, como as comissões de obras, mesa de diálogo, conferências, conselhos regionais, entre outros.

CONSELHOS REGIONAIS — Entre março e junho foram eleitos oito conselhos, um por território, em reuniões plenárias com ampla participação dos moradores. Os conselhos reúnem um total de 618 Conselheiros (354 titulares e 264 suplentes), já empossados pela prefeita Marília Campos. Sua função é assessorar o governo na definição de políticas, serviços e obras prioritários para a região e fiscalizar o andamento dos trabalhos. Está prevista a qualificação dos conselheiros mediante curso a ser ministrado pelo professor Leonardo Arvritzer, da UFMG, sobre as formas e mecanismos de participação e empoderamento popular. Também como suporte aos conselhos, a Prefeitura planeja

contratar a Fundação Getúlio Vargas (FGV), para auxiliar no planejamento e implementação do SMPPC, iniciativa que incluirá Contagem numa rede internacional de cidades democráticas.

COMISSÕES DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS — Trata-se de comissões estimuladas pelo governo e formadas por moradores nos territórios para acompanhar o andamento dos investimentos em infraestrutura da cidade e ajudar na difusão de esclarecimentos em caso de revisão de projetos, paralisação dos trabalhos, entre outros problemas. Atualmente, 15 comissões acompanham obras nas oito Regionais Administrativas.

COMISSÃO PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA (COPENC) — Voltada para o relacionamento com as entidades representativas dos servidores públicos municipais. No momento, vem mantendo conversações com o Sind-UTE Contagem, com o Sind Saúde e destaca-se a elaboração do PCCV da Guarda Civil de Contagem. Também foram abertas conversações com categorias específicas como os técnicos administrativos, Assistentes Sociais, Contabilidade, FUNEC, Administradores, ACES e Associação de procuradores.

ANEXO

CONSELHOS REGIONAIS			
REGIONAL	TITULARES	SUPLENTES	TOTAL
Eldorado	68	46	114
Industrial	31	14	45
Nacional	42	41	83
Petrolândia	39	25	64
Ressaca	59	55	114
Riacho	33	19	52
Sede	49	37	86
Vargem das Flores	33	27	60
TOTAL	354	264	618

Conselhos Municipais de Políticas Públicas

Conselhos com mandatos renovados nesta Gestão (encontravam-se com mandatos vencidos)

- ✓ Conselho Municipal da Juventude de Contagem;

- ✓ Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
- ✓ Conselho Municipal da Mulher de Contagem;
- ✓ Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- ✓ Conselho Municipal de Política Cultural.

Conselhos com mandatos renovados com mandatos sequenciais (não estavam vencidos):

- ✓ Conselho Municipal de Transportes;
- ✓ Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (nessa gestão ocorreu reestruturação da Lei para adequar às exigências Federais);
- ✓ Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- ✓ Conselho Municipal de Assistência Social de Contagem;
- ✓ Conselho Municipal de Educação (renovação de 1/3 de bancada e atualização dos servidores exonerados);
- ✓ Conselho Municipal de Política Urbana (em reestruturação, processo eleitoral concluído, ainda não publicada Portaria Conjunta);
- ✓ Conselhos com mandatos prorrogados por essa gestão em função da Pandemia;
- ✓ Conselho Municipal do Idoso de Contagem;
- ✓ Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Conselhos atualizados nessa gestão (substituição dos servidores exonerados e segmentos da sociedade civil):

- ✓ Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem;
- ✓ Conselho Municipal do Patrimônio Cultural;
- ✓ Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;
- ✓ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- ✓ Conselho Municipal do Auxílio de Transporte Estudantil;

- ✓ Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Contagem;
- ✓ Conselho criado em junho de 2019 a ser ativado por esta gestão;
- ✓ Conselho Municipal de Trabalho e Geração de Renda de Contagem (documentação em análise na SEGOV).

Outros colegiados participativos criados/atualizados

- ✓ Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante (criado);
- ✓ Comissão Paritária da Feira de Arte e Artesanato do Bairro Eldorado (atualizado);
- ✓ Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (atualizado);
- ✓ Comitê municipal de gestão dos distritos industriais de Contagem;
- ✓ Comissão de parcelamento, ocupação e uso do solo.

AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

BUSCA DE PARCERIAS E CIVILIDADE NA POLÍTICA

Cabe à Secretaria de Governo conduzir as relações institucionais da Prefeitura dentro e fora do município, e tanto junto a entes políticos institucionais quanto junto aos movimentos sociais (inclusive as que representam os servidores públicos municipais), promovendo parcerias em benefício da comunidade, e sem discriminação de eventuais parcerias por motivos partidários ou ideológicos. Neste terreno, a maior marca do governo no ano que passou foi a capacidade de articulação com os mais diversos setores políticos, econômicos, religiosos e sociais de forma geral em torno do chamado “pacto pela vida”, principal instrumento de mobilização social da Prefeitura no combate à pandemia do novo Coronavírus. Mas, também são exemplos as gestões junto à Prefeitura de Belo Horizonte e ao governo Estadual na busca de soluções para a retomada das obras de macrodrenagem na região do Arrudas e para a reabertura do Parque Fernão Dias, entre outros.

Entretanto, as relações entre a prefeitura e o amplo conjunto de segmentos organizados do município não é apenas tópica nem ocorre de forma esporádica, quando das campanhas de mobilização. Ela ocorre de forma permanente e no dia a dia dos territórios e, se envolve acordos, também implica em tensões e disputas. A própria prefeita Marília Campos tem protagonizado polêmicas, numa demonstração pública de que a busca de parcerias e secundarização de diferenças ideológicas e partidárias não significa uma pasteurização das relações políticas.

CÂMARA DOS VEREADORES — A Câmara tem sido solidária com o Poder Executivo municipal na viabilização das principais iniciativas de governo até agora adotadas. A base do governo é formada por 17 dos 21 vereadores e a liderança cabe à vereadora Moara Saboia (PT), com apoio do vice-líder vereador Gil Antônio Diniz, o Teteco (MDB). No ano de 2021, o governo encaminhou 33 proposições para apreciação da Casa. Deste total, 32 foram aprovadas e uma ainda se encontra em tramitação. Dentre os projetos aprovados, destacam-se o Projeto de Lei Complementar 04/ 2021, que dispôs sobre a revisão dos valores do IPTU, os Projetos de Lei do Executivo (PLE) 18, 20 e 24 que autorizaram o repasse no valor de 60 milhões ao Instituto de Gestão e Humanização (IGH) no âmbito da intervenção municipal determinada pelo Decreto Municipal nº 176, de 2021; o PLE 21 que autorizou a criação do Serviço Social Autônomo para gerir as Unidades Básicas de Saúde

(UPAs) e o sistema hospitalar municipal e, finalmente, o PLE 19, que criou o Cartão Social, além de projetos fundamentais como o PPA e a LOA, entre outros.

Ao mesmo tempo, o legislativo, apresentou, em 2021, o total de 250 (duzentos e cinquenta) projetos de Lei e 9 (nove) projetos de Lei Complementar.

A produção legislativa do Poder Executivo e do Poder Legislativo geraram 95 proposições de Leis ano passado.

Desse total, 64 (sessenta e quatro) proposições de Lei foram sancionadas na íntegra pela prefeita Marília Campos, 07 (sete) foram sancionadas com vetos parciais e 03 (três) vetados na íntegra. A Câmara promulgou 18 (dezoito) proposições de Lei, 02 (duas) ainda aguardam promulgação.

Nas relações com a Câmara, o maior desafio permanece no âmbito das relações políticas onde é necessário um permanente processo de negociação e composição, evitando tensionamentos. O reforço da participação nos vereadores no Orçamento, via emendas impositivas, aponta para uma solução mais saudável e mais permanente entre as partes. Neste sentido, outro desafio importante está na melhoria da compreensão por parte do governo sobre fluxo e prazos do processo legislativo.

EMENDAS PARLAMENTARES DOS VEREADORES — A função de receber e encaminhar às Secretarias executoras as emendas parlamentares apresentadas pelos vereadores ao Orçamento Municipal cabia à Secretaria Municipal de Planejamento, mas foi repassada à Secretaria de Governo no ano passado. Para melhor qualificar esse processo, a SEGOV elaborou, em parceria com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, e disponibilizou aos vereadores, organizações e movimentos interessados, o novo “Manual de Emendas Parlamentares” que esclarece fluxos, procedimentos e questões legais envolvendo o repasse de recursos públicos. Outra novidade foi a informatização do processo de indicação das emendas, sua formalização e o acompanhamento da execução via a plataforma CIGNUS/Click, otimizando o trâmite.

Para o Orçamento deste ano (2022), foram apresentadas 69 emendas que receberam a declaração de conformidade, a maioria destinada a instituições, o que resultou em 26 parcerias entre a Prefeitura e Organizações da Sociedade Civil (OSC). O valor imobilizado pelas emendas chega a R\$19 milhões, já previstos no PPA e na LOA para 2022.

EMENDAS PARLAMENTARES DOS DEPUTADOS — O governo municipal no ano de 2021 captou cerca de R\$ 67 milhões em recursos extras de emendas parlamentares,

assim distribuídas: a) 45 emendas estaduais (individuais, de bancada e especiais) no valor total de R\$ 22,2 milhões; b) 36 emendas federais (individuais, de bancada e especiais) no valor total de R\$ 45,4 milhões.

CULTURA

CONTAGEM TEM ARTE, TEM CULTURA: RECONSTRUÇÃO, PARTICIPAÇÃO E FOMENTO

Assim como tantas outras áreas, o meio cultural foi fortemente impactado pela pandemia de Covid-19 que tornou letais quaisquer atividades que impliquem em aglomeração de pessoas. A interdição dos shows e outros eventos não apenas afetou toda a população, que se viu privada da possibilidade do acesso ao lazer e ao entretenimento (que são funções sociais básicas), mas também impactou uma miríade de profissionais que ganham seu sustento, e o sustento de suas famílias, na cadeia produtiva da cultura — são artistas de variadas especialidades, produtores e agentes culturais, técnicos, oficinairos e enfim, uma miríade de agentes produtivos.

Na impossibilidade da realização de eventos de vulto durante a maior parte do período, a Secretaria pautou suas ações nas seguintes diretrizes: a) reorganização de sua estrutura interna tendo em vista uma melhor organização e capacitação para a realização das atividades-fim; b) a continuidade das obras de preservação do patrimônio cultural que encontrou em andamento e o início de outras, para as quais havia planejamento e recursos; c) o estreitamento das relações com a comunidade cultural e busca de formas de apoio e incentivo aos artistas e produtores no enfrentamento do momento pandêmico e d) a realização de atividades culturais públicas que não implicassem na aglomeração de pessoas, como as mostras e exposições em ambiente sob controle. Dentre as ações mais relevantes da secretaria em 2021, cabe destaque:

RELACIONAMENTO COM A CATEGORIA — Foram realizadas inúmeras reuniões, encontros, seminários, fóruns e outras oportunidades para promover a aproximação com o setor, definir projetos e planejar a retomada de atividades culturais na cidade. Formação da Comissão de Avaliação de Projetos (CAP), com participação aberta aos interessados;

CADASTRAMENTOS — Como exemplos, o cadastro de trabalhadores e trabalhadoras em cultura e o cadastro das comunidades de matriz africana “A cidade quer conhecer vocês”;

PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS DE CULTURA — Foram em número de 06 (seis) em 2021 que, ao todo, representaram um investimento de mais de R\$ 1,8 milhão. A abertura dos editais foi acompanhada por cursos e capacitações on-line para o esclarecimento de dúvidas e orientação sobre a elaboração de projetos;

RESTAURAÇÃO DA CASA DE CACOS — Investimento de R\$2,4 milhões de reais com financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF), para as obras de restauração de todo o imóvel, incluindo as peças ornamentais. O projeto prevê a construção de um anexo com café e área de convivência. Obra em andamento.

REFORMA DO MUSEU NAIR MENDES — Investimento de R\$ 1,3 milhão financiados pelo Fundo Municipal do Patrimônio Cultural (Fumpac). O museu teve a estrutura totalmente recuperada e recebeu várias melhorias. As novidades são a construção de um espaço de convivência e de rampas que dão acessibilidade, principalmente para os deficientes físicos. Obra concluída.

CONSULTA PÚBLICA — A Secretaria Municipal de Cultura, durante o ano de 2021, realizou consulta pública para os editais "Movimenta Cultura", do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura e para o "Edital de Gestão Compartilhada do Espaço Cultural Centro de Memória do Trabalhador". Houve também consulta pública para a construção do Projeto de Lei que visa implementar a Política Municipal Cultura Viva no município de Contagem.

REALIZAÇÃO DO LUZES DE NATAL — Foi retomada a iluminação da cidade no período natalino, acompanhada da produção do evento comemorativo "Luzes de Natal. A iluminação alcançou mais de 30 pontos em toda a cidade e o evento, ocorrido entre os dias 25/11 e 18/12 contou com ampla programação cultural com shows em todas as oito regionais e encerramento com a banda 14 Bis e a Orquestra Mineira de Rock.

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LEI PARA INSTITUIR A POLÍTICA MUNICIPAL "CULTURA VIVA" — Amparada na Lei Federal 13.018/2014, a proposta busca uma políticatransversal cultural e comunitária que contemple diferentes agentes culturais da cidade com ações de fomento, capacitação e criação de redes e espaços culturais. Foi disponibilizado em consulta pública.

INTERVENÇÕES URBANAS — Articulação junto às oito regionais da cidade com o objetivo promover manifestações artísticas que embelezam a cidade e valorizam os artistas locais por meio de projetos como o "Muraliza Arte Pública". São exemplos, os grafites realizados no CSU Amazonas, na região Industrial; no Parque das Amendoeiras, no bairro Nacional; no viaduto da avenida Teleférico, na região Eldorado, e na unidade de saúde da Vila São Paulo.

REALIZAÇÃO DE MOSTRAS CULTURAIS, EXPOSIÇÕES E CURSOS — Em parte virtuais

e em presenciais, a partir da reabertura gradual e segura dos espaços públicos. Entre elas, as exposições e murais alusivos à história da cidade no aniversário de 110 anos, na Praça da Jabuticaba e na Casa da Cultura Nair Mendes Moreira — Museu Histórico de Contagem; a exposição Virtual de pinturas “Mulheres Infinitas”; a mostra fotográfica dedicada à Comunidade Quilombola dos Arturos; a mostra Cultural “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”, consagrada ao educador Paulo Freire; a exposição fotográfica “Modelo de Mulher” do projeto Entre Rodas & Rosas, dedicado às pessoas com deficiências e cujo objetivo é promover a inclusão social, dentre várias outras.

PARCERIA COM A FRANÇA — Sem dúvida, um dos grandes destaques dentre as realizações da Secretaria Municipal de Cultura. Fruto de uma aproximação institucional com a Embaixada da França no Brasil em torno da mostra “Matérias plásticas — Vidas selvagens”, que marcou a reabertura do casarão do Parque gentil Diniz para a visitação pública. Essa ação compõe as atividades da FrancEcolab Brasil, projeto destinado a sensibilizar jovens brasileiros para a responsabilidade ambiental. A Secretaria também assumiu, junto com a Aliança Francesa Belo Horizonte, o Serviço de Cooperação e Ação Cultural da Embaixada da França em Belo Horizonte, Institut Français e a Cinemateca Francesa, a Curadoria conjunta do Ciclo de Cinema Ifcinema, com temáticas de cinema francês que poderá ser exibido em praças e eventos da cidade de forma gratuita ou através da cobrança de ingresso social.

ANEXO

Relação dos editais abertos:

- ✓ Edital Movimenta Cultura (montante de R\$1.200.000,00) para apresentação de propostas com valor de até R\$50.000,00, com 263 inscritos;
- ✓ Edital Microprojetos Culturais (montante de R\$270.000,00), para apresentação de propostas de baixo orçamento de até R\$10.000,00 com 142 inscritos;
- ✓ Prêmio Movimenta Culturas Populares e Tradicionais (montante: R\$100.000,00), voltados a mestres, mestras e agentes da cultura popular e tradicional com prêmios de R\$10.000,00 e 25 inscritos;
- ✓ Prêmio Arte Urbana — Avenida Teleférico (montante de R\$90.000,00) voltado para artistas visuais e grafiteiros fazerem intervenções nos postes da Avenida Teleférico no Bairro Água Branca, com prêmios de R\$7.500,00 e 15 inscritos;
- ✓ Prêmio Movimenta Imagens — Revelando Contagem (montante R\$40.000,00),

para fotografias da cidade com prêmios de até R\$8.000,00 e 81 inscritos;

- ✓ Prêmio Movimenta Literatura — Escritores e Escritoras Contagenses (montante R\$100.000,00) para textos inéditos de literatura em diferentes gêneros e 41 inscritos.

ESPORTES E LAZER

DESCENTRALIZAR E DIVERSIFICAR PARA INCLUIR

O mundo dos esportes foi um dos mais afetados pela pandemia da Covid-19 já que sua atividade-fim — promover eventos esportivos — esteve proibida a maior parte do ano. O Decreto 125/2021, de 5 de maio, determinou a reabertura das quadras, campos, ginásios e outros espaços esportivos, mas, manteve a proibição da realização de atividades coletivas como eventos esportivos, competições, amistosos, atividades similares, confraternizações, torneios, festivais e quaisquer outros eventos que pudessem provocar aglomerações. Apenas com a reabertura gradual dos espaços públicos, que começou em outubro, a Secretaria pode iniciar a retomada de suas atividades normais.

Outro fator de limitação das atividades da pasta foi a sua junção, até o final do ano, à Secretaria de Cultura. Com a Lei 5.203 de 20 de dezembro de 2021, o município passou a contar com uma Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude dotada de estrutura própria e com uma dotação orçamentaria na ordem de 2 milhões de reais.

Dessa forma, é importante distinguir as atividades da secretaria entre aquelas que aconteceram durante o período de distanciamento social imposto pela pandemia e que são, basicamente, organizativas e de planejamento, e aquelas que vieram a ocorrer após o encerramento do “Pacto pela vida”, com a liberação do acesso aos locais de convivência coletiva — ainda que com todas as limitações determinadas pelos protocolos sanitários.

No primeiro caso, destacam-se:

- 1) Regularização e ativação do Fundo Municipal de Esporte e Lazer;
- 2) Criação da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude como parte estratégica de valorização das políticas de promoção ao Esporte e Lazer no município de forma autônoma e de excelência;
- 3) Contratação de servidores temporários e estagiários via Processo Seletivo Simplificado (PSS) para projetos como Programa Esporte e lazer da Cidade — PELC;
- 4) Conclusão das obras de reforma do Ginásio Poliesportivo Tropical, que foi preparado para acolher e impulsionar a prática do paradesporto com rampas de acesso nas arquibancadas, corredores largos e vestiários adaptados. Investimento estimado em R\$ 231 mil;

- 5) Conclusão do Parque Linear da Vila Barraginha dotado de um importante complexo esportivo e de lazer com campo de futebol, quadras, academia de ginástica ao ar livre, parquinho para as crianças e pista de caminhada, muitas árvores e de fácil acesso. Investimento de R\$1,8 milhão, provenientes da parceria entre a Prefeitura de Contagem e o Ministério das Cidades, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC.
- 6) O cadastramento das escolinhas de futebol e de outras modalidades para que o poder público tenha registro e controle dos estabelecimentos existentes;
- 7) Assessoria aos projetos e instituições de esportes privados para que funcionassem com segurança contribuindo para a proteção de seus profissionais e frequentadores e com a redução dos riscos de contaminação pelo vírus da Covid-19;
- 8) Realização de enquete sobre as preferências e dificuldades das pessoas com deficiências para a prática de esportes e atividades de lazer na cidade;
- 9) Dentro das políticas de qualificação das práticas esportivas do município, a Prefeitura promoveu uma série de cursos e eventos de capacitação para profissionais que atuam com as vivências esportivas comunitárias em nosso município.

Já no período posterior, com a retomada do acesso aos espaços públicos, cabe notar uma ânsia da população por eventos de rua — perfeitamente notada no Natal de Luz — que se traduz não apenas na adesão entusiasmada às iniciativas da Prefeitura, como na produção de eventos particulares de ampla participação. Um exemplo foi o “Estância do Lago Run”, promovido pelo Condomínio Estância do Lago, no Quintas Coloniais, sem qualquer apoio relevante do município. E, também, o caso do “Circuito Skate & Roller Day”, evento privado cuja primeira etapa foi realizada no estacionamento do Shopping Contagem com grande afluência de público ou, ainda, o curso de capacitação e exame de candidatos a faixa preta e Dan superior ocorrido no Ginásio Poliesportivo Tropical, com o apoio do governo.

Entre as iniciativas com participação da Secretaria, são destaques:

- 10) Implantação da primeira ciclofaixa do município, com 4 km de extensão ligando a região do Ressaca em Contagem com a avenida Professor Clóvis Salgado, em Belo Horizonte;
- 11) Retorno as atividades presenciais dos programas Pratica Contagem e do movimento CONTAGEM nas praças da cidade. Atualmente, os programas contam com 10 núcleos e atende 800 pessoas. Para 2022, a meta é abrir mais 16 núcleos;

12) Realização da primeira “Olimpíada no Parque” entre os dias 9 e 17 de outubro, no Parque das Amendoeiras, na região do Nacional. O evento reuniu centenas de jovens para demonstrações de diversas modalidades esportivas e ainda ofereceu para a população serviços de Saúde. Um de seus objetivos foi promover a integração e confraternização da comunidade e celebrar o retorno das atividades esportivas e de lazer nos parques e praças de esporte do município;

13) Fortalecimento da parceria com o Projeto “Sada Volei”. O projeto está instalado no Ginásio Poliesportivo do Riacho e atende cerca de 200 jovens com idade entre 7 a 16 anos. Em outubro, a Prefeitura entregou os novos uniformes do projeto para as crianças e adolescentes participantes;

14) Fortalecimento do projeto Ginástica de Trampolim com a abertura de mais dois núcleos (nas regionais Petrolândia e Sede). Os atletas da Ginástica de Trampolim brilharam em 2021, e consagrando-se nos jogos Pan-Americanos, na Colômbia; no Campeonato Mundial da categoria realizado em Baku, no Azerbaijão e nos jogos Sul-Americanos em Cochabamba, na Bolívia. A grande meta para 2022 é abrir mais 03 núcleos do programa;

15) Realização da Copa do Brasil de Futsal de Surdos e do Campeonato Mineiro de Futebol de Surdos, tendo o Município como Sede da competição desenvolvida em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS);

16) Retomada do Futebol Amador, realizando 3 grandes eventos da modalidade: a) Copa Noroeste, na Regional Vargem das Flores, com envolvimento de 16 equipes que movimentaram os campos da região ao longo de 12 fins de semana; b) Quadrangular Regional Eldorado, com envolvimento de 4 equipes e duração de 08 fins de semana, e c) Festival dos 43 anos do Terrestre, uma das mais tradicionais equipes de futebol de várzea de Contagem, na regional Nacional.

17) Ampliação do projeto Futsal de Contagem, que antes apenas atendia crianças e jovens do sexo masculino, agora possui turmas femininas.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

COMBATER A FOME E A MISÉRIA E GERAR RENDA

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Segurança Alimentar é resultado da junção das Secretarias de Desenvolvimento Social e de Trabalho e Geração de Renda, efetivada em maio de 2021.

A pasta é composta por 40 equipamentos distribuídos em todos os territórios municipais, e mais de 500 trabalhadores. Estão sob sua alçada 42 contratos com 17 Organizações da Sociedade Civil parceiras e um orçamento que alcança 23 milhões de reais. O controle social é exercido por meio de quatro conselhos municipais: Conselho Municipal de Assistência Social de Contagem; Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Contagem; Conselho Municipal de Trabalho e Geração de Renda de Contagem e o Conselho Geral Gestor de Economia Solidária de Contagem, além do Comitê Intersetorial da Política Municipal da População em Situação de Rua criado nesta gestão com o objetivo de integrar ações de 10 secretarias municipais, da Câmara Municipal, da Polícia Militar e sociedade civil no diagnóstico e articulação de políticas públicas voltadas à população em situação de rua.

Quanto ao público-alvo da Secretaria, segundo dados do Cad-Único, em junho de 2021 Contagem possuía 78.878 pessoas na linha da extrema pobreza (29.097 famílias), 15.539 pessoas na faixa da pobreza (6.397 famílias) e 41.100 pessoas de baixa renda (ou 14.356 famílias).

Neste primeiro ano de gestão, a Secretaria buscou apoiar suas ações no tripé austeridade/transparência/ inovação. Houve uma redução dos gastos com atividades-meio no valor estimado de R\$ 7.686.614,83 (Sete milhões seiscentos e oitenta e seis mil seiscentos e quatorze reais e oitenta e três centavos) que contribuiu para a ampliação dos investimentos para a melhoria dos serviços prestados; todas as prestações de contas foram colocadas em dia, pois havia pendências de 3 anos e foi implementado um conjunto de ações e programas novos voltados às pessoas em situação de vulnerabilidade social com os seguintes objetivos principais: viabilizar a ampliação e a descentralização da Assistência; combater a fome; promover a inclusão produtiva e geração de trabalho e renda, especialmente via o apoio ao empreendedorismo, à economia solidária e à Agricultura Familiar; valorizar a participação das mulheres e dos negros, e fortalecer o controle social.

CRIAÇÃO DO CARTÃO SOCIAL — Benefício eventual baseado na transformação da cesta “in natura” em cartão magnético. São 2.250 famílias beneficiadas. O programa impacta positivamente a economia local e representa autonomia das famílias, especialmente das mulheres que serão as titulares dos cartões para aquisição de produtos alimentícios, de limpeza, de higiene pessoal e gás de cozinha.

CRIAÇÃO DO PROJETO CRAS MAIS PERTO DE VOCÊ — Implantação de 05 (cinco) equipes volantes que ampliaram a cobertura da Proteção Social Básica nas Regionais e o número de famílias referenciadas nos territórios mais vulneráveis. As equipes acompanham 40 famílias e referenciam cerca 2.500. Permitiu, ainda, o referenciamento e acompanhamento dentro da Comunidade dos Arturos.

CRIAÇÃO DO PROJETO “CESTAS COLORIDAS” E PARCERIA COM A PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA — Entrega de cestas com folhosas, legumes e frutas para as famílias acompanhadas pelos CRAS. Foram viabilizadas e entregues 1.537 cestas com recursos do PAA. A parceria com a Penitenciária Nelson Hungria possibilitará a produção dos produtos para as Cestas Coloridas, praticamente sem custos para o município, utilizando o espaço e a mão de obra da Penitenciária mediante comutação de pena e medidas socioeducativas e de ressocialização dos presos.

REESTRUTURAÇÃO DOS RESTAURANTES POPULARES — A oferta de refeições nos Restaurantes Populares foi ampliada de 2.700 para 3.500 refeições/dia. As refeições são oferecidas ao preço de R\$4,00 mediante subsídio superior a 70% por parte da Prefeitura. Foi implantado o jantar no Restaurante Popular de Nova Contagem. São oferecidos 500 jantares/dia ao preço de R\$1,00. Do número de refeições produzidas diariamente, 750 são 100% subsidiadas pela prefeitura, entregues através das cozinhas comunitárias para pessoas em vulnerabilidade social e pessoas em situação de rua.

VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E URBANA — No chamamento público dos Restaurantes Populares foi inserida a obrigatoriedade de que 30% dos gêneros alimentícios adquiridos para o cardápio são fornecidos por agricultores familiares. Além disso, foi realizada a 1ª Feira da Agricultura Urbana e Familiar.

REABERTURA, VALORIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS FEIRAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA — Foram abertos 09 pontos fixos para as feiras da Economia Solidária nas regionais administrativas da cidade. Nos eventos das Luzes de Natal, foram realizadas 114 feiras gerando renda para 295 empreendimentos (cada empreendimento é composto por, no mínimo, três pessoas e duas famílias). O Cadastro Municipal da Economia Solidária

registra mais 350 empreendimentos cadastrados, dos quais 84% do público atendido pelo programa é composto de mulheres. Aproximadamente 30% dos empreendimentos têm como única fonte de renda a economia solidária. Acrescente-se a realização da 1ª Feira Mercado Afro de Contagem.

OUTRAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA — Implantação do Projeto “Seu Trabalho Legal” voltado aos trabalhadores ambulantes de Contagem. Foram mapeados mais de 500 trabalhadores ambulantes que receberão qualificação para o empreendedorismo e licenciamento para funcionamento; fortalecimento do SINE; Criação do Programa “Tá Combinado” de apoio aos trabalhadores autônomos; criação do Projeto Jovem Aprendiz Contagem que visa priorizar os jovens em situação de vulnerabilidade nas vagas de estágio da Prefeitura; Adesão ao Programa de Aprendizagem Jovem Descubra que também possibilitará o aumento de vagas nas entidades formadoras e nas empresas de Contagem.

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO PERMANENTE, GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E GERÊNCIA DE REGULAÇÃO — São instrumentos de gestão tipificados pelo SUAS, que ainda não haviam sido implantados em Contagem, que melhoraram a qualificação e o diálogo com os trabalhadores e o atendimento aos usuários.

DEFESA SOCIAL

UMA CIDADE MAIS PROTEGIDA, SEGURA E FELIZ

A política municipal de Segurança Pública esta ancorada nas noções de prevenção e proteção e pode ser assim resumida: a) prevenção e combate as violências, incentivo a uma cultura da paz e a promoção da ordem pública; b) a proteção das pessoas, dos serviços e bens pertencentes ao município contra os danos e desastres advindos das situações de riscos socioambientais e de outras origens. No sentido de realizar esses objetivos, a Secretaria Municipal de Defesa Social segue as seguintes diretrizes: 1) A integração e articulação em rede entre diferentes secretarias do governo e da articulação interinstitucional com órgãos como a Polícia Militar, Polícia Civil, o Ministério Público, Judiciário, Defensoria, sistemas de Defesa Civil, etc; 2) a participação e a mobilização comunitária; 3) o investimento em pesquisa e gestão de informação 4) qualificação e motivação do servidor que, para tanto, precisa ser adequadamente valorizado e 5) o trabalho preventivo com foco nas análises preditivas de eventos e mitigação de danos.

NÚMEROS DA VIOLÊNCIA EM CONTAGEM — A tabela a seguir registra a evolução dos crimes violentos em Contagem, conforme a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SEJUSP) nos últimos seis anos. Os números apontam para uma redução importante no volume total de crimes, com uma queda de 15.055 registros em 2016 para apenas 3.070 em 2021 — recuo de quase 80%. Tal resultado pode ser atribuído tanto a mudança na conjuntura causada pela pandemia da Covi-19 quanto a melhoria da articulação entre os órgãos de segurança pública, favorecendo tanto a desarticulação de quadrilhas e quanto à promoção de ações preventivas em áreas especialmente visadas pela criminalidade. Outros indicadores apontam na mesma direção, com a redução do número de roubos a pessoas nas vias públicas, dos assaltos aos ônibus coletivos e estabelecimentos comerciais, roubos de cargas etc.

Sobre os crimes contra a vida, a redução nas taxas de homicídios, apontada no Atlas da Violência de 2021, é uma realidade nacional, ainda que a violência ainda seja a principal causa de morte dos jovens. Este cenário não é diferente em Contagem. Dados da SEJUSP indicam que o número de homicídios de adolescentes e jovens entre janeiro e julho do ano passado (71 casos) representa 55,7% do total dos registros do município.

Crimes Violentos						
Contagem 2016/2021						
Natureza	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Estupro Consumado	75	79	58	67	49	50
Estupro de Vulnerável Consumado	101	128	134	129	118	168
Estupro de Vulnerável Tentado	5	11	6	7	3	6
Estupro Tentado	16	27	19	14	13	9
Extorsão Consumado	63	58	34	35	39	41
Extorsão Mediante	4	2	9	3	3	6
Extorsão Tentado	7	10	2	1	14	16
Homicídio Consumado (Registros)	243	185	168	112	103	82
Homicídio Tentado	201	192	178	123	98	88
Roubo Consumado	13.824	12.638	9.247	6.227	4.187	2512
Roubo Tentado	494	434	323	211	142	81
Sequestro e Cárcere	21	25	17	11	14	11
Sequestro e Cárcere	1	4	5	0	0	0
TOTAIS	15.055	13.793	10.200	6.940	4.783	3070

Fonte: SEJUSP — Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública MG

O dado negativo fica por conta da violência contra a mulher que ainda registra números elevados, com viés de crescimento em 2021. A tabela a seguir, com os dados para o número de vítimas de violência doméstica, aponta a persistência das taxas elevadas que, apenas em parte podem ser explicadas medidas de isolamento social e redução da circulação impostas pela pandemia e que levou as mulheres, crianças e adolescentes a permanecerem mais tempo em casa com seus agressores.

CONTAGEM		
Vítimas violência doméstica		
2019	2020	2021
4.390	4.296	4.495

Fonte: SEJUSP

GUARDA CIVIL DE CONTAGEM — A Guarda Civil Municipal de Contagem cumpriu, no ano que passou, um papel essencial no combate a pandemia da Covid-19, que foi e continua a ser um dos maiores desafios para o governo municipal. Destaque-se, neste sentido, o papel da Guarda na coordenação da Patrulha Pacto Pela Vida e nas ações ostensivas de interdição de festas e eventos em desacordo com os protocolos de segurança sanitária. Em 2021, foram realizadas 3.962 ações de fiscalização que levaram a 670 notificações, 44 estabelecimentos multados, 150 embargos e 133 interdições durante as ações da Patrulha Pacto pela Vida em estabelecimentos e na orla da Lagoa Vargem das Flores.

A Guarda também tem participado do combate à pandemia mediante a escolta de vacinas (1.804 escoltas de 7 de abril 2021 até 27 de dezembro de 2021), na garantia da ordem nos postos de vacinação e no suporte a realização de eventos públicos, como o Natal de Luz.

Ademais, a Guarda Civil manteve sua atuação por meio de suas patrulhas, entre elas: Patrulha da Mulher, Patrulha SUS, Patrulha Cultural e Patrulha e proteção Escolar; Grupamento de Patrulhamento Ambiental e grupamento de Rondas Ostensivas Municipal (ROMU).

Finalmente, a Guarda Municipal participa institucionalmente de diversos comitês e conselhos municipais, dentre eles, o Comitê de Fiscalização do Município de Contagem (COMFISC) e o Comitê Gestor de Área de Risco (CGAR) e os oito conselhos territoriais.

PREVENÇÃO E SEGURANÇA — Dentre as principais iniciativas da Subsecretaria de Prevenção e Segurança/Superintendência de Prevenção às Violências e Promoção de Territórios Seguros no ano de 2021, destacam-se:

- ✓ **Projeto Mulheres da Paz** — Projeto retomado e reformulado com o objetivo de fortalecer a liderança de mulheres para o engajamento nas redes locais, fortalecimento comunitário e prevenção às violências, em 2021, foram formadas 36 mulheres e 19 jovens da Regional Petrolândia.
- ✓ **Juventude Ativa** — Projeto com ações e intervenções que tem como público prioritário adolescentes e jovens moradores das periferias do município de Contagem.
- ✓ **Documentário “Namoro, Laços e Nós”** — audiovisual como estratégia na redução dos fatores de risco que ensejam ações de violência e criminalidades ligadas às relações de gênero;
- ✓ **Reflexos: homens pela desconstrução das violências** — projeto precursor do município que oferta grupos reflexivos para homens para a desconstrução de padrões de gênero e masculinidade que incidem em processos de violência;
- ✓ **Núcleo de Tecnologias em Prevenção e Segurança:** É um projeto que visa apoiar iniciativas comunitárias, institucionais ou individuais com foco na construção de ações de prevenção territoriais.
- ✓ **“Prevenção em pauta”** que aborda temáticas transversais à segurança pública, com foco nas violências estruturais e temáticas de prevenção às violências. Em 2021 foram abordadas as temáticas: masculinidades, branquitude e desconstrução do racismo, Juventude e o direito à Cidade, Violência e

Pandemia, Violência no Namoro, Mulheres e a Promoção do Território Seguro, Homens pela Desconstrução da Violência. As transmissões foram realizadas pelo canal do Youtube da Prefeitura de Contagem, com participação expressiva, e avaliações positivas, que faz com que o espaço seja um catalisador importante das discussões no âmbito da segurança pública do município, com o envolvimento de outras secretarias, e também como um espaço de formação, dado a participação de outros atores: estudantes, sociedade civil, professores e servidores.

- ✓ **Atualização e regulamentação do Decreto nº 343, de 15/10/2021.** O decreto dispõe sobre as atribuições do Comitê de Fiscalização do Município de Contagem
- ✓ — COMFISC, espaço de integração dos diversos órgãos municipais para proporcionar agilidade às atividades fiscalizadoras, decorrentes do poder de polícia administrativa; proposição de campanhas educativas, orientativas e de divulgação, etc. No decorrer de 2021 foram realizadas 266 ações, em consonância com o objetivo do COMFISC, que é o de integrar os diversos órgãos municipais para proporcionar agilidade às ações de fiscalizações. No decorrer de 2021 foram realizadas 266 ações no âmbito do COMFISC, sendo 149 ações operacionais; 74 ações administrativas; 11 demolições de casas em situação de risco e 32 operações em Ferros Velhos, além de autuações de interdição.

GESTÃO PARTICIPATIVA DE PROTEÇÃO A DESASTRES E A CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA SOCIOAMBIENTAL — A Defesa Civil de Contagem atua junto ao Comitê Gestor de Areas de Risco tendo em vista a proteção das pessoas, bens e serviços contra danos e desastres advindos das situações de riscos socioambientais e de outras origens. Entre as principais realizações da pasta em 2021, destacamos:

- ✓ **Reorganização do Comitê Gestor de Área de Risco (CGAR).** O comitê é responsável pelo planejamento e gestão das áreas de risco na cidade para a proteção das pessoas, bens e serviços no período chuvoso e eventos microclimáticos passíveis de catástrofes. Foi feita a atualização do decreto 001 de janeiro de 2021, que cria o Comitê e do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON).
- ✓ **Organização da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil** — Estrutura responsável pela política de gestão de prevenção, proteção e resposta a desastres no âmbito da Secretaria Municipal de Defesa Social. Criação, no âmbito da Subsecretaria, dos programas Defesa Ativa de Controle de Riscos Socioambientais

(DACRIS), Trama Verde e Caminho das Águas.

- ✓ **Programa Defesa Ativa de Controle de Riscos Socioambientais (DACRIS)** — Ao longo do ano de 2021 foram levantados e mapeados no município de Contagem 127 (cento e vinte e sete) áreas com risco hidrológico e 96 áreas de risco geológico.
- ✓ Todos os mapas foram impressos e distribuídos nas oito regionais administrativas do município, sendo um importante instrumento na prevenção, controle e gestão dos riscos de inundação e deslizamento na cidade.

Áreas de Risco Hidrológico	
INDUSTRIAL	24
ELDORADO	24
NACIONAL	14
PETROLÂNDIA	8
RESSACA	20
RIACHO	15
SEDE	16
VARGEM DA FLORES	6
TOTAL	127

Áreas de Risco Geológico	
INDUSTRIAL	9
ELDORADO	11
NACIONAL	2
PETROLÂNDIA	15
RESSACA	18
RIACHO	4
SEDE	25
VARGEM DA FLORES	12
TOTAL	

- ✓ **O programa Trama Verde** — Parceria com a Superintendência de Limpeza Urbana e com a Superintendência de Segurança Alimentar e Agroecologia. Consiste em uma ação para redução do risco de deslizamento de terras via a “revegetação participativa”. Teve aplicações na Vila Feliz, na regional Vargem das Flores, e no Buracao, na regional Industrial onde foram desenvolvidos o projeto-piloto de pesquisa-ação.
- ✓ **O Programa Caminho das Águas** — Parceria com a Secretaria de Obras e Meio Ambiente, com os trabalhos antecipados de limpeza de córregos e proteção das nascentes, trouxe melhoria no sistema de drenagem e diminuiu os alagamentos em tempos de inundação e na altura da lâmina d'água.

- ✓ **Adoção da metodologia do DRP (Diagnóstico Rápido Participativo)** — Para dar maior celeridade a atualização das áreas de inundação, o DRP inclui relatos orais a coleta de dados, favorecendo a participação popular das comunidades atingidas, além de baratear os custos de produção;
- ✓ **Retomada dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC's)** — Atualmente, chegam a 32 em todo o município. Em 2021 foram realizadas 104 reuniões com os NUPDECs e oito treinamentos e capacitações;
- ✓ **Adequação do sistema de “Central Escuta Ativa 199”** — O teleatendimento foi ampliado para um trabalho de escuta ativa e pre-salvamento, com reorganização da priorização de resposta e promoção da conscientização de riscos. Foram desenvolvidas 2.072 Registros de Ocorrências (RO's), oriundos de variadas motivações, tais como: movimentação de terra, avarias construtivas em muros e paredes, infiltrações, risco de desabamento de moradia e incêndios, resultando em um total de 1.960 (hum mil, novecentos e sessenta) atendimentos. Na comparação com mesmo período do ano anterior, houve uma melhoria na prevenção que levou a redução do número de desalojados de aproximadamente 5000 em 2020, para 750 em 2021. Ressalte-se que os desalojamentos foram apenas temporários e que o tempo de retorno foi de 6 a 12 horas.

ANEXO

Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da Guarda Civil de Contagem

Foram definidas em negociação coletiva a criação da carreira de Guarda Civil em Contagem, conforme definição das seguintes condições:

1. Os atuais detentores de cargos efetivos de Guarda Civil de Contagem, integrarão a carreira de Guarda Civil de Contagem, mediante transformação dos seus atuais cargos efetivos do quadro geral instituído pela Lei Complementar nº 105, de 20 de janeiro de 2011, em cargos efetivos de Guarda Civil de Contagem organizado da seguinte forma:

1.1. A carreira de Guarda Civil de Contagem é composta será composta de 07 (sete) níveis e 45 (quarenta e cinco) padrões:

I — cada nível de vencimento será formado por 45 (quarenta e cinco) padrões;

II — cada nível de vencimento terá um padrão inicial e padrões subsequentes:

III — o valor de vencimento de cada padrão guarda com o anterior e com o subsequente, na escala do nível, a mesma relação percentual de 1,408% (um virgula quatro zero oito por cento).

2. O desenvolvimento do servidor, na carreira única de Guarda Civil, será por meio de progressão em padrões e promoção de nível;

3 . A progressão ocorrerá de dois em dois anos, sendo que em um ano será por mérito, mediante avaliação de desempenho e no outro ano será por titulação ou qualificação profissional;

4 A Promoção poderá ocorrer a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício e é a passagem do servidor para novo nível e padrão da tabela de vencimentos mediante preenchimento de critérios estabelecidos na lei da carreira. A primeira promoção ocorrerá em 2024 e as subsequentes obedecerão ao critério de 5 (cinco) anos.

5 Para o enquadramento inicial, serão aplicadas regras de transição que levarão em consideração o tempo de efetivo exercício do servidor e o padrão de vencimento atual.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

A RECONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE PARA TODOS

A área dos Direitos Humanos é, certamente, uma das mais complexas da Administração Pública municipal tanto pela natureza de sua atividade (que é a salvaguarda dos direitos humanos e da cidadania de indivíduos e grupos sociais), quanto pela diversidade de públicos com os quais lida. Encontram-se no raio de ação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania as políticas de direitos humanos para as mulheres; para as crianças e adolescentes; para as juventudes; para as Pessoas Idosas; para as Pessoas com deficiências; para a População LGBT; para a promoção da Igualdade Racial; para os Migrantes, refugiados e apátridas e, finalmente, os Direitos do Consumidor. Em consequência, nada menos que os oito conselhos municipais de políticas públicas estão ligados à Secretaria, além de dois comitês, sendo que uma das prioridades da gestão foi a regularização desses fóruns de participação popular e controle social, dando posse a novos conselheiros e colocando-os em atividade.

Por isso mesmo, para os próximos anos, o maior desafio posto para a Secretaria é a formulação da política de Direitos Humanos para o município e a realização de ações que levem a população a perceber a importância da secretaria para o desenvolvimento da cidade.

Quanto ao balanço das realizações no ano passado, em praticamente todos esses grupos sociais, tem havido um agravamento do número de casos de violação dos direitos humanos em todo o planeta e, em nosso município não é diferente. Esse recrudescimento, atribuído às condições especiais de convivência devido à pandemia de Covid-19, tem sido amplamente difundido pelos veículos de comunicação e, também, por publicações especializadas e pode, além disso, ser observado no quadro a seguir. Até setembro de 2021, a Secretaria havia realizado 16.901 atendimentos, percentual que corresponde a um aumento total de 106% em relação ao mesmo período do ano passado. Naturalmente, a proporção do agravamento das violações não é igual em todos os setores. No caso das mulheres, por exemplo, é bem mais grave.

A propósito do quadro a seguir, é relevante ressaltar que, em virtude da pandemia da Covid-19, a Secretaria suspendeu por tempo indeterminado parte de suas atividades presenciais por volta de abril, só retornando aos atendimentos presenciais no final do ano, com o encerramento do “Pacto pela vida”.

Finalmente, há que se ressaltar o forte sentido intersetorial das atividades da Secretaria que, além de suas atividades precípua, tem forte presença junto às demais pastas seja no sentido de fortalecer ações e políticas de governo, seja no sentido da sensibilização e capacitação para temática dos direitos humanos e seus respectivos públicos-alvo.

MÉDIA DE ATENDIMENTOS POR SEGMENTO			
	2020	2021	% de aumento
Conselho Tutelar	3305	4398	49%
Procon	2584	4500	74%
Espaço Bem me quero	89	556	525%
Pessoas com deficiência	2220	6907	211%
Fonte: Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania			

Entre as principais ações da Secretaria no ano que findou, estão:

- ✓ Participação na campanha de vacinação contra a Covid 19, especialmente na mobilização da população quilombola, junto às pessoas com deficiências e no “Rolezim da juventude”;
- ✓ Criação do primeiro Comitê Municipal para a População Migrante;
- ✓ Adesão ao Migracidades;
- ✓ Mapeamento das comunidades tradicionais do município para fins de cadastramento no CAD-Único;
- ✓ Criação do Procon Itinerante (em quatro regionais) e do PROCON ONLINE, com cerca de 716 atendimentos;
- ✓ Formação de 100 guardas Municipais para a temática LGBT;
- ✓ Realização da Semana do orgulho LGBT;
- ✓ Oferta descentralizada do programa Contagem na Maturidade em todas as regionais;
- ✓ Realização do “Fala ai Juventudes”, para conhecer melhor o perfil das juventudes contagensenses;
- ✓ Assinatura do termo de adesão ao Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve);
- ✓ Adesão ao Programa Prefeito Amigo da Criança;
- ✓ Requalificação do Espaço Bem-me-Quero;

- ✓ Realização do Agosto Lilás;
- ✓ Assinatura do Protocolo da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência contra a mulher.

ANEXO

Conselhos e comitês ligados à Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania:

- ✓ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- ✓ Conselho Municipal da Juventude
- ✓ Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- ✓ Conselho Municipal da Mulher de Contagem
- ✓ Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- ✓ Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
- ✓ Conselho Municipal do Idoso de Contagem
- ✓ Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial
- ✓ Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante
- ✓ Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

MEIO AMBIENTE

O COMPROMISSO COM A CIDADE AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL

O compromisso do atual governo com o conceito de “cidade sustentável” vem se traduzindo no esforço de elaboração de uma política municipal para o meio ambiente que abarque dimensões diversas, como a destinação correta do lixo e o reaproveitamento dos resíduos sólidos; a proteção dos mananciais e a oferta de água de qualidade; a garantia de opções para a cultura e o lazer da população, conciliando a conservação das áreas verdes, e a construção do Programa Municipal de Educação Ambiental para garantir a formação e a participação permanente da população no cuidado e proteção do meio ambiente, entre outros fatores influentes sobre a qualidade de vida da população.

Atualmente em Contagem, essa política ainda se encontra em fase de construção, tal o nível de degradação e até inexistência de instrumentos de política pública para a área que encontramos no início da gestão. Mais ainda, estavam em vigor programas, políticas e ações que representavam ataques diretos aos recursos ambientais do município. Como exemplo, o Plano Diretor de 2018 que extinguiu a área rural do município, flexibilizou parâmetros urbanísticos e possibilitou a implantação de loteamentos e empreendimentos imobiliários na APA Vargem das Flores.

A reestruturação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com aporte de recursos financeiros e materiais, a informatização de processos, recomposição e qualificação do quadro de pessoal, permanecem como desafios para os próximos anos. Como parte desse esforço, listamos como avanços na área no ano passado:

IMPLANTAÇÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL — com reuniões mensais, presença de diversas secretarias e administrações regionais, com o objetivo de discutir as pautas ambientais da cidade e, principalmente, elaborar o Plano Municipal de Educação Ambiental;

EDIÇÃO DO DECRETO 005 DE 13 DE JANEIRO DE 2021 — determinando a paralisação, pelo prazo de 90 dias, da tramitação de todos os procedimentos administrativos referentes ao parcelamento do solo, empreendimentos de impacto, conjuntos residenciais e empreendimentos do programa Morar Contagem na Área de Proteção Ambiental (APA) Vargem das Flores. Em abril, o decreto foi prorrogado por mais 90 dias;

REABERTURA DO PARQUES — Com destaque para a APA Parque Fernão Dias, fechada há vários anos. Os Parques de Contagem foram reabertos no dia 22/08 e o retorno foi acompanhado de excelente visitação e atividades programadas.

RETOMADA DA MANUTENÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS — Foi concluído o processo de licitação para contratação de empresa de manutenção e requalificação para as praças e parques.

OTIMIZAÇÃO E AUMENTO DA COLETA SELETIVA — Ampliação da coleta seletiva para 25 novos bairros, totalizando 61; fortalecimento da parceria com os catadores com a inclusão, no contrato, dos serviços de informação e mobilização da população nas áreas que foram implantadas a coleta seletiva, além dos serviços de recepção, triagem, prensagem armazenamento e comercialização fruto desta atividade, com fornecimento de equipamentos e insumos.

ORGANIZAÇÃO DO SETOR DE ARBORIZAÇÃO — (podas e supressões de árvores), com otimização e aumento do número de vistorias dos pedidos de poda em 209% (1.186 em 2020 contra 2.490 em 2021).

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA (PMAU) — com participação popular, tendo em vista nortear o município quanto à gestão planejada e sistematizada de preservação, manutenção e monitoramento das árvores. Realizado o inventário com classificação das mudas existentes no viveiro (6.076 nativas, 1.400 exóticas, 810 frutíferas, 214 ornamentais, 2.067 refugos, 2.141 mortas).

LICENCIAMENTO AMBIENTAL — Aprovação junto ao COMAC da DN 25 que estabeleceu novos procedimentos para a emissão de Diretrizes Ambientais previstas no Anexo X da Lei de Uso e Ocupação do Solo, possibilitando a redução do número de atividades de baixo impacto passíveis de licenciamento ambiental de 1.521 para 499, e otimizando o trabalho da área técnica com foco em empreendimentos de médio e baixo impacto e no controle do cumprimento de condicionantes ambientais.

ATUALIZAÇÃO CONSTANTE DO MAPA HÍDRICO DO MUNICÍPIO — com o prosseguimento do Programa “Contagem das Nascentes” e implementação do Projeto Rio da Minha Vida. Ambos com participação das comunidades, o objetivo dos projetos é a recuperação, proteção e gestão dos recursos hídricos do município com a participação social, aliada a incentivo fiscal aos cuidadores de nascentes.

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO “JARDINS DE CHUVA” — Por meio do convênio com a rede internacional de Governos Locais pela Sustentabilidade, ICLEI (sessão América do Sul),

renovado em 2021, Contagem foi escolhida como um dos municípios para execução do projeto-piloto “Jardins de Chuva” de drenagem e captação de águas pluviais em espaços públicos. O projeto é uma inovação com tecnologias de soluções baseadas na natureza. Considerando sua importância e seu histórico de problemas decorrentes de alagamentos pontuais, a Praça Presidente Tancredo Neves foi escolhida para receber o modelo;

PARCERIA COM A GUARDA MUNICIPAL E FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS NAS AÇÕES NOTURNAS DE FISCALIZAÇÃO — A operação Pacto pela Vida ocorreu até outubro/2021 e a Operação Sossego a partir de novembro/2021. Primeiro atendimento realizado em 100% das solicitações de denúncias abertas na Superintendência de Controle Ambiental e na CAP.

ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA ANIMAL — O município de Contagem é um dos poucos municípios do Estado de Minas Gerais que aplica na prática a lei de combate aos maus tratos dos animais pela Fiscalização Ambiental. Em 2020 foram iniciados debates e estudos para estruturação de uma política de defesa animal, em parceria com a Secretaria de Saúde, incluindo a retomada do programa de castração, do incentivo à adoção, entre outros.

PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

NO RUMO DA CIDADE INTELIGENTE, COMO INCLUSÃO DIGITAL

Um dos principais compromissos assumidos pela prefeita Marília Campos na campanha eleitoral foi com a qualidade do gasto público, conceito amplamente incorporado ao planejamento orçamentário com os objetivos de aumentar a eficiência da gestão, promover a modernização da administração via a incorporação de ferramentas de TI (Tecnologia da Informação) como instrumentos de gestão interna, integração do trabalho, ganho de produtividade e de qualidade; manter em funcionamento e ampliar a oferta dos serviços essenciais à população; dar continuidade e ampliar os investimentos em infraestrutura e, finalmente, valorizar os servidores públicos.

O maior desafio na área é a modernização da gestão, especialmente no tocante à incorporação de ferramentas de TI, com a superação do forte atraso atualmente existente. O diagnóstico realizado revelou uma defasagem de 15 anos na infraestrutura tecnológica da Prefeitura, com necessidade de sistemas específicos, e falta de oferta de serviços via Internet para a população. Também mostrou que apenas quatro secretarias possuem sistemas informatizados (SEPLAN, FAZENDA, SEAD, Procuradoria) para a realização das suas atividades fins e que em outras três (Educação, Controladoria, SAÚDE) os sistemas existentes atendem parcialmente às atividades fins. Assim, para os próximos anos, as principais metas são a modernização dos processos internos, do aumento da prestação de serviços digitais e democratizar o acesso à internet para a população. Uma das metas é o projeto de implantação de wi-fi em áreas públicas, que está pronto para ser ativado. Serão habilitadas com sinal de wi-fi a Praça Silvano Brandão; Praça da Amendoeiras, Praça da Juventude; Praça da Glória; Praça Dominique Hurtaude; Praça das Jabuticabas; Praça N. S. de Fátima; Praça Riacho; Praça Sarandi/ Praça do Sol; Praça Tancredo Neves. Outra meta importante é o programa de inclusão digital destinado às populações de mais baixa renda, com início previsto para o segundo semestre deste ano.

ELABORAÇÃO E ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS VEREADORES DO NOVO PLANO PLURIANUAL - PPA 2022-2025 E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL-LOA 2022 —

Com previsão de mais investimentos em programas sociais, políticas urbanas e melhoria da qualidade da gestão. O PPA e a LOA foram aprovados pela Câmara dos Vereadores, por unanimidade, em novembro, sancionados pela prefeita Marília Campos em dezembro.

REVISÃO DE CONTRATOS VIGENTES E DE LICITAÇÕES EM CURSO — A economia total gerada ao erário municipal com a revisão e, inclusive, cancelamentos de contratos que apresentavam valores excessivos e desnecessários chega a mais de R\$ 6.385.000,00.

MELHORIA NO SUPORTE E ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS DE TI DA PREFEITURA
A pasta recebeu um legado de 359 chamados em aberto e sem solução. Atualmente, a média é de 80 atendimentos em aberto. Desde 04/01/2021 foram realizados mais de 10.348 atendimentos, em todas as unidades da administração pública municipal. O índice de satisfação com os atendimentos encontra-se em 97%.

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS — que passaram a ser priorizados para ospapéis estratégicos da SEPLAN, com redução da contratação de cargos comissionados.

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO — Foi realizado o levantamento da situação de cada secretaria quanto aos processos informatizados existentes e demandas de hardware e software tendo em vista conhecer as reais necessidades da administração municipal e viabilizar contratações mais eficientes e transparentes.

ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC) — para atualizar e melhorar o serviço de TI para os servidores da Prefeitura, assim como para a população.

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (PMAT) — Repactuação junto ao BNDES dos programas de modernização do Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT), originalmente focado em “reforma civil” das edificações (escolas). Na repactuação, já aprovada pelo BNDES, o foco está no projeto de Cidades Digital com o objetivo de atender as demandas do Governo Digital.

CRIAÇÃO DA CÂMARA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO — que contará com a participação da Transcon, Administração, Defesa Social, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano e Habitação, Educação, Fazenda, Governo, Meio Ambiente, Planejamento e Saúde.

GEOPROCESSAMENTO — O sistema de Georreferenciamento encontrava-se subutilizado e, atualmente, pode-se afirmar que todas as secretarias estão utilizando ou já utilizaram os serviços on-line do sistema de Georreferenciamento.

PLANEJAMENTO — Redução de 14 cargos e economizando R\$ 690 mil por ano na subsecretaria de Planejamento Orçamento e Modernização. A subsecretaria também fez

uma redefinição das atribuições da Câmara de Coordenação Orçamentária e Administração Financeira (CCOAF) e Superintendência de Gestão de Contratos e Convênios.

AS RELAÇÕES JURÍDICAS

PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS E EFICIÊNCIA NAS RESPOSTAS

O período pandêmico vem impondo desafios extremos no campo das relações jurídicas em todo o país devido aos conflitos de interesses e de perspectivas que fez emergir e que se traduzem numa ampla produção de atos normativos tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal, além de decisões e recomendações de órgãos como o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas de diversas esferas federativas.

Nesse contexto, cabe destaque ao protagonismo atribuído aos municípios pelo Supremo Tribunal Federal no enfrentamento da pandemia, nos termos pronunciados no caso da ADI 6341/DF, onde fixou-se o entendimento que, ao lado dos governadores e governadoras, prefeitos e prefeitas têm autonomia para o enfrentamento da crise sanitária nos limites de sua competência administrativa, visto tratar-se de competência comum prevista no art. 23, II da CRFB/88.

Diante da relevante atuação do Município no enfrentamento deste momento crítico, a Procuradoria municipal, como órgão de assessoramento direto e incumbido da representação judicial e extrajudicial deste, obteve uma atuação extremamente colaborativa e positiva para o alcance de resultados neste período, não apenas no que se refere à representação dos interesses do governo e da municipalidade, mas também na busca de soluções de modernização da gestão tendo em vista a maior agilidade e eficiência das respostas; a redução da judicialização dos conflitos e, finalmente, a recuperação de créditos tributários para o município.

Para os próximos anos os desafios se referem ao aprofundamento da integração colaborativa com as demais secretarias, a instituição de uma instância de resolução administrativa dos conflitos e à contínua redução do tempo na emissão de pareceres. Outra meta é sanar as muitas situações que demandam regularização de imóveis públicos, questões fundiárias, registros e a recuperação de créditos tributários para o município. A seguir, um breve apontamento dos destaques da gestão em suas várias áreas de competência.

APOIO E SUSTENTAÇÃO A POLÍTICAS DE GOVERNO — Entre outros exemplos, temos a colaboração da Procuradoria-Geral do Município na regulamentação das ações do Pacto pela Vida para o enfrentamento da pandemia da Covid-19; para a retomada do controle da gestão das UPAs e dos serviços hospitalares que estavam sobre controle do IGH; na estruturação do Serviço Social Autônomo de Contagem; na edição e

implementação da LC nº 305/2021 que instituiu o Pró-Contagem e da LC nº 306/2021 que concedeu desconto sobre o IPTU e taxas do corrente exercício, como também na LC nº 309/2021 que readequou a política de cobrança do IPTU em Contagem, dentre outras iniciativas de normatização municipal;

DEFESA DA PREFEITURA EM AÇÕES JUDICIAIS — Cabe destaque a exitosa atuação da Procuradoria-Geral do Município na ADPF nº 753 perante o Supremo Tribunal Federal movida pelo Partido Liberal/Movimento Libertas. Ação pretendia suspender a exigibilidade do IPTU residencial de Contagem/MG lançado referente a todo exercício de 2017 (R\$ 77 milhões), com a consequente devolução do valor arrecadado (R\$ 41 milhões); a cassação liminar dos processos contra o PSS 01/2021, contra a licitação da merenda escolar e contra a eleição dirigentes escolares, e a realização de acordo na ação civil pública ajuizada pelo MPMG discutindo o retorno às aulas no regime híbrido, todos no âmbito da educação; a suspensão da ação que determinava a devolução de recursos da saúde devidos pelo Estado de Minas Gerais exigindo recebimento por meio de precatório e a atuação na regularização de repasses do ICMS de 2019 pelo Estado de Minas Gerais para o caixa único do Município; a vitória no TCE-MG no processo licitatório da Agência de Comunicação; e, finalmente, a realização de acordo com o Ministério Público nas ações civis públicas sobre a Bacia da Vargem das Flores e na Bacia da Pampulha permitindo a retomada do desenvolvimento econômico-social sustentável na cidade.

COLABORAÇÃO COM OUTRAS PASTAS NA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DE POLÍTICAS ESPECÍFICAS — São exemplos, a edição dos Decretos que regulamentaram a Comissão de Avaliação de Imóveis, o Processo de Desapropriação no Município e de Dações em Pagamento; do projeto de Lei de fomento às compras locais e emissão de pareceres e participações em reuniões do COPENC para auxiliar no processo de negociação coletiva com os servidores municipais.

DEFESA DA INTEGRIDADE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO — com ações como a rescisão unilateral de contratos prejudiciais ao município, como no caso da operação de securitização dos créditos tributários; a retomada da cobrança dos créditos tributários e não tributários; ajuizamento dos créditos inadimplidos e controle do prazo prescricional; monitoramento da Dívida Ativa e padronização e orientação dos setores para a constituição e cobrança do crédito não tributário. Resultado desta postura, a receita da Dívida Ativa, apesar do período de recessão econômica, manteve-se regular, tendo a Procuradoria arrecadado para os cofres públicos, somente por meio de valores depositados judicialmente, cerca de R\$ 5 milhões de reais no período analisado.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO, AGILIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS —

Neste tópico cabe salientar desde a realização de cursos de atos normativos para secretarias/conselhos até a adoção de novas teses jurídicas e controle dos atos processuais, passando pela organização do Núcleo de Resposta a Inquéritos e afins e as ações preventivas para evitar judicialização dos conflitos. Com isso houve uma redução de 60,1% no total de novos processos judiciais contra o Município. Soma-se a isso a emissão de 481 manifestações em processos de licitações, contratos e parcerias com considerável redução no tempo de emissão. Ao mesmo tempo, no período em questão, a Procuradoria elaborou 493 atos normativos entre decretos, proposições de lei e protocolos sanitários — mais de um por dia.

CONTROLE INTERNO

TRANSPARÊNCIA E MAIS PODER PARA O CIDADÃO

O zelo pelo patrimônio público é um dos principais compromissos da Prefeita Marília Campos, devidamente registrado em seu Programa de Governo. Do ponto de vista do Controle Interno, isso significa adotar políticas de transparência da gestão e de prestação de contas; apoiar os gestores para melhoria na qualidade e conformidade dos gastos; acolher as demandas e manifestações dos munícipes, facilitando a sua livre expressão e fiscalizar os procedimentos da gestão tendo em vista a prevenção à corrupção e fomento da integridade pública. A perseguição a este conjunto de metas é tarefa de todo o governo. Porém a coordenação das ações, programas e políticas nesta área está a cargo da Controladoria Municipal que, para tanto, organiza-se em Ouvidoria Municipal, Auditoria Geral do Município, Corregedoria Geral e Núcleo de Transparência e Combate a Corrupção.

Para os próximos anos, a grande expectativa é que a Controladoria reforce e amplie as ações de transparência ativa e passiva no município, bem como as ações preventivas. Do mesmo modo, deve cumprir os objetivos de prevenção, colaboração e de orientação aos gestores e ao servidor. Dentre as principais entregas da pasta no período de janeiro a dezembro de 2021, merecem destaque aos olhos de nosso projeto de governo:

A CONTROLADORIA NA LUTA CONTRA À COVID-19 — No âmbito do Programa “Pacto pela Vida” coube à Controladoria colaborar na produção e análise dos procedimentos vinculados à vacinação contra o Covid-19, especialmente na dispensa de licitações para compra de insumos. Essa participação levou à elaboração do “Manual da Trilha de Auditoria da Vacinação do Covid-19”, contendo as ações de auditoria e de acompanhamento a serem realizadas periodicamente e que servirá de base para atuação sistemática de seus Auditores.

A CONTROLADORIA NA RETOMADA DO CONTROLE DA GESTÃO DA SAÚDE — A Controladoria Geral do Município analisou o gerenciamento dos serviços de saúde praticado pelo Instituto de Gestão e Humanização — IGH e recomendou a descontinuidade contratual devido a irregularidades nos processos de despesas e à qualidade do serviço ofertado à população. O parecer da pasta foi uma das bases para a elaboração do Decreto 176, de 09/06/2021 que dispôs sobre a intervenção na gestão da Saúde Pública do município de Contagem, com vistas à preservação e continuidade dos

serviços essenciais de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e pronto atendimento na cidade.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO — A Ouvidoria Geral é o principal canal institucional de comunicação entre os usuários dos serviços públicos municipais e a Prefeitura, por meio do qual os cidadãos se manifestam em relação aos serviços prestados. A comunicação é realizada por e-mail, WhatsApp, telefone, o canal E-OUV e o E-SIC. Do total de demandas recebidas em 2021 (11.349), 97% foram atendidas e o caso concluído e encerrado. Apenas 3% permanecem em aberto.

CANAL	DE	QUANTITATIVO	DE
ATENDIMENTO		DEMANDAS	
E-OUV		5630	
TELEFONE		2482	
WHATSAPP		1845	
E-MAIL		1109	
E-SIC		283	
TOTAL		11.349	
Fonte: Controladoria Geral do Município			

CANAL DE ATENDIMENTO	QUANTITATIVO DE DEMANDAS
ÓRGÃOS	MANIFESTAÇÕES
Secretaria Municipal de Saúde	1851
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação	1419
Secretaria Municipal de Fazenda	1241
Secretaria Municipal de Educação	974
Secretaria Municipal de Defesa Social	817
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	723
Autarquia de Transporte e Trânsito	679
Secretaria Municipal de Administração	627
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	573
Fundação de Ensino de Contagem	392
Prefeitura Municipal de Contagem	346
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	233
Outros	180
Regional Ressaca	163
Regional Sede	149
Regional Eldorado	124
Regional Riacho	108
Secretaria Municipal de Esporte Cultura e Juventude	102
Regional Nacional	82

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	81
Regional Industrial	75
Procuradoria	64
Regional Vargem das Flores	54
Regional Petrolândia	51
Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda	44
Fundação de assistência médica e urgência	42
Gabinete do Prefeito	39
Controladoria Geral	34
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	24
Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão	21
Secretaria Municipal de Governo	21
Secretaria Municipal de Comunicação e Transparência	19
Corregedoria Geral	9
TOTAL	11361

ELABORAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAINT) — Documento que definiu previamente todas as atividades e objetos de auditoria a serem realizados no exercício do ano. O objetivo do Plano é assegurar o cumprimento dos princípios de eficácia, economicidade, legalidade e legitimidade dos atos de gestão e, dessa forma, assegurar proteção e defesa do patrimônio público. O PAINT foi publicado no Diário Oficial de Contagem (DOC) de 16/02/2021.

TRABALHOS REALIZADOS	
Produto	
Certificado de auditoria	34
Diagnóstico	1
Manual Trilha	1
Nota técnica	31
Relatório de auditoria	18
Relatório de auditoria de efetividade	4
Relatório de auditoria de tomada de contas especial	1
Relatório de auditoria gerencial	2
Relatório de controle interno	7
Relatório de efetividade	11
Total geral	110
Fonte: Controladoria Geral do Município	

CORREGEDORIA GERAL — A Corregedoria Geral é órgão do Sistema Municipal de Controle Interno a quem compete a apuração formal de atos praticados por servidores nos termos da Lei 2.160/1990 (Regime Disciplinar) e, caso comprovada conduta ilícita, sugerir as penalidades cabíveis.

SELO DO PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO (PNPC) — A Controladoria-geral foi agraciada com o selo do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção — PNPC, que tem como objetivo valorizar e incentivar as organizações públicas do Brasil a melhorarem seus padrões de integridade. O programa é uma iniciativa

da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro — ENCCLA, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

COMUNICAÇÃO

TRABALHO PELA VIDA

CRIATIVIDADE E DIVERSIDADE PARA ENFRENTAR O DESAFIO DA COMUNICAÇÃO

EM UMA CIDADE COM POUCA MÍDIA LOCAL — Por sua proximidade com Belo Horizonte, Contagem sempre dependeu da boa vontade dos veículos de comunicação estadual para cobrir os seus principais acontecimentos. No município, ao contrário do que ocorre nas capitais e cidades polo, não vicejou um ecossistema comunicacional pujante, formado por jornais, revistas, rádio ou TV comercial ou educativa. A cidade não tem nenhuma experiência bem-sucedida na área.

Essa ausência é um dificultador para que se dê vazão às demandas da comunicação pública. A mídia estadual tende a cobrir, com maior ênfase, as pautas negativas, dedicando menor espaço para as boas práticas administrativas e para o que de bom acontece na cidade, de maneira geral. Já a veiculação de campanhas educativas e informativas por parte da Prefeitura, esbarra em custos proibitivos, em especial no caso da TV, para serem feitos de forma frequente.

Por essas razões, a política de comunicação da prefeitura é composta por um mix de produtos tendo em vista facilitar o acesso ao morador em todas as regiões. Faixas, carro de som, cartazes, panfletos, busdoor, jornais e boletins impressos ganham aqui uma importância fundamental. E são utilizados de forma integrada, para potencializar as ações comunicacionais.

Os números da Secom no ano passado, apontam para um enorme esforço de interação com os contagenses. A postagem no portal institucional e nas redes, de em média, 15 matérias por dia, expressa o investimento na produção de conteúdos que traduzem o fazer de cada área da Prefeitura. E, embora a divulgação das ações emergenciais de combate à pandemia da Covid-19 tenha, naturalmente, dominado a emissão de mensagens em 2021, os atos comunicados foram além dos cuidados com a saúde. Educação, justiça social, cultura, segurança, desenvolvimento econômico, dentre outras áreas, foram tratados pelo governo e pela Secretaria de Comunicação como fundamentais para preservar e garantir uma vida melhor para a população.

DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS — É preciso expandir o acesso às informações.

Para além de comunicar as ações universais, o desafio para a Secom e para o governo é fazer com que a divulgação das suas principais realizações chegue nos bairros de cada região e que, estabelecida uma via de mão dupla, as notícias das intervenções nos bairros

repercutam na cidade. Trata-se de um fazer comunicativo que ainda precisa ser ampliado, de forma que as políticas públicas da Prefeitura e a prestação de serviços variados que ela oferece, chegue a cada vez mais pessoas. Isso será feito com o investimento na estrutura existente e com o esforço para que essa estrutura se consolide e a comunicação seja tratada como uma política pública, capaz de perpassar temporalmente as administrações vindouras.

RETORNO DO JORNAL PREFEITURA FAZ — Lançado em 2005, no primeiro mandato da prefeita Marília Campos, o Prefeitura Faz circulou durante oito anos e tornou-se referência para a população, que se acostumou a receber periodicamente as notícias do poder público. A experiência, bem-sucedida, foi retomada no atual governo. Foram duas edições em 2021, com tiragens de 200 mil exemplares cada, distribuídas de casa em casa e nos principais corredores comerciais. A Secom também retomou a edição de jornais regionais. Foram feitos oito, uma para cada região administrativa, com tiragem somada de 66 mil exemplares.

PRESEÇA POSITIVA NA MÍDIA — No ano que passou, a Prefeitura conseguiu com evidente sucesso furar o bloqueio da pauta e conquistar uma boa exposição na mídia estadual. Para isso, foram fundamentais, além de uma boa articulação com os veículos: a) ações criativas ligadas à vacinação contra a Covid-19, tais como a Virada da Vacinação, o “Dia D” da vacinação dos Idosos, o Carro da Vacina, a Liga da Vacina e outras; b) capacidade de resposta efetiva ante assuntos pautados pela imprensa, como as ações em áreas de risco no período de chuvas e a volta às aulas; c) o papel de liderança da Prefeita Marília Camposque, em várias ocasiões, protagonizou polêmicas que receberam destaque na mídia. Entre outros, estão a questão dos critérios para a distribuição de vacinas que vinha beneficiando as cidades maiores; a proposição de fechamento das atividades não essenciais simultaneamente em toda a Região Metropolitana; gestões junto ao governo estadual e prefeitura de Belo Horizonte para a retomada de obras paradas no município; o debate em torno do congelamento do IPVA, etc; d) outras ações de impacto como o Natal de luz.

REDES SOCIAIS FORTES — Todas as intervenções da Prefeitura foram impulsionadas pelas redes sociais. Hoje são 141.342 seguidores no Facebook e 112 mil 992 no Instagram. No YouTube são 6 mil inscritos e no Flickr (álbuns com 18.025 fotos, alimentado diariamente) criado no ano passado, foram 1.700 visualizações. Às redes sociais da Prefeitura. Devem ser acrescentadas as da própria prefeita a Marília Campos como canais de grande potência na divulgação das ações do governo. No caso a prefeita

mantém contas no Facebook, no Instagram e no Twitter.

O Facebook é a plataforma de comunicação mais antiga adotada por Marília e seu mais importante meio de comunicação. A página recebeu, até o momento, cerca de 123.600 curtidas e seguida por 165.913 pessoas. Desse universo, as mulheres na faixa etária de 25 a 45 anos perfazem 55,2% do total e os homens, na mesma faixa etária, 44,8%. Como regra, as publicações registram um bom nível de engajamento e, no último mês, chegaram a 182.660 pessoas, ou seja, alcançam um público 9,17% maior que o número de seguidores. Infelizmente, na data deste levantamento, os dados sobre a origem geográfica do público não estavam disponíveis.

No Instagram são 55,5 mil seguidores. As mulheres na faixa dos 25 aos 35 anos de idade formam 65,2% deste público, contra 34,8% de homens mesma faixa etária. As publicações possuem um ótimo nível de engajamento, alcançando, no último mês cerca de 97.495 pessoas, ou seja, cerca de 43% mais público que o número de seguidores.

No Twitter, que é a rede mais recentemente adotada, Marília tem cerca de 6.674 seguidores e um bom nível de engajamento em suas publicações. No último mês, a prefeita recebeu 23,4 mil visitas ao seu perfil nesta rede e suas publicações alcançaram incríveis 126 mil visualizações, ou seja, 19 vezes o número de seguidores.

Infelizmente, não contamos com ferramentas adequadas para uma aferição das métricas nesta plataforma de modo a produzir um desenho mais preciso de seu desempenho. Quanto à localização do público alcançado, 49,7% é de Contagem e 11,8% de Belo Horizonte. Entre as cidades mais frequentes, Betim aparece em terceiro lugar, com 3,5% dos registros.

CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS — A Comunicação vem desempenhando papel fundamental na abordagem da população e na sua conscientização e mobilização para diversas chamadas de ação e campanhas iniciadas pela Prefeitura no período. Entre elas, com destaque, cabe mencionar a campanha Pacto pela Vida, que teve suporte técnico e a contribuição política da Secom no planejamento e na execução das ações. Outras importantes campanhas realizadas pela Secom foram as de prevenção contra os efeitos danosos das chuvas; a de prevenção contra a dengue; a que destaca os premiados atletas da ginástica olímpica; a de convocação para as conferências municipais; a de segurança alimentar; a do IPTU mais justo; a de enfrentamento à violência contra as mulheres e a do

aniversário da cidade, dentre outras. Em breve, o slogan TRABALHO PELA VIDA, que é a marca do governo Marília Campos, estará presente em tudo que é produzido pela Secom e em toda a cidade.

NATAL DE LUZ — Coube à Secom a coordenação do Natal de Luz, projeto desenvolvido de forma intersetorial que representou a retomada de uma tradição dos governos anteriores de Marília e um amplo retorno aos espaços públicos depois de muito tempo de isolamento devido à pandemia.

AS ELEIÇÕES DE 2022 E O DESTINO DO BRASIL, DE MINAS E DE CONTAGEM

O Brasil vive uma crise política, econômica e social profunda. Nossa democracia foi abalada com o golpe parlamentar contra Dilma e com a prisão de Lula, que resultaram na ascensão da extrema direita com Jair Bolsonaro. A economia teve três anos com as piores recessões da história; a saída das crises também foram as piores da história brasileira com taxas de crescimento de 1% ao ano. As conquistas sociais do povo tiveram enormes retrocessos. Não temos apenas uma crise de governo, mas de projeto nacional; não basta uma chapa para vencer a eleição presidencial, é preciso uma maioria sólida para governar e é preciso, acima de tudo, uma nova coalização popular com apoio significativo do empresariado em torno de um projeto nacional que tenha continuidade histórica, e não seja revisado e modificado profundamente a cada quatro ou oito anos. (...) Tratamos neste item, em consonância com o nosso documento, mais precisamente das questões programáticas do Brasil e de Minas, e somente no fim, quando tratamos de Contagem, falamos das eleições de 2022: das candidaturas, da política de alianças, da campanha eleitoral.

I — O BRASIL PRECISA DE UM NOVO GOVERNO E DE UM NOVO PROJETO NACIONAL

DOIS SONHOS DA MAIORIA DO POVO NESTE ANO: O CONTROLE DA PANDEMIA E O FIM DO GOVERNO BOLSONARO

— Iniciamos 2022 e a pandemia continua sendo a maior preocupação do povo brasileiro. Felizmente, o negacionismo de Bolsonaro, responsável pela tragédia da pandemia em nosso país, não teve adesão expressiva no povo brasileiro numa questão fundamental: os brasileiros estão entre os que mais vacinaram no mundo. É isto, tudo indica, a principal razão para que a nova variante da Covid-19 — a “Ômicron”, que é o vírus de mais rápida propagação da história —, tenha multiplicado com enorme rapidez o número de casos no Brasil, mas, sobretudo entre as pessoas vacinadas, com muito menos hospitalizações e mortes. Muitos epidemiologistas afirmam, inclusive, que a Ômicron poderá ser a transformação da pandemia em endemia, o que fica ainda na dependência do não aparecimento de outras variantes mais letais nos próximos meses. Controlar a pandemia, reduzir ou até zerar as hospitalizações e mortes é um sonho quase unânime dos brasileiros, à exceção dos poucos negacionistas. (...) Não vai demorar muito para virar “meme” nas redes sociais a contagem regressiva diária para o fim do governo Bolsonaro. Numa disputa política temos que trabalhar com as possibilidades de vitória e derrota; de ganhar e perder. Mas vivemos no Brasil um quase desespero da sociedade civil

democrática com uma eventual reeleição de Bolsonaro e a continuidade destes tempos de trevas nos assusta demais. Admitir derrota em um planejamento para as eleições de 2022 entristece e desmobiliza os segmentos comprometidos com a democracia e a justiça social. A disputa vai ser dura, mas é “vencer ou vencer”. O filósofo e ativista italiano Antônio Gramsci tem um lema que virou uma referência para a esquerda: “Otimismo da vontade, pessimismo da razão”. A disputa que teremos em 2022 é tão dramática para nosso futuro que o que nos moverá é quase somente “o otimismo da vontade”; o “pessimismo da razão” será para nos alertar que a disputa será dura. Mas nós vamos vencer!

A CRISE BRASILEIRA NÃO É SÓ DE GOVERNO, É DE PROJETO NACIONAL — José Luís Fiori, um dos maiores intelectuais brasileiros, afirma que a crise brasileira é de projeto nacional. Disse ele, em artigo de 2018: “Ou se muda esse quadro e se junta um conjunto de forças poderosas, ou não haverá governo progressista viável de nenhum tipo, seja quem for o indivíduo ou candidato. É bom que as pessoas entendam que essa crise aberta pelo golpe de Estado e essa divisão da sociedade brasileira — promovida ativamente pela imprensa conservadora — devem continuar, ainda por muito tempo, e exigirão uma enorme paciência estratégica. Não adianta achar que vai se virar a mesa na próxima meia hora”. Ao falar em “forças poderosas” que sustentem um novo projeto nacional, Fiori, provavelmente, se refere aos trabalhadores, intelectuais, estudantes, dentre outros segmentos populares, mas também segmentos expressivos do empresariado, setores militares, alta burocracia estatal, dentre outros. Foi esta ampla base social que sustentou projeto econômico “desenvolvimentista” no século XX, por 60 anos, que fez do Brasil o país que mais cresceu no mundo; e, na Constituição de 1988, foi também uma ampla coalizão que implantou no nosso Estado Social (o PT, por exemplo, não tinha duas dezenas de deputados).

JOSÉ LUÍS FIORI DIZ QUE UM GOVERNO DE ESQUERDA TERÁ QUE INTERROMPER A “GANGORRA POLÍTICA” PARA RESGATAR UM PROJETO NACIONAL — Fiori diz que a fragmentação da sociedade e a gangorra política destruiu a promissora economia da Argentina: “A Argentina se transforma, pouco a pouco, num país subdesenvolvido, coisa que nunca havia sido. Pelo contrário, no início do século XX, era uma das seis economias mais ricas do mundo e, mesmo até a década de 1940, seguiu sendo o país mais rico e homogêneo de toda a América do Sul. E foi só depois dos anos 50 que a Argentina perdeu impulso econômico da sua Idade de Ouro (1870-1930), enfrentando, desde então, um prolongado processo de fragmentação social e política cada vez mais profundo e radical,

que avança na forma de um movimento pendular e repetitivo, que ora aponta na direção liberal, ora na direção do peronismo, mas com a destruição mútua, por cada uma das partes, da rodada anterior”. (...) Fiori diz que o “O Brasil entrou nessa mesma ‘gangorra’, mais tarde, só a partir da crise econômica da década de 1980”. Mas é certo que a ‘gangorra’ política brasileira está destruindo nosso projeto nacional. Veja a situação de um novo governo Lula: terá que se gastar um tempo fundamental do próximo mandato, de um a dois anos, para reconstruir bases do desenvolvimento destruídas nos governos Temer e Bolsonaro, sendo imperativo, por exemplo, o fim do teto de gastos e a revogação da reforma trabalhista, para ficar em dois temas já tratados publicamente por Lula.

MUITAS CONQUISTAS DO ESTADO SOCIAL E DESENVOLVIMENTISTA FORAM MANTIDAS, FRUTO DAS LUTAS DE RESISTÊNCIA DO POVO BRASILEIRO — Mas, felizmente, contamos, ainda, com conquistas importantes para reconstruir um projeto nacional progressista para o Brasil. Veja as circunstâncias históricas que nos favorecem. Quando o neoliberalismo foi implantado no mundo por Pinochet, no Chile, Ronald Reagan, nos Estados Unidos e por Margareth Thatcher, na Inglaterra, na década de 1980, aqui no Brasil, na Constituição de 1988, estávamos implantando o Estado Social, que, se é limitado em relação aos países desenvolvidos, é o mais abrangente de todos os países em desenvolvimento. Assim, nos países de implantaram primeiro o neoliberalismo tem-se 40 a 50 anos de destruição dos direitos; aqui no Brasil temos este mesmo tempo de resistência em defesa dos direitos sociais e das empresas estatais.

Ainda contamos com bases importantes do Estado Social e desenvolvimentista: a) temos os direitos sociais — Saúde, Educação, Previdência e Direitos Trabalhistas — constitucionalizados; b) a exigência de aprovação pelo Congresso Nacional, atrasou as privatizações e estatais importantes ainda existem, ainda que bastante enfraquecidas Petrobras, Banco do Brasil, Caixa, BNDES, estatais de energia e saneamento básico — fundamentais ao projeto de desenvolvimento; se o governo contasse com o chamado “fast track” (caminho rápido) não teria sobrado nenhuma estatal; c) temos reservas cambiais robustas, constituídas nos governos do PT, que nos dão autonomia de gestão da economia, frente às pressões do capital financeiro internacional; d) a inflação está pressionada, mas não temos um descontrole como na Argentina, com índices de 50% ao ano, e a hiperinflação da Venezuela; e) nossa dívida bruta é de 90% do PIB, mas a dívida líquida (dívida bruta menos reservas em dólares) é bem menor de 58% e, se as empresas privadas, tem sua situação financeira analisada pelos passivos mas também pelos ativos, não podemos aceitar que o setor público seja analisado apenas pelo lado do passivo; f)

temos uma economia diversificada e temos instrumentos para interromper a desindustrialização do Brasil; g) temos recursos naturais abundantes; h) o Brasil já testou, no governo Dilma, e agora mais recentemente juros em linha com os países desenvolvidos e um governo de esquerda deverá manter juros baixos; i) com juros mais baixos, entra menos capital especulativo estrangeiro, o real fica mais desvalorizado, o que é fundamental para as exportações brasileiras, para o equilíbrio das contas externas e para a reindustrialização de nosso país.

Do ponto de vista mais imediato, um eventual governo Lula poderá contar com uma situação mais favorável em 2023: a) a política monetária dura deverá trazer a inflação mais para baixo; o que poderá favorecer uma flexibilização dos juros em 2023 e um maior crescimento da economia; b) Lula não deverá ter maiores dificuldades para devolver os 6 mil militares aos quartéis e aos seus aposentos (no caso dos aposentados) e, em diálogo com os militares, o petista afirmou que os militares do governo não representam as nossas Forças Armadas; c) Lula deverá ter muito sucesso na reinserção do Brasil no mundo, já que tem experiência e, eleito, será provavelmente a principal liderança mundial. (...) Um governo Lula, mais que um bom governo, marcará a história se conseguir resgatar um projeto nacional de desenvolvimento sustentado por amplas forças sociais, trabalhistas e também empresariais.

CARLOS ÁGUEDO PAIVA, ECONOMISTA: PROGRAMA DE LULA/ALCKMIN DE 2022 SERÁ MAIS À ESQUERDA QUE O DE LULA/ZÉ ALENCAR DE 2002 — O debate da eventual chapa Lula/Alckmin está quente em todo o Brasil. Um dos textos mais interessantes que lemos até agora é de Carlos Águedo Paiva, doutor em economia pela Unicamp. Ele afirma: “Na verdade, do nosso ponto de vista, a principal novidade da campanha de Lula e do PT para as eleições de 2022 encontra-se na articulação de um programa econômico muito mais à esquerda do que o programa de 2002. Acreditamos que este programa ainda seja marcadamente insuficiente e vimos tentando contribuir para o mesmo apontando para aqueles que, do nosso ponto de vista são os seus dois calcanhares de Aquiles: 1) a excessiva dependência da aprovação de reformas legais e constitucionais (como a reforma da PEC do Teto dos Gastos); e 2) a virtual desconsideração do problema da crônica inflação brasileira e ausência de qualquer crítica ao padrão de controle de preços baseado na ancoragem cambial Mas, para além de suas carências reais, as diferenças com o programa econômico de 2002 são evidentes. A começar pela equipe responsável por sua formulação, coordenada por Guilherme Mello e Aloísio Mercadante, professores da Unicamp de clara inflexão heterodoxa. Além do fato deste programa estar sendo objeto de ampla discussão nacional através dos fóruns

regionais da Fundação Perseu Abramo e das diversas setoriais do PT”. (Sul 21, de 29/12/2021).

ELEIÇÃO PARA A CÂMARA E O SENADO: RECUPERAR AS BASES DO GOVERNO DE COALIZÃO E DERROTAR O “SEMIPRESIDENCIALISMO INFORMAL” QUE TEMOS NO BRASIL

O Brasil tem um sistema político-eleitoral praticamente único nos grandes países: o sistema eleitoral proporcional de lista aberta, onde o eleitor vota no candidato e as cadeiras são ocupados pela proporção de votos nominais e de legenda de cada partido. No mundo, os sistemas mais comuns são: a) proporcional de lista fechada, onde o eleitor vota na lista partidária; b) distrital puro: onde o eleitor vota no candidato do distrito e o eleito é o mais votado; d) distrital misto: o eleitor dá dois votos, sendo um na lista partidária proporcional e outro no modelo majoritário distrital. (...) O modelo brasileiro é problemático, nenhum país grande o adota no mundo, mas ele não vai mudar porque os deputados não querem e porque o povo, de forma amplamente majoritária, gosta de “votar na pessoa e não no partido”. Este modelo proporcional de lista aberta gera: a) despolitização da representação e um partido elege um cargo majoritário de prefeito, governador e presidente, e quando muito, o partido chega a 20% da representação dos parlamentares; b) trata-se de um modelo eleitoral que gera uma enorme autofagia, pois na lista aberta “o adversário” não é político do partido concorrente, mas o candidato do próprio partido, que disputa uma das vagas do partido; c) trata-se de um modelo eleitoral muito caro, já que, além da campanha majoritária, se tem dezenas, centenas de campanhas proporcionais (na lista fechada se teria uma única campanha proporcional); d) a lista aberta mantém muito baixa a representação das mulheres, que tem menos poder e dinheiro; em todos os países em que as mulheres têm grande participação, é porque as listas partidárias têm algum tipo de proporcionalidade e, mesmo no voto majoritário, as mulheres têm mais chances porque se vinculam a projetos políticos mais amplos.

O sistema brasileiro de lista aberta está sendo melhorado em nossa opinião com as seguintes medidas: fim das coligações proporcionais; adoção de cláusula de barreira; federações partidárias; financiamento público de campanha. Falo tudo isso pelo seguinte: neste modelo, que não tem perspectiva de mudar, nenhum partido terá mais que 20% dos parlamentares eleitos, na melhor das hipóteses, o que coloca como condição a articulação de governos de coalizão. Veja quanto deputados federais (no total são 513) são necessários: 171 para barrar “impeachment”; 257 para aprovar projetos de lei; e 308 para aprovar emendas constitucionais; e isso sem falar na composição do Senado (total 81 senadores).

ELEIÇÃO PARA A CÂMARA PODERÁ RECUPERAR AS BASES PARA UM GOVERNO DE COALIZÃO — Não temos no Brasil grandes partidos como tivemos no passado, PSDB e PFL nos governos FHC, e PT e PMDB, nos governos Lula, com bancadas próximas a 100 deputados, que ancoravam grandes coalizões para as eleições presidenciais e para os governos de coalizão; a realidade hoje é de fragmentação, onde tem-se 10 partidos com 30 a 50 deputados. Foi nesta “terra sem dono”, que se tornou a Câmara dos Deputados, que se articulou o “Centrão”, uma espécie de federação dos partidos médios de centro, que impôs, na prática, um governo semipresidencialista. Pode parecer pouco, mas o máximo que podemos almejar neste sistema eleitoral proporcional de lista aberta é recuperar as bases do governo de coalizão, onde tenhamos dois a três partidos (ou federação), que ancoram o governo, com aproximadamente 200 deputados.

Nesta eleição, o PT, caso não participe de uma federação de esquerda, poderá eleger entre 80 e 90 deputados, pois não terá mais coligação, Lula vai puxar muito o voto no 13, e boas perspectivas eleitorais animam muitos petistas a serem candidatos e poderá atrair lideranças sociais e de outros partidos para o PT; outros partidos também poderão ter grande crescimento, como o PSB e o PSD, que é o partido mais propenso a se afastar do “Centrão” e contribuir para ancorar uma coligação de um governo de centro-esquerda. Estamos falando aqui da governabilidade institucional, mas é evidente que a sociedade civil organizada será fundamental para garantir a governabilidade de um futuro governo Lula.

UMA FEDERAÇÃO PARTIDÁRIA DE ESQUERDA É BEM-VINDA — As federações partidárias foram criadas, sobretudo, para unir partidos menores que correm o risco de não ultrapassarem a cláusula de barreira, ficando assim sem os recursos e direitos de um partido político. Mas, as federações vêm sendo cogitadas também como uma forma de aglutinar partidos mais homogêneos pequenos, médios e grandes, como os de esquerda, para juntos ampliarem coletivamente a quantidade de parlamentares eleitos. Fala-se numa federação unindo PT, PSB e PCdoB e até mesmo abarcando outros partidos como o PV e Rede. Esta proposta tem aspectos positivos: unifica mais a esquerda numa espécie de frente de esquerda para as disputas políticas; na disputa parlamentar favorece a eleição de mais parlamentares; o partido que perde parlamentares perde para partidos mais afinados política e ideologicamente. Veja só: numa federação de esquerda, o PT, o maior partido, é o que deverá ter reduzida sua bancada em favor dos outros partidos menores. Em 214, com a coligação proporcional, o PT deixou de eleger 33 deputados federais e, na eleição de 2018, a perda foi menor, mais ainda assim muito expressiva: 12 deputados federais. Numa federação, o PT com certeza cederá vagas

para os partidos menores, mas os deputados terão compromisso de atuação unificada durante os quatro anos de mandato.

Raul Pont, ex-prefeito de Porto Alegre, defende uma federação de partidos de esquerda: “O instituto da Federação traz uma novidade positiva e um desafio aos partidos brasileiros, principalmente, no campo da esquerda onde a questão da coerência, da verdadeira identidade de programa e objetivos comuns pauta a possibilidade da ação conjunta. A nova lei é inédita e desafiadora num país com mais de 40 siglas com representação parlamentar ou em organização já apta a concorrer. Ao exigir, para constituir a Federação dois ou mais partidos, a) caráter nacional sem perda de soberania própria de cada participante, b) programa comum, c) unidade mínima por 4 anos, d) listas unitárias e lideranças únicas das bancadas eleitas, e) soma dos votos individuais e de legendas para a composição da proporcionalidade, a lei estabelece um desafio histórico aos partidos que se reivindicam da representação dos trabalhadores, do povo oprimido e lutam por uma sociedade socialista. A luta histórica e estratégica dos socialistas foi e continua sendo a busca da unidade para enfrentar o inimigo comum, o capitalismo e as forças que o sustentam. Do ponto de vista conjuntural e eleitoral a posição também se justifica. Nas eleições de 2020, a soma dos votos do campo de esquerda e de centro-esquerda alcançou apenas 20 milhões de votos (PT, PSOL, PCdoB, PSB e PDT) num universo de 150 milhões de eleitores. A fragmentação partidária atual dificulta qualquer governo. A formação de blocos mais coesos e programáticos servirá, também, para dar mais governabilidade e legitimidade ao governo eleito em 2022. A busca da unidade, da soma útil de todos os votos nas legendas e candidatos não apenas soma, mas possui uma potencialidade de multiplicação e de atração de eleitores simpatizantes e identificados pelo efeito demonstração da unidade. Nesse sentido não é demais lembrar que a cláusula de desempenho criada em 2017, agora em 2022 para a Câmara Federal será de 2% do colégio eleitoral. A nova lei é desafiadora aos partidos com maior identidade programática e que buscam uma coerência e um maior compromisso nas alianças políticas para governar. Um passo importante para a profunda reforma política que o Brasil precisa visando fortalecer sua frágil experiência democrática”.(Sul 21, 26/11/2021).

II — MINAS GERAIS É UM ESTADO FALIDO E PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE”

MINAS GERAIS ESTÁ FALIDA PORQUE O ESTADO TEM DESEQUILÍBRIOS

ESTRUTURAIS — Na questão financeira do Estado é preciso reconhecer que não é possível explicar a crise de Minas por apenas um único motivo. A crise é resultado, dentre outros, dos seguintes aspectos: a) a recessão econômica e o baixo crescimento dilaceraram as receitas do Estado; O Estado só teve algum fôlego num período de

crescimento contínuo (de 2003 a 2010, no governo Lula); b) a perda de peso do ICMS, principal imposto estadual, com a redução do peso da indústria no PIB e o fortalecimento do setor de serviços c) Minas Gerais perdeu demais com a Lei Kandir, que desonerou as exportações, prejudicando as receitas de estados mais exportadores como o nosso; cálculos apontam que as perdas acumuladas somam R\$ 136 bilhões, valor quase igual à dívida total do Estado; as mineradoras, além dos impactos ambientais, com a isenção de ICMS, se apropriaram de uma parte expressiva da riqueza de nosso Estado, sobretudo nos períodos de explosão dos preços das chamadas commodities; d) a dívida do Estado entrou em uma trajetória explosiva porque teve uma correção monetária pelo IGP-DI, muito acima da inflação oficial do IPCA, mais juros reais estratosféricos de 7,5% ao ano; e) Minas Gerais, como todos os estados, perdeu muito com a centralização tributária de FHC na década de 1990, que cresceu a carga tributária nas contribuições sociais, que não são repartidas com estados e municípios; f) Minas Gerais é a terceira economia do Brasil, mas tem apenas o 11º PIB per capita, o que indica uma arrecadação tributária per capita inferior aos diversos estados, ou seja, Minas é o “primo pobre” do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, mas tem carências sociais enormes para serem atendidas; f) nosso Estado é o campeão brasileiro em número de municípios, são 853 no total com população média de 24.606 pessoas, o que dispersa e encarece muito os serviços públicos estaduais; g) Minas Gerais faz poucos concursos públicos, tem déficit enorme de servidores efetivos, que são os contribuintes da Previdência estadual, e tem grande contingente de servidores “temporários” e comissionados, que são contribuintes do INSS, além da despesa do Estado com a contribuição patronal; h) existiram de fato, no passado, graves distorções no serviço que nada tem a ver com os direitos dos servidores: a aposentadoria era integral sem nenhuma carência no serviço público, o que garantia a integralidade da remuneração para pessoas com pouquíssimo tempo de serviço público, ainda mais durante longo período que não se exigia concurso para ingresso no serviço público, o que era de fato insustentável; na Constituição mineira foi inserido um artigo, que acabou sendo revogado, que garantiu a contagem de tempo privado para fins de aposentadoria, o que é correto, mas garantiu também o tempo privado também para fins de quinquênios, o que era também insustentável; durante muito tempo, a legislação mineira garantiu o “apostilamento”, que garantia ao servidor ocupante de cargo político a continuidade da remuneração de chefia e assessoramento depois do retorno do servidor ao cargo de origem; i) no Estado estão as duas categorias mais numerosas que se aposentam especial,

e merecem continuar com a aposentadoria mais cedo, mas é preciso garantir um esforço fiscal para fazer frente a esta despesa previdenciária com a aposentadoria especial.

ROMEU ZEMA REGULARIZA PAGAMENTOS A SERVIDORES E MUNICÍPIOS, MAS A DÍVIDA DO ESTADO DISPAROU DE R\$ 113,819 BILHÕES PARA R\$ 151,610 BILHÕES

— Já vimos que Minas Gerais tem “desequilíbrios estruturais”, que impossibilitam uma solução duradoura para as finanças públicas estaduais. Mas, quase sempre, os governos estaduais que se sucedem fazem uma politização “rasteira” desta questão e jogam a culpa pela deterioração fiscal nos governos anteriores; é como se a crise fiscal de Minas se resumisse a uma questão “de gestão”, de “competência administrativa”, e não fosse resultado de desequilíbrios de difícil solução.

Veja agora a situação fiscal de Minas Gerais no governo Romeu Zema. O governador afirma que “arrumou as finanças estaduais”. Não é verdade, Minas Gerais continua quebrada. A combinação do aumento das receitas (em 2020, com os gordos repasses federais e no ano de 2021 com o crescimento da economia e a disparada da inflação) e contenção das despesas, sobretudo de pessoal, de fato, deram algum fôlego ao governo Romeu Zema, que colocou o pagamento dos servidores estaduais em dia; repassando recursos aos municípios referentes aos impostos retidos nos anos anteriores; fechamento de acordo com o Tribunal de Justiça para reposição de recursos de precatórios; negociação com os municípios do pagamento dos repasses atrasados na saúde; pagamentos de fornecedores em atraso; e mais os investimentos com os recursos da Vale. São medidas de impacto social e político inegável.

Mas o grande desequilíbrio do Estado permanece sem solução: a enorme dívida que o Estado tem, sobretudo, com a União. Romeu Zema só conseguiu segurar as “rédeas” de sua administração, porque seu governo contou em todos os três primeiros anos com a decisão do STF, que suspendeu o pagamento da dívida de Minas Gerais. É uma espécie de moratória legal da dívida, o Estado deixa de pagar os juros e amortizações, mas a dívida não é perdoada, todos os valores não pagos se somam ao estoque da dívida que cresce em disparada. A dívida pública estadual, principal indicador fiscal do setor público, passou, em menos de três anos, de R\$ 113,819 bilhões para R\$ 151,610 bilhões, um crescimento nominal de 38 bilhões, e crescimento percentual num prazo muito curto de 34%.

O que isto significa? Quando Minas Gerais voltar a pagar a dívida, seja por decisão judicial ou pela adesão ao plano do governo federal, os encargos da dívida serão tão elevados que inviabilizarão financeiramente o nosso Estado novamente. Já se passaram cinco governos

— Itamar Franco, Aécio Neves, Antônio Anastasia, Fernando Pimentel, e agora Romeu Zema —, e a dívida de Minas Gerais continua próxima a 200% da receita corrente, limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que a torna inadmissível.

PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL FRACASSOU NO RIO E, SE ADOTADO, VAI FRACASSAR EM MINAS GERAIS — O Plano de Recuperação Fiscal do governo Federal que dá uma moratória de três a seis anos para os estados mais endividados, muito concentrado apenas no corte de despesas, não soluciona a situação fiscal de nenhum deles. A suspensão temporária do pagamento da dívida não é solução porque aumenta o endividamento em termos absolutos. Matéria do Valor Econômico, de 06/04/2019, informa: “O Regime de Recuperação Fiscal, ao qual o Rio de Janeiro aderiu em 2017, tem duração prevista de três anos, podendo ser prorrogado por mais três. Durante o período, ficam suspensos os pagamentos da dívida com a União. Se, por um lado, a interrupção dos pagamentos contribui para aliviar o aperto sobre o caixa estadual, por outro, aumenta o endividamento em termos absolutos, uma vez que os juros e os encargos continuam a incidir sobre o valor principal. O problema foi empurrado para 2024”. (...) Relatório do Governo do Rio de Janeiro mostra o fracasso do Plano de “recuperação” Fiscal: em 2016, a dívida pública estadual era de 234% da receita; três anos depois, em 2020, a dívida disparou para 319% da receita corrente. Ou seja, ao final do Plano, em vez de “recuperação”, o Rio de Janeiro estará quebrado de vez. Em 2021, a dívida do Rio de Janeiro, enquanto percentual da receita corrente, melhorou um pouco em função da privatização da empresa de saneamento básico e do forte crescimento da receita, em função do crescimento da economia e, principalmente, da aceleração da inflação. Como se vê, o Plano de Recuperação Fiscal é muito similar à moratória da dívida que Minas tem há mais de quatro anos, em função de liminar do STF. Portanto, o Plano de Recuperação Fiscal não traz nada muito diferente daquilo que Minas já tem por decisão judicial, a não ser as exigências draconianas do governo federal, como privatizações, congelamento salarial.

MINAS PRECISA DE UM PLANO DE “RESGATE” OU VAI CONTINUAR QUEBRADA — Em primeiro lugar, é preciso dizer que situação grave de endividamento não é comum nos Estados; são 20 estados com dívida consolidada inferior a 62% da receita; são três estados com dívida de até 80% da receita corrente. São apenas quatro estados que têm um endividamento praticamente fora do controle; a situação é de difícil solução porque são quatro dos maiores estados brasileiros. São eles: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, que têm dívida consolidada de aproximadamente 200% da receita; São Paulo tem um percentual um pouco menor. (...) Um dado inexplicável é porque a Lei de

Responsabilidade Fiscal prevê que a dívida dos municípios tenha como limite 120% da receita e porque o limite dos Estados é de 200% da receita. Provavelmente, isto aconteceu não por algum critério técnico, mas em função de uma situação concreta: como, na data da Lei, havia Estados cuja dívida já estava cima de 200% e, para não que não fossem inviabilizados ainda mais, fixaram o limite neste percentual. Sem instrumentos econômicos e financeiros, como dispõe o governo federal, Estado que deve 200% está quebrado. Estes estados ganham algum fôlego em raros momentos de crescimento da economia, como no período de 2003 a 2010 e, agora, em 2021, mas voltando à situação normal de estagnação da economia, eles quebram novamente. Veja o caso de Minas Gerais: tem há mais de 20 anos com dívida acima ou um pouco abaixo de 200% da receita; é uma crise fiscal sem fim. Daí porque a esquerda precisa de um diagnóstico mais definitivo da situação de Minas; deve montar uma frente mais ampla para vencer as eleições no estado, e, num eventual governo Lula, arrumar uma saída duradoura para colocar Minas Gerais no caminho do desenvolvimento.

III — CONTAGEM PODERÁ VOLTAR A INTEGRAR O “CINTURÃO VERMELHO” METROPOLITANO

O PT É UM PARTIDO MUITO IMPORTANTE EM CONTAGEM — Durante muitos anos, Contagem fez parte do “cinturão vermelho” na região metropolitana da Grande Belo Horizonte. Marília Campos se elegeu prefeita três vezes em nossa cidade (2004, 2008 e agora em 2020); nosso desempenho para a Câmara dos Vereadores tem ficado abaixo de nosso potencial: agora, em 2020, o PT foi apenas o quinto partido em votação, com 19.532 votos, elegendo dois vereadores. (...) Nosso partido venceu três eleições presidenciais em Contagem.

Lula obteve, no segundo turno, votações consagradoras aqui: em 2002 ele obteve 82,04% dos votos dos contagenses e, em 2006, foram 76,26% dos votos. Dilma obteve em nossa cidade 63,84% dos votos, em 2010, e perdeu por pouco a preferência dos contagenses, tendo obtido 48,02%, em 2014. Com Fernando Haddad, em 2018, a votação em nossa cidade recuou para 34,25%, menos da metade da votação obtida por Lula nas eleições de 2002 e 2006. Para governador, Fernando Pimentel venceu em nossa cidade em 2014, ainda que de forma apertada, com 52,28% dos votos. (...) Para a Assembleia Legislativa, o PT obteve, em 2018, 43.781 votos, ou 14,08% dos votos, atrás apenas do PRB, com 22,15% dos votos. Os deputados e deputadas estaduais mais votados em nossa cidade em 2018, foram em número de votos: Mauro Tramonte (56.616), Marília Campos (33.427),

Ricardo Faria (10.270), Ademir Lucas (9.161), Denilson da JUC (8.245), Leandro Genaro (7.132), Décio Camargos (6.501), Carlos Henrique (6.480), Bruno Engler (6.086), João Vítor Xavier (4.893), Professor Irineu (4.589), Sargento Rodrigues (4.213), Mario Henrique Caixa (3.687), Rogério Henrique (3.316), Léo Portela (2.843votos). (...) Para a Câmara Federal, o PT obteve, em 2018, em Contagem, 22.888 votos, ou 8,06% do total, atrás do PSL, com 16,86% dos votos, e do Avante, com 8,61% dos votos. Os 15 deputados e deputadas federais mais votados em Contagem foram pela ordem de votos: Léo Motta (12.527), Marcelo Álvaro Antônio (10.929), Carlin Moura (10.678), Weliton Prado (10.628), Cabo Junio do Amaral (9.796), Aurea Carolina (8.933), Newton Cardoso Jr (8.915), Stefano Aguiar (8.760), Gilberto Abramo (8.740), Rodinei Ferreira (7.481), Patrus Ananias (5.748), Lucas Gonzalez (4.844), Rogério Correia (4.475), Eros Biondini (4.347), Lincoln Portela (4.069). O PT pode voltar a fazer parte do “cinturão vermelho” metropolitano nas próximas eleições, com uma provável vitória de Lula em nossa cidade e com um bom desempenho na eleição para os outros cargos em disputa.

ELEIÇÕES DE 2022 OCORRERÃO NUMA CONJUNTURA MARCADA PELA GRANDE APROVAÇÃO POPULAR DO GOVERNO MARÍLIA CAMPOS — Em geral, os eleitores votam tendo como referência a agenda política de cada disputa: na eleição para presidente são consideradas as questões nacionais; para governador, os problemas concretos de cada estado; e nas eleições municipais, as questões concretas do município. Acontece que não teremos eleições municipais agora, elas acontecerão novamente em 2024 e dificilmente candidaturas que adotam uma linha de oposição a Marília capitalizarão votos para uma eleição de outro âmbito, para deputado federal e estadual, por exemplo. (...) Mas não haverá “plebiscito” contra Marília, acima de tudo, porque a prefeita tem grande aprovação popular, em percentual sem precedentes na história de nosso município. Na pesquisa Doxa, Marília tem avaliação positiva de 81% (12%, ótimo; 47%, bom; e 22%, regular positivo); já a avaliação geral da Prefeitura é positiva de 76% da população (3%, ótimo; 41%, bom; e 32%, regular positivo). (...) O ótimo desempenho do governo Marília Campos começou a ser desenhado já no programa de governo. Em vez de um programa emergencial fragmentado por temas e com data definida para 100 dias, como era a ideia inicial, definimos, como primeiro ponto do programa de governo, as “medidas emergenciais”, de forma horizontal, cujo eixo era: “Vencer a pandemia, sair da crise e reconstruir Contagem”. No início do mandato, o governo teve dificuldade de dar uma dimensão mais “política” para as “medidas emergenciais”, ficando muito dividido nas “caixinhas”, como se diz, mas aos poucos, sobretudo com uma maior politização, o

governo “engrenou” e polarizou nossa cidade. (...) A posição do governo Marília Campos ainda está sendo construída para as eleições de 2022, mas provavelmente: a) a prefeita se vinculará à candidatura de Lula e à candidatura de governador apoiada pelo PT no Estado; b) não se terá “o candidato ou candidata” do governo para cargos proporcionais de deputado estadual e deputado federal; não significa que o governo ficará “neutro”; candidaturas serão apoiadas e estimuladas que sejam vinculadas ao governo de coalizão que temos em nossa cidade.

LULA LIDERA PARA A PRESIDÊNCIA E KALIL PARA GOVERNADOR, EM CONTAGEM; EM NOSSA CIDADE ESTA SERIA A MELHOR DOBRADA — Pesquisa Doxa, de julho de 2021, publicada pelo site UAI, trouxe as intenções de voto para presidente e governador em nossa cidade. Para presidente, Lula tinha, no primeiro turno, 44% das intenções de voto, Bolsonaro 23%, Ciro Gomes 5%; no segundo turno, Lula chegava a 53% contra 26% de Bolsonaro, no critério dos votos válidos, (sem brancos e nulos), Lula ia a 67% contra 33% de Bolsonaro. Os dados mais qualitativos também são muitos favoráveis a Lula: o petista tem potencial de votos (votaria com certeza e poderia votar) de 61% contra apenas 33% de Bolsonaro; já a rejeição (não votaria de jeito nenhum), Bolsonaro é rejeitado por 66% dos contagenses, contra rejeição de 39% de Lula. (...) Pela mesma pesquisa, Alexandre Kalil liderava as intenções de voto em Contagem, sendo esta também a tendência de toda a região metropolitana. Kalil tinha, no primeiro turno, 46% das intenções de voto, contra 27% de Romeu Zema. Em um eventual segundo turno, Kalil chegava a 52% contra 29% do governador. Portanto, em Contagem, a proposta mais compatível com o apoio popular é o apoio a Kalil para governador. O PT deve propor, como o maior partido de Minas, ocupar a vaga de vice ou a vaga do Senado; e na disputa nacional Kalil precisa “abrir” o palanque para Lula no Estado ou pelo menos “abrir” o palanque para candidatos da “frente democrática” — Lula, Ciro, e Rodrigo Pacheco se ele for candidato — e Kalil apoiaria o candidato “aliado” que fosse para o segundo turno.

PREPARAR UMA CAMPANHA DE MASSAS EM CONTAGEM EM DEFESA DE LULA E DEMAIS CANDIDATURAS; É MARÍLIA AQUI E LULA LÁ! — Foi pensando nisso que nós, do PT Contagem, realizamos um encontro do Diretório ampliado, no início dezembro passado, com presença de 80 pessoas. Apresentamos no encontro os principais pontos deste documento. Além do debate de ideias saímos com um plano de trabalho mais ou menos alinhavado para 2022.

Estamos discutindo uma campanha inovadora em Contagem neste ano. O nosso diagnóstico é o seguinte: tradicionalmente as campanhas políticas no primeiro turno são

muito fragmentadas; a maioria da militância se engaja nas atividades dos candidatos proporcionais — deputado estadual e deputado federal-, e a campanha majoritária — presidente e governador — é relegada a um segundo plano. Somente quando há segundo turno, já com a eleição proporcional resolvida, é que todos e todas convergem para a campanha majoritária.

Este ano não pode ser assim. Fazer uma grande campanha de Lula já no primeiro turno é uma tarefa inarredável; para vencer o “coisa ruim” logo no primeiro turno, ou, pelo menos, para estabelecer uma tamanha diferença de votos que torne a vitória de Lula irreversível. Em Contagem nosso objetivo é claro: ter uma grande votação de nossos candidatos para reintegrar nossa cidade no “cinturão vermelho” da região metropolitana da Grande Belo Horizonte. Dentre as propostas que já alinhavamos ressaltamos as seguintes:

A) para vencer eleições de 2022 (presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual), a esquerda precisa fortalecer o sentimento de mudança e mudança pela esquerda; precisa apostar em líderes como Lula, que tem experiência e legado; precisa apostar na amplitude das alianças, se não for possível no primeiro turno, que seja no segundo turno; precisa consolidar a agenda política da eleição, que será a agenda socioeconômica e democrática; precisa fazer uma campanha de massas; precisa se preparar com antecedência.

B) descentralização do PT Contagem em plenárias regionais; formação política da militância em torno da agenda política da eleição, sobretudo quando a situação da pandemia permitir, que esperamos seja nos próximos 30 a 60 dias.

C) lançamento de candidaturas petistas para deputado(a) estadual e federal de nossa cidade para alavancar a construção do PT em Contagem; sendo que até o momento temos as pré-candidaturas para deputada estadual de Moara Saboia e de Adriana Souza e, para deputado federal, de Miguel Ângelo; mas teremos outras candidaturas.

D) fazer vinculação forte com nossas principais lideranças, o que será uma tarefa prazerosa, já que Marília goza de enorme popularidade e Lula lidera de forma ampla as pesquisas. É Marília aqui; Lula lá!

E) planejamento, já para o primeiro turno, de uma campanha unificada e conjunta de toda a militância em defesa de nossas campanhas majoritárias, especialmente de Lula: panfletagens, bandeiraços, carreatas, caravanas nas diversas regiões, atos públicos, para não deixar a campanha ficar fragmentada em torno das candidaturas proporcionais para deputados(as).

F) como forma de unificação prática da campanha, propomos que o comitê unificado de todas as campanhas proporcionais e majoritárias seja em uma sede unificada (o PT já tem atualmente uma sede muito espaçosa), com espaço para acolher a todos e todas. E isto já está acontecendo e as candidaturas proporcionais já estão marcando as reuniões para a sede do PT Contagem.

G) tão logo se definir a política de alianças e, provavelmente a construção da Federação de Esquerda, que apoiamos, articular a atuação do PT com partidos aliados, como PSB, PCdoB e PV, além de estreitar relações com outros partidos que poderão caminhar conosco como o PSOL e Rede, que estão construindo uma federação dos dois partidos; além de ampliar o diálogo com outros partidos de centro, como o MDB e PSD.

H) adoção em Contagem de uma estratégia de comunicação com grande destaque para as atividades presenciais e nas redes sociais. A campanha majoritaria é diferente da campanha proporcional. Deputado estadual e federal é votado por um público mais homogêneo e faz até sentido uma estratégia de comunicação “provocativa” e de “guerra” mais voltada para as “bolhas” de esquerda; já campanha majoritária, como a de Lula, exige uma estratégia mais ampla e propositiva porque, ter mais de 50% dos votos, é preciso o diálogo e o apoio de um eleitorado mais amplo e mais heterogêneo. Veja só: Bolsonaro venceu as eleições com 57,797 milhões de votos contra 47,040 milhões de Fernando Haddad; derrotar Bolsonaro agora implica que tenhamos que ganhar os votos de 10 a 20 milhões de eleitores de Bolsonaro. Veja o exemplo de Contagem: Bolsonaro teve aqui 202.384 votos contra apenas 105.418 votos de Fernando Haddad; para vencer a eleição aqui com 65% dos votos precisamos “virar” o voto de 000.000 contagenses. Não ajuda em nada o ressentimento e as provocações, chamando os leitores de Bolsonaro de “gado”, com expressões irritantes como “esta culpa eu não carrego” e “eu avisei” não vamos convencer ninguém a mudar de voto. Vencer Bolsonaro necessita que abandonemos o estilo “tropa de choque” na política e sejamos mais “estadistas”. Daí porque entendemos que nossa linha de comunicação para a campanha de Lula, é aquela das mídias sociais de Lula e das mídias sociais do PT, que são as mais adequadas para a campanha presidencial.